

# ***Villa Romana de Pisões***

Proposta de Valorização



Bárbara Henriques Raimundo

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob a  
orientação do Professor Doutor João Paulo Providência

Departamento de Arquitetura, FCTUC

Junho, 2019



# ***Villa Romana de Pisões***

Proposta de Valorização



Agradeço,

Ao Professor Doutor João Paulo Providência pela sua orientação e disponibilidade.

Aos meus amigos e colegas pelo apoio e força. Estiveram sempre ao meu lado nos momentos difíceis.

Aos meus avós, pelas palavras de conforto, mesmo estando longe diziam-me sempre: “força”, “tu consegues” ou “está quase”.

Aos meus irmãos, Guilherme e Dinis, pela compreensão, carinho e incentivo.

E por fim, aos meus pais: à minha mãe, pelas palavras de aconchego e amor; e ao meu melhor amigo, o meu pai, pela ajuda incondicional - nada disto teria sido possível sem ele!



## Resumo

O Património Arqueológico da região de Beja encontra-se subvalorizado e ameaçado. A principal razão prende-se com a alteração da forma de produção agrícola da região. O Perímetro de Rega do Alqueva permitiu que muitas das tradicionais áreas agrícolas de sequeiro do Alentejo pudessem passar a ser regadas, o que provocou a alteração radical da paisagem, que se passou a caracterizar por extensos amendoais e olivais intensivos. Esta recente alteração tem igualmente um forte impacto ambiental, com redução de biodiversidade e degradação da qualidade de vida das populações. Outra consequência indireta foi a danificação de boa parte dos achados arqueológicos pelas máquinas agrícolas, dadas as movimentações de terra para obter superfícies niveladas, para colocação das infraestruturas de rega intensiva e a mecanização das colheitas. Urge intervir no sentido de travar a destruição do património arqueológico, criar áreas de proteção da biodiversidade com possibilidade de usufruto das populações e como foco de atração turística.

A presente dissertação visa estudar o papel da Arquitetura na valorização, preservação e utilização do património arqueológico. Para o efeito propõe-se uma intervenção no conjunto das ruínas da *Villa* Romana de Pisões, nos arredores de Beja. Pretende-se, igualmente, que essa intervenção não tenha um impacto visual significativo de forma a sobrepor-se ao monumento, assim como que obedeça aos princípios da Arquitetura Sustentável, com baixo input energético e materiais de reduzida repercussão ambiental.

Com esse desígnio, com base nos Estudos de Caso, na análise interpretativa do local e do contexto histórico, a proposta consiste na construção de um Centro Interpretativo, uma cobertura de proteção à *Villa* de Pisões e a requalificação da Barragem Romana, propondo um Parque Verde. Esta Estratégia Geral pretende que este monumento passe a ter um papel ativo no desenvolvimento da região, pelo aumento atividade turística.

Palavras-Passe: Património Arqueológico, *Villa* Romana de Pisões, Valorização, Conservação, Arquitetura Sustentável.



## **Abstract**

Archaeological Patrimony of Beja is undervalued and in degradation. One of the main problems is the environmental changings due to the agricultural intensification which has been modifying and depriving this region with a huge environmental impact on biodiversity and in the life quality as well. This recent changing in the agriculture way of production has been destroying archaeological findings with the agricultural machinery which is used in the intensive cultivation of almond and olive trees. Therefore, is urgent to intervene either in stopping the archaeological patrimony destruction and in the creation of biodiversity protected areas which could be used by the population and as a touristic attraction as well.

The present dissertation aims to study the Architecture role on the preservation, valorisation and reutilization of the cultural and historical heritage. This thesis suggests an intervention on the remainders of the Roman Villa of Pisões, located on the outskirts of Beja. Moreover, is intended that this intervention has no significant visual impact over the monument itself, and complying with the sustainable Architecture principles, with a low energetic input and using materials of a small environmental repercussion.

With this intention, and based in Case Studies and an interpretative analysis of the place and its historical context, the proposal embraces a project for the construction of an Interpretative Centre, a protection enclosure of this Villa and the requalification of the Roman Dam creating a Green Park. This Global Strategy aims that this monument will now have an active role in the region development and raise its touristic activity.

Key words: Archaeological Patrimony, Roman *Villa* of Pisões, Valorisation, Preservation, Sustainable Architecture.



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>I. PROBLEMA</b>	
1.1 Património Rural	19
1.2 Área de Intervenção	27
1.3 <i>Pax Julia</i> : Tempo e Espaço	31
1.4 <i>As Villae</i>	39
<b>II. ESTADO DA ARTE</b>	
2.1 Valorização do Património Cultural	55
2.2 Intervir no Património Arqueológico	71
2.3 Estudos de Caso:	
Cobertura de Proteção para a <i>Villa</i> Galo-Romana	83
Pavilhão de Acesso às Escavações Ártemis	87
Crematório de Uitzicht	91
<b>III. PROJETO</b>	
3.1 Plano Geral	97
3.2 A <i>Villa</i> Romana de Pisões	103
3.3 Proposta de Valorização da <i>Villa</i> Romana de Pisões	119
<b>IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	141
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	149
<b>CRÉDITOS DE IMAGENS</b>	159



## **Introdução**

Esta dissertação surge no seguimento do tema de trabalho desenvolvido na unidade curricular de Atelier de Projeto II do ano letivo 2017/2018: Beja – *Arquitetura e Memória, Interpretação e valorização do Património Arqueológico*. Pretendia-se elaborar uma estratégia geral de interpretação para os vários sítios arqueológicos da região de Beja, tendo como base a romanização do território e paisagem, articulando o património e o meio envolvente, criando uma leitura da ruína. Esta estratégia é desenvolvida numa escala territorial, onde foi estudado pelo grupo dos mestrandos, que depois daria seguimento para trabalhos individuais sob a orientação do Professor Doutor João Paulo Providência.

A presente dissertação tem como objetivo a apresentação de um projeto de valorização para a *Villa Romana de Pisões*. Com base numa análise territorial e histórica, a proposta assenta na necessidade de valorizar e reformular a zona onde a *Villa Romana* está inscrita.

A escolha por este tema de valorização de um achado arqueológico, vem no sentido de perceber a relação que a arquitetura tem vindo a criar com a arqueologia. Procura aproximar estas duas disciplinas através do cruzamento de conhecimentos, permitindo incorporar os achados e escavações arqueológicas, no uso cultural contemporâneo e, simultaneamente, encontra fundamentação arqueológica para as intervenções arquitetónicas, sem mimetizar sem mimetizar as opções arquitetónicas originais do passado. O tema da sustentabilidade também é tido em conta nesta dissertação, apresentando alternativas que suportam o projeto.

Neste trabalho, o conhecimento que se adquiriu sobre o vasto Património Arqueológico Rural de Beja deve-se ao levantamento de diversas fontes documentais que deram origem a estudos sobre este tema pertinente. Assim, têm surgido nas últimas



décadas, várias obras de investigação sobre este assunto. Desde temas relacionados com a centurição romana (divisão cadastral do território agrícola), as villae, os aproveitamentos hidráulicos através das descobertas de vestígios de diques e represas, o surgimento de *balnea* associados às áreas de pars urbana, rustica e frutuária das villae, entre outros.

A dissertação desenvolve-se em três capítulos fundamentais. O primeiro capítulo diz respeito à introdução do Problema, expõe, explica e analisa a problemática do Património Arqueológico rural da região de Beja, cuja pertinência e resolução serão explicadas ao longo da obra. É também introduzida um enquadramento histórico e espacial da *Pax Julia*, referindo em primeiro lugar o período atual e, depois, recuando até ao tempo da ocupação da Idade do Ferro. De seguida, faz uma contextualização histórica da arquitetura das Villae.

No segundo capítulo procede-se ao Estado da Arte, que investiga bases teóricas, que suportam a proposta de intervenção. Este capítulo é dividido por dois subcapítulos: o primeiro diz respeito ao estado da arte ou revisão bibliográfica, incluindo os conceitos do património cultural e arqueológico, a partir da análise das teorias da conservação e do património; O segundo subcapítulo refere-se à intervenção no património arqueológico, completando o raciocínio com Estudo de Casos que servirão de referências para o capítulo seguinte.

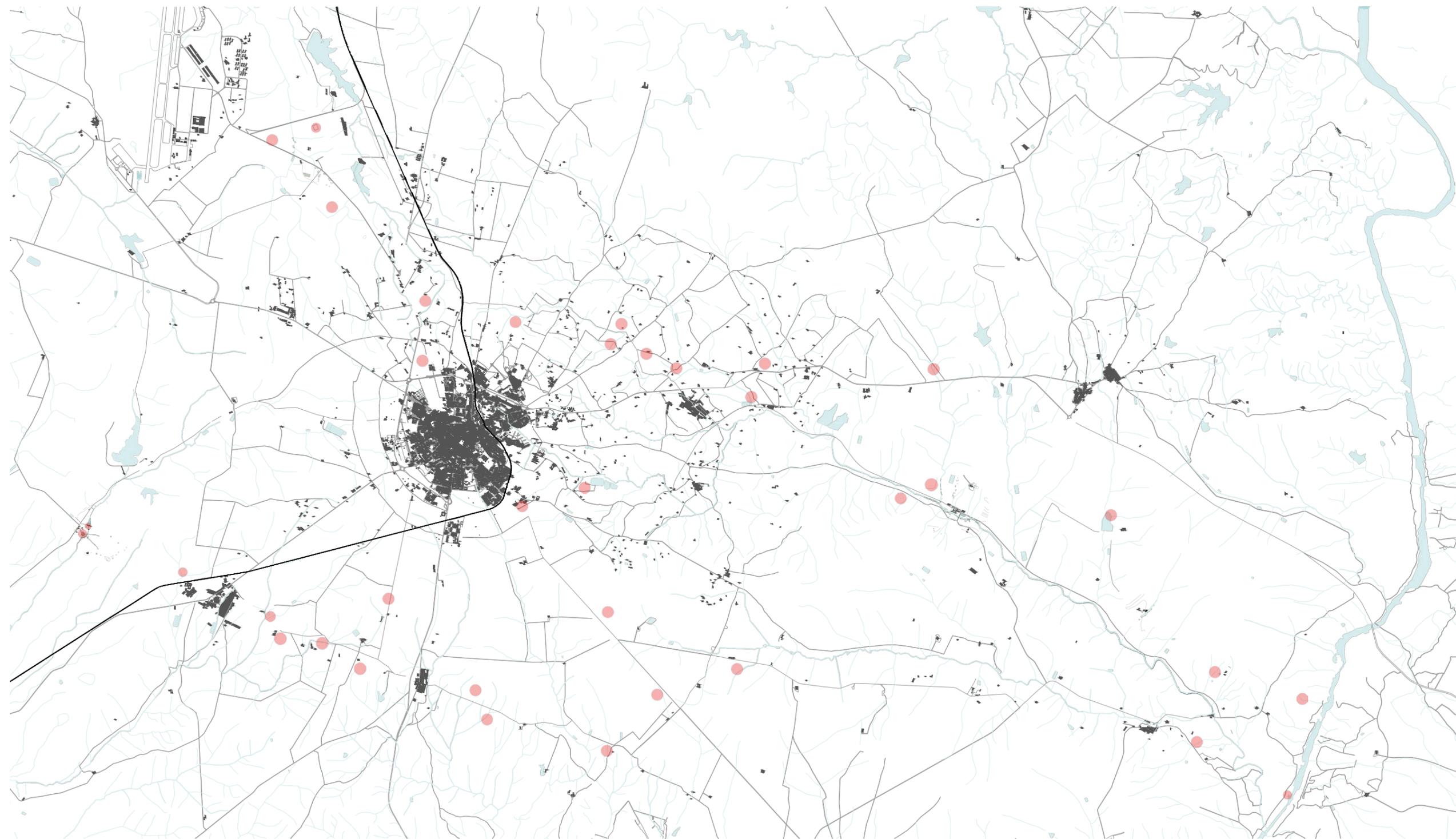
O terceiro capítulo refere-se ao Projeto Arquitetónico e é composto por duas partes: na primeira são introduzidos os temas do projeto, assim como o Plano Geral de Intervenção numa escala territorial; a segunda engloba o exercício do projeto de arquitetura cujo objetivo final é valorizar e conservar o Sítio Arqueológico. Com este propósito, foi inicialmente referida a evolução histórica, o enquadramento local e a descrição do objeto em causa – *Villa Romana de Pisões*.

Na fase final deste capítulo é descrita a Proposta de Valorização da área que inclui esta *Villa Romana*, partindo do geral para o particular, com base na memória descritiva de cada ponto estratégico, onde se desenvolvem aspetos relacionados com a implantação, numa escala alargada, e aspetos da construção, numa escala aproximada.

Por fim, o último capítulo diz respeito às considerações finais, nas quais se expõem a resolução da problemática referida inicialmente fundamentada com as bases estudadas ao longo da evolução do projeto.



## **I. Problema**



1. Planta de Território

..... Linha Caminho-de-Ferro

— Rede Viária

● Rede Hidrográfica

● Património Arqueológico

## 1.1 Património Rural

Hoje em dia o património arqueológico da região de Beja encontra-se subvalorizado e muitas das vezes desprotegido. É necessário encontrar alternativas no sentido de proteger, preservar e valorizar.

Um dos problemas atualmente existentes no concelho de Beja é a descaracterização e a desertificação da região, como consequência da exponencial intensificação da agricultura, que a possibilidade de irrigação pela albufeira do Alqueva passou a permitir<sup>1</sup>. Como consequência, o desenvolvimento cultural tornou-se muito secundarizado, nomeadamente o património histórico arqueológico na periferia de Beja. Tendo mesmo, algum desse património, sido brutalmente desrespeitado e alvo de vandalismo pela maquinaria agrícola pesada, ao arrotear os solos para as novas culturas de irrigação.

Outra das consequências é a destruição da típica paisagem agrícola, património cultural e natural da região, herança da ancestral centurição romana, de onde tiveram origem as produções cerealíferas de sequeiro, as vinha tradicional (de que ainda subsistem e são muito valorizados, por exemplo, os vinhos das sub-regiões de Moura e Vidigueira), as pastagens de subcoberto dos tradicionais montados onde se podia ver livremente a pastar

<sup>1</sup>A construção da Barragem de Alqueva, em 2004, possibilitou a distribuição de água às atividades económicas de que dela dependem, principalmente a agricultura nos 20 concelhos dos distritos de Beja, Évora, Setúbal e Portalegre (EDIA, 2017). Por ser uma importante reserva estratégica de água, a maior de Portugal, a produção agrícola no Alentejo sofreu grandes alterações. Passou a ter grandes extensões de campos de regadio, introduzindo e incrementando a produção de novas culturas e com elas, novas agroindústrias, mudando a paisagem típica do Alentejo (Gomes, 2007). Consequentemente provocou a redução da biodiversidade e geodiversidade e, com a exploração intensivas dos solos agrícolas - a devastação da Paisagem Tradicional Rural.



2. Problema atual: agricultura intensiva



3. Típica paisagem alentejana

manadas de gado *vacum* (como da raça de Touros de Lide), de cavalos, ou ainda varas de Porco Preto Alentejano (Feio, Sampaio, Fragoso, Catita, & Portas, 1963).

Esse novo paradigma agrícola, caracterizado pela implantação dos extensos pomares super intensivos de oliveiras, vinhas e amendoeiras, culturas horto industriais, que presentemente se tornaram o cenário da região, vêm substituindo paulatinamente o tradicional montado de azinheiras, oliveiras e sobreiros.

A informação que é divulgada sobre o património arqueológico nas áreas rurais da região de Beja é limitada e insuficiente. Apenas os arqueólogos e historiadores, que investigam este tema tão pertinente, têm real conhecimento das perdas que estão a ocorrer e têm procurado alertar os decisores políticos e a opinião pública, sem haver ecos significativos. São às dezenas os achados arqueológicos que têm sido identificados como sendo dos períodos do calcolítico, Idade do Ferro, período romano, medieval e moderno que foram encontrados na periferia de Beja ao longo dos últimos anos, que têm sido destruídos e a que não é dada a devida valorização.

O tema da agricultura intensiva nos concelhos alentejanos abrangidos pela área de regadio da Barragem do Alqueva, tem vindo a ser alvo de discussão por várias ambientalistas, historiadores, arqueólogos e agricultores. Os arqueólogos contestam este tipo de práticas, muitas das vezes ilegais, que vão contra o regulamento estabelecido pelos Planos Diretores Municipais (PDM). Em entrevista para a revista *Público*, o arqueólogo Miguel Serra afirma que “Por este andar, ficarão apenas os testemunhos que se encontram nas vitrinas dos museus ou nas salas de exposição. O resto vai desaparecendo da face da Terra” (Dias, 2017). A prática de destruição de património tem vindo a ser realizada desde sempre, mas esta utilização das novas maquinarias pesadas, ao longo desta última década, têm sido muito mais agressiva, quer a nível de destruição de património, quer a nível ambiental.

São vários os relatos de destruição dos achados arqueológicos pelas maquinarias agrícolas: o caso mais recente foi denunciado pela Direção Regional da Cultura do Alentejo (DRCA), juntamente com o Ministério Público e respetiva Procuradoria da República da comarca de Beja e pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC). Referem empresas de origem espanhola que tem vindo a adquirir e a implantar pomares, sendo que para o efeito fazem grandes movimentações de solos acabando por danificar património arqueológico.

Este tipo de dano resulta, algumas vezes, da utilização inadvertida de maquinaria pesada que atinge profundidades superiores às das alfaias agrícolas convencionais que habitualmente eram usadas na região. Outras vezes a atuação destruidora é consciente, tendo em conta que, mesmo sendo, a algumas empresas, determinado oficialmente o não

## Destruição de património arqueológico preocupa Direcção Regional de Cultura

A Direcção Regional de Cultura do Alentejo está a realizar diligências para prevenir a destruição do património arqueológico nesta região.

CULTURA

Situações identificadas nos concelhos de Beja, Alvíto, Ferreira do Alentejo, Vidigueira e Arronches

### Alentejo: explorações agrícolas destroem património arqueológico

12 DE JANEIRO DE 2018



A Direcção Regional de Cultura do Alentejo está a desenvolver acções de prevenção e de sensibilização para combater a destruição de património arqueológico provocado por plantações extensivas em diversos campos agrícolas daquela região.

HOME > SOCIEDADE > AMBIENTE > AGRICULTURA INTENSIVA NO ALENTEJO ESTÁ A DESTRUIR PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM LARGA ESCALA

AGRICULTURA INTENSIVA NO ALENTEJO ESTÁ A DESTRUIR PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM LARGA ESCALA

PATRIMÓNIO

### Olival intensivo destrói importante sítio arqueológico no Alentejo

Na área sob influência do Alqueva é cada vez mais difícil conciliar culturas intensivas com a salvaguarda do património.

Carlos Dias - 23 de Abril de 2017, 7:19

1925 PARTILHAS

### Direcção Regional de Cultura do Alentejo quer prevenir destruição de sítios arqueológicos

A Direcção Regional de Cultura do Alentejo (DRCAlen) anunciou hoje que está a desenvolver acções de prevenção e de sensibilização para combater a destruição do património arqueológico provocado por plantações extensivas em diversos campos agrícolas daquela região.

PATRIMÓNIO

### Villa romana de Pisões é agora a luxuosa casa das ervas daninhas

De Pisões só se encontra parcialmente exposto o que foi a residência de um latifundiário romano. A área relacionada com a exploração agrícola, habitações dos criados, celeiros e lagares está por escavar.

Carlos Dias - 17 de Julho de 2017, 8:50

3315 PARTILHAS

Empresa espanhola arrasou ponte e villa romanas em Beja para plantar amendoeiras

Por ZAP - 9 Outubro 2017

### Tribunais com vários processos para evitar destruição de sítios arqueológicos no Alentejo

Movimentações de terras para plantações em zonas com sítios arqueológicos classificados e sem autorização e acompanhamento da direcção regional de Cultura têm originado queixas e processos em tribunal para evitar destruição de património no Baixo Alentejo.

BEJA

### Ponte romana e sítios arqueológicos destruídos para plantar amendoal

Direcção Regional da Cultura do Alentejo pediu ao Ministério Público e à Direcção Geral do Património Cultural a suspensão dos trabalhos em Beja, mas a movimentação de terras prossegue.

Carlos Dias - 9 de Outubro de 2017, 8:36

6290 PARTILHAS

## 4. Recorte de títulos de jornais sobre a destruição do património arqueológico

prossegimento dos trabalhos, ao colocarem em risco património devidamente conhecido e classificado, esses trabalhos prosseguiram e prosseguem, com prejuízos irreversíveis para o património histórico do país. Em consequência, atingem ruínas e sítios arqueológicos, que estavam devidamente assinalados no Plano Diretor Municipal de Beja (PDM) e outras ainda desconhecidas ou em classificação e estudo.

A título de exemplo, o caso de uma empresa que com a implantação de um amendoal com cerca de três mil hectares, situado a seis quilómetros do centro do concelho de Beja, foram destruídos uma ponte, um aqueduto e uma *villa* da época romana, entre outros vestígios (Dias, 2017). Tem sido comum encontrar em terrenos lavrados, vestígios de cerâmica e mosaicos e pedras trabalhadas que remontam ao período romano.

Muitos indivíduos aproveitam estas relíquias, para as vender, como aconteceu na *Villa* Romana da Herdade das Represas. Após a destruição desta *Villa* romana pelo plantio de olival, centenas de moedas do período romano foram recolhidas do local por indivíduos, que depois negociam e vendem os achados em feiras de antiguidades, refere o arqueólogo Miguel Serra entrevistado pelo jornal *Público* (*Ibidem*, 2017). Publicado pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva (EDIA) no seu Anuário Agrícola (EDIA, 2017), as culturas do olival, vinha e diversas árvores de fruto somam no total cerca de 40 mil hectares de área de regadio, na qual uma grande parte dessa área são zonas de grande importância de património arqueológico.

Outra referência, desta vez por parte da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental do Circuito Hidráulico de Baleizão-Quintos, que registou 193 queixas de agressão de âmbito arqueológico numa área de oito mil hectares de solos agrícolas, entre a freguesia Baleizão e Quintos, que se encontram na periferia de Beja (Dias, 2017). No início de 2018 foi criada uma petição com o título “Pela Defesa do Património Arqueológico Nacional”, propondo uma atuação por parte do Governo “para combater a economia paralela de destruição e venda ilegal de Património Nacional, a qual origina a destruição de sítios arqueológicos que poderiam, se valorizados, ser motivo de atratividade turística cultural e fixação de populações ligadas, direta e indiretamente, a essas mesmas catividades” (Petição Pública, 2018).

Em síntese, é impreterível que o poder judicial tome posição para, como lhe compete, fazer com que as empresas (muitas financiadas por fundos europeus) que estão reiteradamente a danificar o nosso património, cumpram as leis nacionais, de maneira a prevenir novas destruições do património arqueológico em áreas rurais. Ana Paula Amendoeira, diretora regional de Cultura do Alentejo afirma que tem feito os possíveis para evitar estas situações, mas as “diligências nem sempre são bem-sucedidas.” (Rádio Voz da



5. Campos agrícolas da região de Beja

Planície, s.d.).

É, pois, necessário realizar propostas de intervenção nestas áreas patrimoniais, de maneira a que possam ser preservadas, valorizadas e dadas a conhecer, para serem potencializadoras de desenvolvimento e possam contribuir para a revitalização da subregião NUT III do Baixo Alentejo.



6. Vista aérea da *Villa Romana de Pisões*

## 1.2 Área de Intervenção

Como vimos anteriormente, o património arqueológico em áreas rurais encontra-se em degradação ou sendo destruído pelas causas explanadas, quer por se encontrar num território que necessita urgentemente de preservar e valorizar os seus atributos, no que ao património cultural concerne (que corre o risco de continuar a ser uma região histórica e culturalmente enfraquecida e por isso turisticamente irrelevante), é incontornável e prioritário encontrar soluções e propostas de intervenção que beneficiem essas zonas rurais.

A *Villa* Romana de Pisões enquadra-se no conjunto de outras *villae* que circundam a cidade de Beja. Estes achados (como *villae*, pontes, aquedutos, barragens, casais e castros romanos), não são tão simbolicamente monumentais e ricos como é o caso da *Villa* Romana de Pisões, porque, ou se encontram completa ou parcialmente destruídas pelas máquinas agrícolas, ou se foram degradando com o tempo, sem lhes ter sido dada a devida atenção pelos responsáveis da Direção Geral dos Monumentos Nacionais e, por consequência, vão tendencialmente desaparecendo da história e paisagem rural do Alentejo.

A estação arqueológica de Pisões é das poucas que se tem mantido resguardada do “progresso agrícola”, devido a estar classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1970, quando o Ministério da Educação Nacional e da Direção-Geral dos Monumentos Nacionais iniciou o processo de classificação.

Este sítio arqueológico levanta algumas questões, sobretudo no que toca à fragilidade da relação que estabelece com o território envolvente. Apesar de estar protegida por vedação, ao seu redor encontram-se grandes plantações de amendoeiras, o que torna a *Villa* separada dos restantes afins arqueológicos adjacentes. Sendo considerada uma das



7. Peristilo da *Villa* danificado e exposto às ações atmosféricas



8. Mosaicos da *Villa* danificados

mais ricas e bem conservadas *villas* romanas do país, encontra-se protegida pelo Plano Diretor Municipal (PDM), mas infelizmente isso não tem impedido a sua degradação. Tem estado praticamente ao abandono, pouco protegida das agressões atmosféricas, tendo inclusivamente sofrido já vários atos de vandalismo e roubo nestes últimos anos.

Para além da estrutura, é fundamental proteger os mosaicos romanos (que são a principal atração da *Villa*) que cobrem os pavimentos de muitas salas, simbolizando diferentes períodos da história romana. Estes encontram-se em mau estado e degradados, pois foram deixados expostos aos agentes erosivos desde que se iniciaram os trabalhos de escavação. Foi necessário recorrer à cobertura de vários painéis com gravilha, para poder conservar e travar a degradação dos mosaicos policromados.

Estando a *Villa* de Pisões situada a sete quilómetros do centro de Beja, há uma falta de articulação e até isolamento em relação a outras estruturas arqueológicas que são visitadas pelos turistas que visitam a cidade, como por exemplo o Castelo de Beja e o centro histórico da cidade. Os acessos existentes são extremamente precários, o caminho encontra-se em mau estado de conservação, onde circulam maioritariamente veículos agrícolas e há grande falta de sinalização que oriente e indique o percurso para a *Villa*.

Pelo exposto urge intervir para salvaguardar, valorizar, enquadrar no conjunto de monumentos da região e dar visibilidade.



9. Mapa territorial do sul de Portugal

35 Km



10. Concelho de Beja

## 1.3 *Pax Julia: Tempo e Espaço*

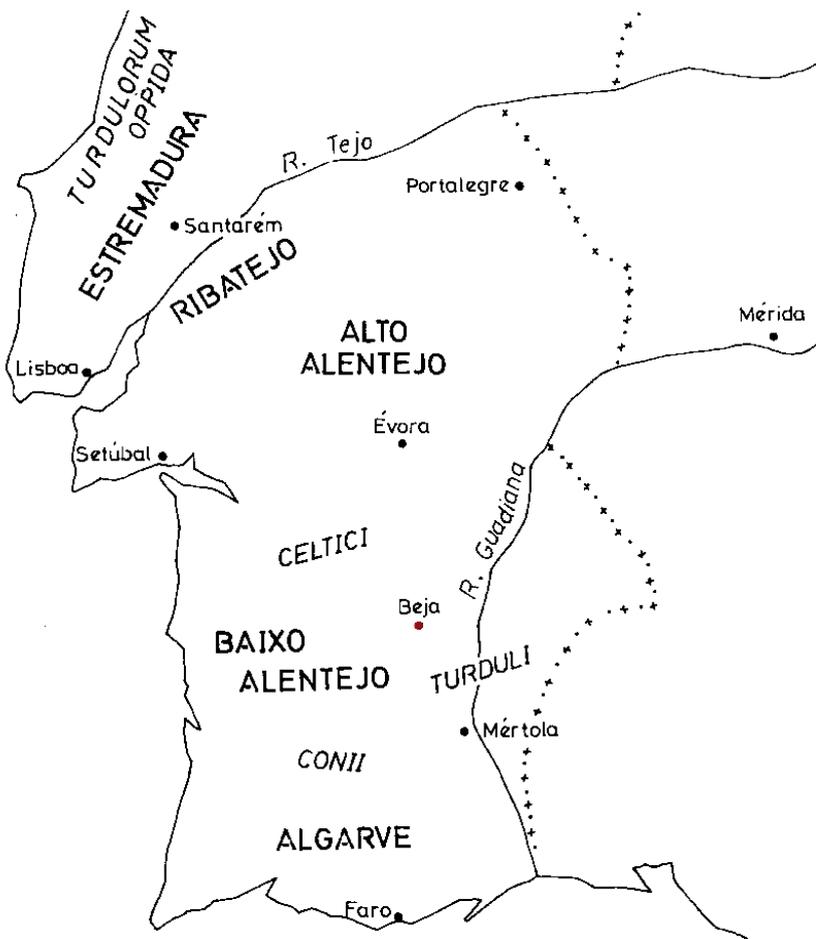
### 1.3.1 *Pax Julia Atual*

Beja, a *Pax Julia* romana, capital de distrito, situa-se na sub-região do Baixo Alentejo, no coração da vasta planície alentejana. Localiza-se a cerca de 180 km de Lisboa, 150 km do Algarve, 100 km do litoral alentejano e 60 km da fronteira com Espanha, apresentando-se numa posição geográfica central. É limitado a norte pelos municípios de Cuba e Vidigueira, a sul por Mértola e Castro Verde, a oeste por Aljustrel e Ferreira do Alentejo e a leste por Serpa.

O concelho de Beja é composto por treze freguesias<sup>2</sup> e possui 36 000 habitantes, com uma densidade populacional de 30,8 hab/km<sup>2</sup> (dados de 2001), representa valor baixo no contexto nacional, dos quais 60% da população reside na cidade. A população apresenta características de duplo envelhecimento e de não substituição de gerações. Das 13 freguesias, três são predominantemente urbanas, uma é mediantemente urbana e oito são predominantemente rurais (INE, 2012). Em relação aos glomerados rurais tem vindo a registar-se um esvaziamento progressivo com níveis preocupantes, alerta o INE.

A partir dos Censos 2011, a atividade económica no concelho de Beja tem registado uma subida pouco significativa no setor terciário, principalmente na zona centro do concelho, acompanhando a tendência verificada a nível nacional. As principais fontes de rendimento são os serviços, o comércio e a agricultura. Destaca-se a agricultura como principal fonte de rendimento, atividade que tem vindo a crescer de ano para ano (INE, 2012). É de salientar que, nas extensas áreas agrícolas, já não se destaca a tradicional cultura do trigo, mas

<sup>2</sup> União de Freguesias de Albernoa e Trindade, Baleizão, Beringel, Cabeça Gorda, Nossa Senhora das Neves, União de Freguesias de Salvada e Quintos, União de Freguesias de Salvador e Santa Maria da Feira, Santa Clara do Louredo, União de Freguesias de Santa Vitória e Mombeja, União de Freguesias de Santiago Maior e São João Batista, São Matias e União de Freguesias de Trigaches e São Brissos.



11. Os *populi* pré-romanos e as províncias atuais de Portugal, (Alarcão, 1988)

sim desenvolve-se atualmente a agricultura superintensa do olival, vinha e amendoeira associadas ao regadio.

O turismo, setor que tem vindo a ter um desenvolvimento pouco significativo, desemparelhado com o que se vive na generalidade do território nacional, tem um grande potencial de crescimento alicerçado no património cultural (IPBeja, 2011). Património esse, não caracterizado pela imponência arquitetónica, mas pela existência de um rico e vasto património histórico e arqueológico distribuído ao longo da paisagem rural do concelho.

### **1.3.2 Vida Rural da *Pax Julia***

Antes da ocupação da Península Ibérica pelos romanos, iniciada em 218 a.C, o sul de Portugal foi ocupado por dois povos, os Célticos (em latim: *Celtici*), que se instalaram anteriormente a um segundo povo, os Túrdulos (em latim: *Turduli*) (Alarcão, 1988). Apesar de estes dois povos possuírem laços de afinidade, o território alentejano sofreu maior influência por parte dos célticos. Este povo, oriundo da Meseta Central, tinha como objetivo alcançar o Litoral Atlântico ou o Litoral Mediterrânico, o que fez com que atravessasse o que, após a independência e a reconquista cristã, passou a corresponder ao território português. Não conseguindo o que pretendiam, em consequência de haver outros povos poderosos que queriam preservar as suas terras, instalaram-se no território entre o Tejo e o Guadiana, até à chegada dos Romanos (Alarcão, 1976).

A relação entre estes dois povos parece ter sido pacífica, pelo que as cidades turdulanas de Beja, Conimbriga e Mérida ancestrais eram abertas e não muralhadas. Esse bom relacionamento propiciou um período de progresso económico e desenvolvimento das cidades, o que ajudou ao enriquecimento económico do Alentejo, devendo ter havido uns favoráveis entendimentos comerciais vantajosas para ambos. Em consequência disso, segundo J. Alarcão (*op cit*), surgiram importantes entrepostos comerciais, normalmente associados a vias fluviais, que possibilitaram o crescimento de várias regiões do Alentejo<sup>3</sup>. Consequentemente, resultou num aumento da exploração da terra, da produção agropecuária, nos vários povoados.

É importante referir que, ao longo do território alentejano, estes povoados foram permanecendo e aumentando em área construída, tornando-se aglomerados populacionais organizados, assumindo entre si um ordenamento político que, segundo Jorge de Alarcão (*op cit*), podem-se classificar-se como Cidade-Estado, ou *Oppidum*<sup>4</sup>. Portanto, estes *Oppida*

<sup>3</sup> Beja também não foi caso de exceção, pode usufruir do rio Guadiana para obter as suas mercadorias.

<sup>4</sup> *Oppidum* (Ópido) era o termo em latim para os principais centros urbanos, que exerciam o controlo



12. As províncias da Hispânia, (Alarcão, 1988)

eram:

*“lugares centrais que funcionavam como capitais de vastos territórios, que promoviam um progresso urbano, social, cultural, económico e tecnológico. Pode inclusive supor-se que estas cidades-estado celtas poder-se-iam articular para que fossem “...distribuindo entre si uma quantidade de funções e de modelos habitacionais diferentes.” (Durão, 1999).*

Com a romanização, as rotas expansionistas do Império Romano levaram a que algumas legiões fossem direcionadas para a Península Ibérica em finais do século III a.C., expulsando, numa primeira fase, os cartagineses das regiões costeiras mediterrânicas e orientando-se, posteriormente, para os territórios do interior (Alarcão, 1988).

Esse movimento de ocupação foi prolongado, mas consistente, sendo que só no século I a.C. se encontra totalmente dominado o território e seguiu-se um período de consolidação do domínio romano, com a imigração e estabelecimento de elementos dos exércitos romanos a quem foi atribuída a cidadania romana e concedidas terras. Nesse período foram feitas várias divisões administrativas para melhor controlo, em que grande parte de uma delas, a *Lusitânia*, correspondia geograficamente, *grosso modo*, ao atual território nacional (*Ibidem*, 1988).

Seguiu-se um período de paz e prosperidade com a construção de várias vias romanas, outras estruturas e o surgimento e desenvolvimento de várias cidades como a *Pax Julia*, assim designada por ter sido sob o governo de Júlio Cesar, que se pacificaram as relações entre ocupantes e ocupados (Lopes, 2000).

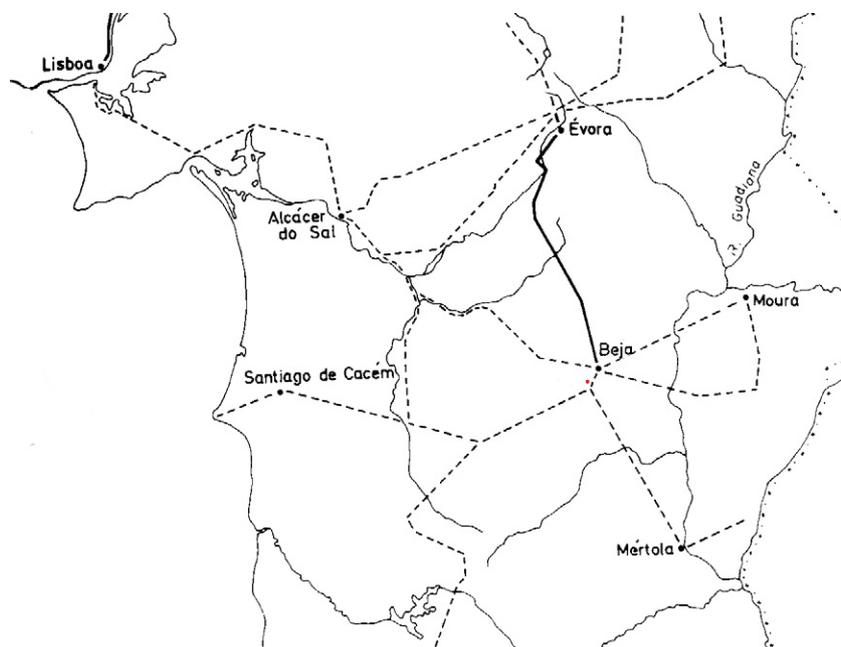
### **1.3.3 A vida rural da *Pax Julia Romana***

Assim a *Pax Julia* seria uma das importantes *civitas* do sul da Lusitânia, que sofreu uma significativa aceleração do seu desenvolvimento após a ocupação romana, o que se traduziu num progressivo crescimento económico, social e militar (Durão, 1999).

Nas regiões rurais, os povos indígenas depararam-se com o novo regime e formas de governar com características político-administrativas, económicas e culturais diferentes das suas. Sendo o povo céltico um povo menos organizado, desenvolvido e militarmente mais fraco que o romano, adotaram os padrões, normas e mesmo a língua romanas. Além

---

político e administrativo dos respetivo territórios (Alarcão, Serrão, & Marques, 1990).



13. Vias romanas do Sul de Portugal, (Alarcão, 1988)

do mais, estes pequenos grupos indígenas, que não tinham nem luxos nem riquezas e tiveram que abdicar das suas terras a favor dos colonos, ainda forneceram mão-de-obra para os diversos trabalhos do campo dos novos proprietários. Em troca foi-lhes concedido pequenos espaços para viverem e sustentarem-se (*Ibidem*, 1999).

Essas áreas de terrenos reduzidos e estruturas construídas mais modestas, como sendo pequenas explorações agropecuárias de subsistência, tinham como designações *casais*, *castros* ou *quintas* (Alarcão, 1976, 11).

O território da *Pax Julia* fornecia ótimas condições agrícolas e era por isso que a população rural conseguia ser autossuficiente e permanecer na região. É de notar que os celtas receberam, com a romanização, a aprendizagem de técnicas agrárias como a sequencialização, a distribuição e a organização das culturas pelos terrenos, o que contribuiu para o desenvolvimento económico das populações rurais (J. de Alarcão, 1974).

Saliente-se que para os terrenos serem organizados e para haver melhor gestão, foi necessário efetuar um processo de Centurição<sup>5</sup> no sentido de, como refere Durão (1999):

*“Colonizar, povoar e incrementar uma região determinada, mal aproveitada pelas populações anteriores, devido à introdução de novas técnicas, os melhoramentos romanos.”*

Uma vez que cada proprietário possuía um lote de terras, as gerações seguintes, que herdaram esses mesmos terrenos, foram, ao longo dos tempos, provocando diferenças na estruturação fundiária, quer pela divisão por herança, ou, pelo contrário, pela agregação de vários lotes.

A arqueóloga Maria da Conceição Lopes, com base dos estudos de Vasco Mantas (1986, *apud* Conceição, 2000), analisa a malha rural de *Pax Julia* e considera que a centurição romana podia então, ter dado origem a várias formas de habitação em diferentes locais, espalhadas pela paisagem agrícola. A compreensão dessa distribuição contribuiu para a descoberta arqueológica de várias dessas *villae*.

<sup>5</sup> A Centurição consistia na “divisão sistemática e regular, por iniciativa estatal, da área rural dependente de uma cidade e na atribuição das parcelas a colonos de médias ou pequenas posses” (Alarcão, 1976).



14. *Villa* Romana Fortificada do Alto da Fonte do Minho, Peso da Régua

## 1.4 *As Villae*

A arqueologia em Portugal conhece ainda muito pouco da história e da arquitetura das *villae*. Sabe-se que as primeiras *villae* eram fortificadas, datando do século I a.C., quando os romanos começaram com a ocupação do território nas zonas rurais das *civitas*<sup>6</sup>. No entanto, ao longo do tempo, pela sua larga área de terreno e por ser uma zona que permaneceu pacífica, já não era necessário defendê-la, mas sim aproveitar melhor as terras e recursos que os campos davam, fazendo com que as necessidades básicas da população estivessem satisfeitas e gerasse riqueza. Foi então espontânea a mudança das *villae* fortificadas para as *villae* sem fortificação. Tal possibilitou um “progresso técnico-económico que não só aumentou a qualidade de vida como consolidou a pacificação entre populações.” (Durão, 1999).

Estudos revelam que as *villae* alentejanas escavadas são relativamente poucas. Podemos deduzir que deveria haver grandes territórios pertencentes a uma só potência (J. de Alarcão, 1974). Para se perceber e compreender a dimensão da *villa* é melhor, logicamente, se estiver completamente escavada. Ou seja, com o conhecimento e a visualização completa dos vestígios arqueológicos, pode-se interpretar e intuir a dimensão da propriedade, a provável quantidade de habitantes, de trabalhadores agrícolas, entre outras leituras.

Com uma arquitetura sofisticada, com origem nas cidades do Imperio Romano, as *villae* foram marcos importantes, que demonstravam a prosperidade do período da ocupação romana. Os romanos seguiam práticas construtivas diversas em função de uma

<sup>6</sup> *Civitas* vem do latim e significa cidade ou cidade-estado. Para a arqueóloga Maria da Conceição Lopes (2000), *Civitas* “é um corpo onde se reconhecem vários espaços – espaço sociopolítico, espaço político-administrativo, espaço sociocultural, espaço económico, espaço de cultura, etc. – cada um deles com a sua escala temporal (a do tempo da sua construção) e os seus ritmos de funcionamento.



15. Vista aérea, *pars urbana* da *Villa Romana Cardílio*, Torres Novas

bem definida hierarquização social e isso é evidente nas várias residências principais luxuosas e robustas, quando comparadas com os espaços de alojamento dos servos e das dependências agrícolas.

Naquele tempo, a arquitetura romana urbana na região de Beja ia evoluindo de forma natural e à semelhança do que acontecia com o restante império, com o aparecimento dos fóruns, monumentos e edifícios maiores, templos e locais de lazer. O clima do Alentejo obrigava as pessoas a ter onde se refrescar no tempo quente, como termas ou fontes. Tal levava à necessidade de realizar estruturas de armazenamento e condução de água, como barragens e aquedutos, respetivamente, para ser usada para rega, consumo e lazer.

Há várias interpretações deste tipo de achado arqueológico que varia de caso para caso: a arqueóloga Conceição Lopes (2000), para definir o que era uma *villa*, cita Columela<sup>7</sup> dizendo que:

*“A villa era composta por três partes: pars urbana, destinada à residência do proprietário, pars rústica, destinada a alojar os criados e lavouras e pars frumentária, que era o conjunto dos edifícios destinados à transformação e reserva de produtos e recolha de animais (adega, celeiro, lagares, eira, estábulos, etc).”*

É igualmente caracterizada como unidade de exploração agro-pastoril, constituída por elementos indissociáveis, como o conjunto de edifícios habitacionais, de armazenamento e estábulos e uma propriedade fundiária, que pode ser contínua ou descontínua (*Ibidem*, 2000).

A *pars urbana*, como já referido, é a que melhor mostra o ambiente, muitas vezes palaciano, em que os abastados proprietários viviam. Com possibilidades financeiras, construam:

*“Habitações ricas e em refinadas estruturas, em estatuária e fontanária, em templos e mausoléus funerários, em edifícios termas e piscinas, em mosaicos e pinturas, testemunhos da arte, do bom gosto, da presença sociocultural e, até mesmo, marcos significativos da própria Historia Luso-Romana”* (Durão, 1999).

<sup>7</sup> Columela, era assim que o escritor romano Lúcio Júnio Moderato era conhecido. Célebre pelos seus tratados sobre agronomia, da obra escrita *Res rustica* e *Liber de arboribus*. Do primeiro tratado mencionado fala dos trabalhos do campo, desde agricultura, apicultura e pecuária, inspirando-se em obras de Catão e Marco Terêncio Varrão. As obras de Columela eram consideradas como reportório mais extenso e documentado sobre agricultura romana.



O peristilo passou a integrar a arquitetura interior a partir do século I a.C. É uma galeria aberta que se encontra no centro da casa principal, normalmente rodeada por colunas. Provavelmente este modelo, mais tarde, iria dar origem aos claustros. De modo que, quanto mais peristilos a *pars urbana* tivesse, mais havia circulação de ar, pois estes se encontravam a céu aberto.

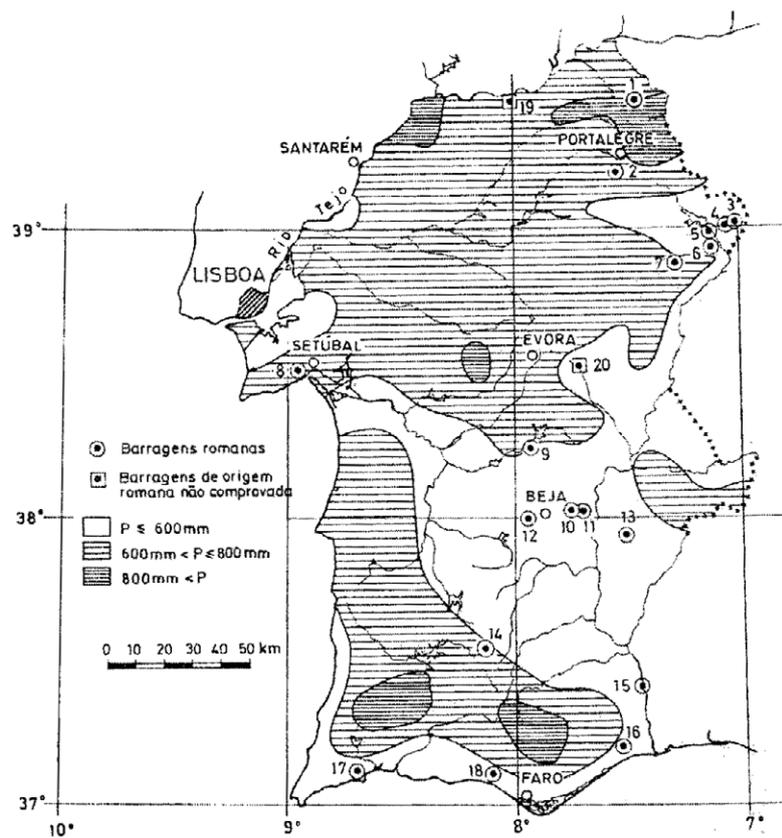
Outra característica importante da *pars urbana*, que tornava a residência mais luxuosa era as *exedras*. Eram alas projetadas para o exterior que se situavam nas salas nobres, como a sala de jantar (*Triclinium*) e encontravam-se do lado oposto à entrada, normalmente num dos lados da sala do peristilo (Durão, 1999).

A fachada da residência senhorial, normalmente porticada, abria-se para o pátio de onde saíam acessos de distribuição para as várias dependências anexas. Esses elementos adjuntos seriam as partes rustica e frumentária da *villa*. Lá se alojavam trabalhadores, criadagem doméstica e o encarregado ou supervisor dos trabalhos desenvolvidos. Várias outras divisões podiam incluir: Oficinas, onde se guardavam e fabricavam utensílios; Celeiros; Cisternas; Lagares; Adegas para a preparação do vinho; Lagares de azeite; Moinhos; Sala dos teares; Estábulos, cavalariças e zonas de criação de animais. Tudo o que uma *villa* precisa para se tornar autossustentável, uma vez que produzia tudo o que necessitasse para a sua sobrevivência e conforto (Alarcão, Serrão, & Marques, 1990).

Mas a *villa* não ficava apenas pela zona rustica, urbana e frumentária, também possuía vários campos de trigo e vinhas, pomares e hortas junto a cursos de água. Estes foram alargando consoante os recursos disponíveis.

#### **1.4.1 Técnicas Romanas de Aproveitamentos Hidráulicos**

A água sempre foi o grande motor de “arranque” para o desenvolvimento económico, permitindo a rentabilização dos recursos fundiários através das técnicas de rega. A vida rural e urbana depende deste recurso vital para que as atividades funcionem com eficácia. No Alentejo, este recurso foi um grande desafio para os Romanos (Durão, 1999). A escassez das bacias hidrográficas alentejanas foi um motivo de preocupação. Portanto, os Romanos descobriram maneira de aproveitar a água: captar, reservar, conduzir e distribuir a água para poder abastecer vários aglomerados quer seja rurais ou urbanos; regar as cearas, hortas e pomares; satisfazer necessidades terapêuticas, de higiene e de lazer da população; confeção dos alimentos; na indústria oleira e cesteira. Assim, os Romanos construíram barragens, aquedutos, poços, açudes, canais de rega, termas e hipocaustos. Tudo para o



16. Localização de barragens romanas e precipitação anual média, a sul do Tejo, (Quintela, Mascarenhas, Cardoso, & Alarcão, 2009)

aproveitamento e uma melhor utilização deste recurso vital.

É muito provável que as barragens tivessem sido das construções romanas da região, mais engenhosas e de maiores dimensões para o armazenamento e posterior distribuição das águas. Eram construções de alvenaria, com contrafortes de suporte, construídas de forma a formar bacias que retinham a água de pequenos ribeiros, vinda de nascentes próximas (Quintela, Mascarenhas, Cardoso, & Alarcão, 2009).

Nas *villae*, a água proveniente das barragens serviria para abastecer os vários tanques, piscinas das termas e também os fontanários que se encontravam nos pátios fechados. Estas várias piscinas tinham função lúdica mas também prática, como a rega dos vários campos agrícolas.

#### **a. Barragens Romanas em *Pax Julia***

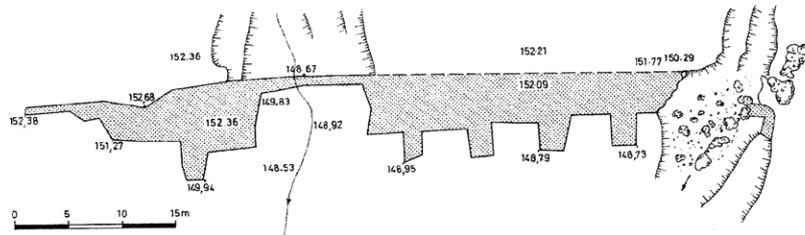
No concelho de Beja, existem três barragens principais: a Barragem do Muro da Prega, a Barragem das Hortas de Baleizão e a Barragem de Pisões<sup>8</sup>. Segundo Alarcão (2009), estas três barragens têm características próprias, todas diferem entre si. Das três barragens, a de maior área de bacia hidrográfica é a de Pisões, com 18,6 km<sup>2</sup> e com um volume armazenado de 38 000 m<sup>3</sup>. Enquanto a do Muro da Prega têm 3,0 km<sup>2</sup> de bacia hidrográfica e 6200 m<sup>3</sup> de volume armazenado. A das Hortas de Baleizão tem apenas 1,0 km<sup>2</sup> de bacia hidrográfica e não se sabe o seu volume de armazenamento (Quintela et al., 2009).

Outra característica importante é a técnica de construção, isto é a escolha dos materiais e modo como é construída a barragem. Normalmente, as barragens romanas são constituídas por “um núcleo de *opus incertum* ou de *opus caementicium*<sup>9</sup>, revestido externamente por paramentos de blocos arrumados, com ou sem contrafortes” (Quintela et al., 2009). No caso da Barragem do Muro da Prega, apresenta um traçado retilíneo e uma estrutura reforçada com cinco contrafortes a jusante, o que evidencia uma técnica mais aperfeiçoada na construção. Em relação aos aspetos construtivos, esta barragem é muito idêntica à Barragem Romana do Pego da Moura<sup>10</sup> em Grândola, Setúbal. Apesar de serem

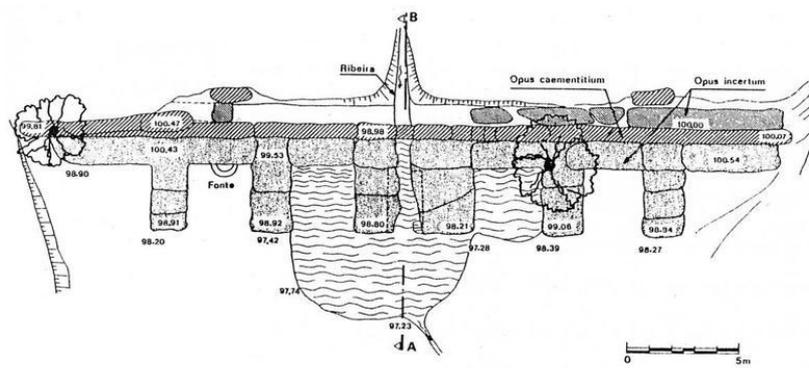
<sup>8</sup> Esta Barragem faz parte do projeto de valorização da *Villa Romana de Pisões*.

<sup>9</sup> *Opus incertum* e *Opus caementicium* eram técnicas de construção civil utilizadas no tempo dos romanos (Quintela, Mascarenhas, Cardoso, & Alarcão, 2009).

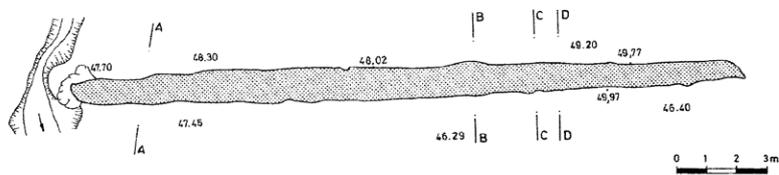
<sup>10</sup> Classificada como Imóvel de Interesse Público em 1997, trata-se de uma barragem com uma estrutura inédita: suportada por seis contrafortes a jusante, de planta retilínea com cerca de 40 m de comprimento, 3 m de altura e 2,90 m de espessura («Barragem Romana do Pego da Moura», s.d.). Os contrafortes e os muros de montante são de alvenaria irregular (*opus incertum*) e o muro intermédio



17. Planta, barragem do Muro da Prega, (Quintela et al., 2009)



18. Planta, barragem Pego da Moura



19. Planta, barragem de Pisões, (Quintela et al., 2009)

ambas contrafortadas e terem uma área da bacia hidrográfica muito parecida, a Barragem do Muro da Prega vence no comprimento, com cerca de 62 m de comprimento, mais 22 m que a Barragem de Grândola.

A Barragem das Hortas de Baleizão é a que se encontra no pior estado de conservação. O muro apresenta uma estrutura retangular com um traçado retilíneo, com apenas 1,90 m de espessura. Hoje em dia, a sua antiga bacia hidrográfica é um vale cultivado.

Por último e mais importante, a Barragem de Pisões apresenta técnicas inovadoras para aquele tempo. A construção do núcleo e do seu revestimento foi executado ao mesmo tempo. Das três barragens, é aquela que tem a maior altura, com 4,30 m. Apresenta uma estrutura retangular e um traçado retilíneo. Atualmente o muro encontra-se sensivelmente destruído pela ação do clima. Na zona de reservatório, a albufeira está atulhada, aterrada, nivelada e plantada com uma vinha. Verifica-se uma pequena abertura na base da barragem, de um arco de volta inteira, todo em tijoleira (Quintela et al., 2009).

## **b. Termas Romanas em *Pax Julia***

As termas e *balnea* romanos são dos edifícios mais variados construídos neste império. Ao contrário dos templos, teatros e foros, que são construções mais uniformes entre si, cada um destes edifícios é um caso único.

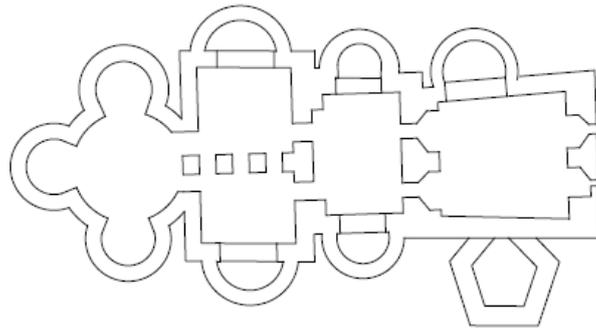
A necessidade de articulação entre os diferentes espaços constituintes de umas termas romanas e a sua intrincada engenharia, teve como consequência direta a conceção de um objeto complexo que exigia do arquiteto, em cada caso, um desenho novo. É notável a escassez de edifícios totalmente escavados e são raros os casos em que as plantas são conhecidas na sua integridade.

Em Beja, são poucas os *balnea* que se encontram a descoberto. Existem dois exemplos de termas romanas, que diferem pela sua forma e arquitetura – os *balnea* da Torre da Cardeira e os de Pisões. Ambas se encontram num contexto rural, de povoamento disperso.

O edifício termal da Torre da Cardeira encontra-se a sudeste de Beja, pertencendo a uma *Villa* romana a poucos quilómetros de Quintos, nas margens da Ribeira da Cardeira.

---

por betão (*opus caementitium*), ambos constituídos por blocos de xisto («Barragem do Pego da Moura | Atlas do Sudoeste Português», s.d.). Na zona do talvegue, na parte central e a meio da barragem, encontra-se uma brecha estreita onde passa atualmente o caudal da ribeira. Nesta zona, entre dois contrafortes centrais, situa-se a câmara abobadada cilíndrica.



20. Planta, Termas Romanas da Torre da Cardeira



21. Mosaicos da *Villa Romana de Pisões*

Apresenta uma planta complexa e invulgar, pois tem uma simetria e desenho quase barroco em que a sequência de espaços semicirculares domina o desenho (Alarcão, 1988). De uma construção muito cuidada em todos os seus detalhes, observa-se o *opus mixtum* alternado com alvenaria única, por ter uma argamassa rica em calcário. São pouco os vestígios encontrados no terreno, é impossível determinar e reconhecer o pavimento, os fornos e muitos outros elementos essenciais à correta interpretação deste objeto. A volumetria deste espaço seria bastante rica e harmoniosa, conjugando os espaços circulares e retangulares sob uma cobertura complexa de vários elementos abobadados (Reis, 2004).

O desenho da forma do edifício termal da *Villa Romana de Pisões*, em comparação o da Torre da Cardeira, é mais vulgar, apresenta-se em maior escala e com mais vestígios arqueológicos. No próximo capítulo iremos falar mais profundamente deste edifício termal, pois faz parte do tema em estudo.

#### **1.4.2 Materiais de Construção**

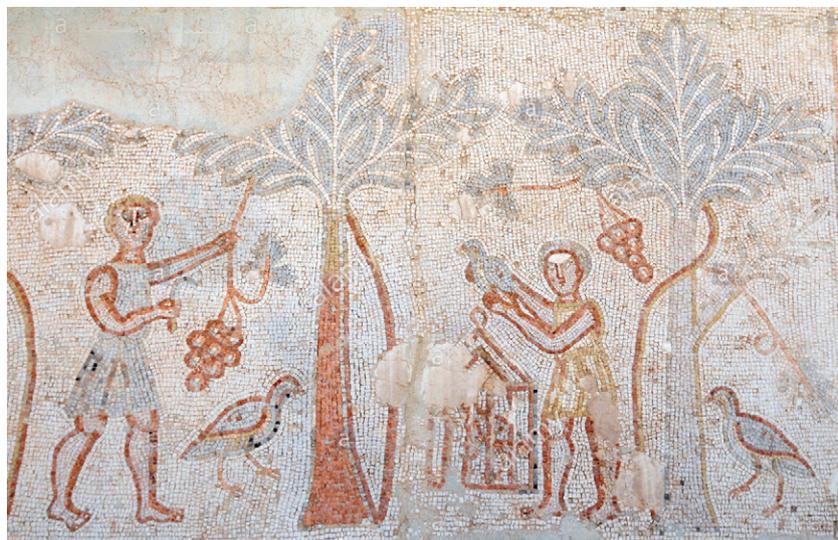
Em relação aos materiais de construção, a pedra sempre foi utilizada para estruturas habitacionais. É de conhecimento, que as técnicas de construção foram melhorando principalmente pela influência dos romanos, que começaram a utilizar argamassas e tijoleiras para ajudar a consolidar a estrutura, para melhorar o isolamento, conforto térmico e por razões ornamentais.

A pedra alentejana predominante é o xisto e o granito. Mas também utilizaram o mármore que era transportado de Vila Viçosa ou Estremoz (Durão, 1999). Este último, por ser mais nobre, foi usado em pavimentos de divisões mais importantes, estatuária, escadarias, monumentos funerários, colunas e outra cantaria. Em várias *villae* foram, obviamente, encontrados este tipo de material na *pars urbana*.

A técnica de revestimento decorativo em mosaico é também uma imagem característica desta civilização e está presente em algumas *villae*, e a de Pisões é particularmente rico nestes painéis artísticos.

Os mosaicos eram constituídos por *tesselae*<sup>11</sup> de várias cores, que eram cortadas a rigor e de seguida utilizados para formar desenhos muito complexos e policromáticos. Esses desenhos muitas vezes correspondiam a padrões de símbolos geométricos, ou eram figurativos, representando divindades, animais, cenas do quotidiano ou imagens de

<sup>11</sup> Tessela (em laim – *Tesselae*) é usado no revestimento de pavimentos, mosaicos ou marchetaria. O termo também é usado para designar pequenas peças ou cubos coloridos de tijolo, vidro ou pedra, que embutidos constituem um mosaico.



22. "Povos romanos nas tarefas agrícolas", mosaico romano. Bosra, Síria

peessoas influentes, provavelmente dos próprios proprietários e família. Os mosaicos eram igualmente usados nos tanques ou piscinas da *pars urbana* das *villae*.

O *opus signinum* era considerado a argamassa mais utilizada na construção de muros, pavimentos, tanques e piscinas. Constituído por cal, areia, pó de tijolo e água, este material foi muito utilizado em pavimentos de edifícios romanos entre o século I ao II d.C. Mais tarde, foi substituído nos pavimentos das salas principais, por mosaicos padronizados feitos de pequenos pedaços de pedra ou cerâmica.

Já falado anteriormente, o *opus incertum* e *opus caementicium* eram técnicas de construção. O *opus incertum* é uma argamassa composta de pedaços pequenos de pedra. O *opus caementicium* é conhecido como o cimento romano, era usada para completar as construções em pedra (Quintela et al., 2009).

São vários os materiais e tecnologias inovadoras, usados pelos romanos e encontrados nas escavações arqueológicas, o que mostra uma considerável evolução relativamente aos outros povos que habitavam a península naquele tempo.

### 1.4.3 Agricultura

Nestes climas mediterrânicos, a oliveira, a videira e os cereais foram importantes para a próspera ocupação humana no período da romanização. O azeite, o vinho e o pão eram a base alimentar das populações (Alarcão, 1974).

A agricultura é uma atividade rural que impõe disciplina, ordem, rigor e técnica. O método da divisão em lotes de terreno, em que depois são atribuídos diferentes tipos de cultivos, é fulcral para haver boa produtividade. Por exemplo, é importante saber que tipo de terreno é mais favorável para a plantação de árvores de fruto, olivais, vinhas, cereais, hortas, montados de pinheiros, sobreiros e azinheiras sob os quais pastoreavam os gados. Era igualmente uma forma inteligente para preservar a boa fertilidade dos excelentes solos de barros<sup>12</sup> negros da região de Beja (*Ibidem*, 1974).

<sup>12</sup> Estes barros eram conhecidos como os Barros de Beja, são constituídos por rochas eruptivas básicas da formação dos dioritos Gabros de Beja. Estas rochas alteram-se facilmente dando “origem a solos argilosos de grande potencial agrícola conhecidos por Barros de Beja.” (Lopes, 2000).



## **II. Estado da Arte**



23. "Roman Ruins with a Prophet", de Giovanni Paolo, 1751

No seguimento do conhecimento adquirido com o estudo da problemática do Património Arqueológico Rural de Beja, da sua contextualização histórica e para se poder entender melhor as ações subjacentes ao projeto arquitetónico, é necessário compreender os valores e bases teóricas que suportam esta dissertação. Seguidamente serão apresentados conceitos referentes ao património cultural, assim como ao património arqueológico.

## **2.1 Valorização do Património Cultural**

A preocupação sobre a conservação e valorização do Património Cultural têm vindo a ganhar alguma importância e atenção. Esta questão remota para o século XX. Foi sensivelmente na Europa que foram introduzidos vários documentos sobre a proteção e gestão dos bens patrimoniais. Foi a partir da primeira Carta de Atenas, em 1931, que deu início a vários documentos e a serem discutidos a nível internacional, sobre a definição do conceito de *Património*, o que originou vários regulamentos de proteção e à sua classificação, como a Carta de Veneza de 1964<sup>13</sup> e a Carta de Cracóvia de 2000<sup>14</sup> (Alarcão, 2009, p. 24, 25).

Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, quando a Sociedade das Nações deu lugar às Nações Unidas (UN), foram igualmente criadas outras sucedâneas e dela fazendo parte, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual tem

<sup>13</sup> Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios – Carta de Veneza de 1964.

<sup>14</sup> Princípios para a conservação e o restauro do património construído – Carta de Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.



como principal objetivo contribuir para a salvaguarda do património. Enquanto promotora da proteção do património e da criatividade, a UNESCO tem como finalidade de preservar e respeitar as especificidades de cada cultura, quer no que toca ao património tangível, quer no intangível, ou imaterial.

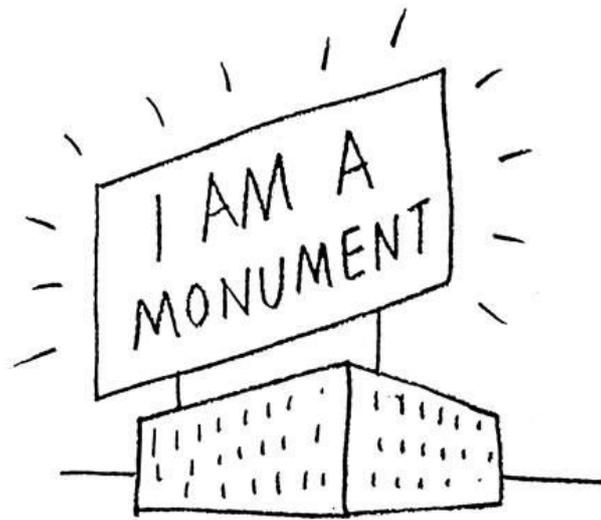
Desde esse período ocorreram várias convenções internacionais na área da cultura, que constituíram “uma plataforma global única para a cooperação internacional” e propunham-se proteger e salvaguardar o património cultural, incluindo os sítios arqueológicos.

Ainda relativamente à proteção do património, surge em 1972, a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, onde se afirmou que o património natural e cultural está cada vez mais ameaçado pela destruição, não só em consequência da degradação, mas também pela evolução da vida social e económica. Considera que a proteção do património é insuficiente devido aos custos necessários para a sua concretização, quer em recursos económicos, científicos e financeiros, como também pela insuficiência de meios humanos preparados para o efeito de proteção. Foram criadas novas leis para a conservação, proteção e valorização do património cultural para benefício da sociedade e prosperidade do bem patrimonial (UNESCO, 1972).

Em 2011, a UNESCO publica um documento que viria a atualizar todas as recomendações relacionadas com o planeamento e gestão das paisagens históricas urbanas, no enquadramento do desenvolvimento sustentável. Este documento tem como nome *Paisagem histórica urbana*, teria como finalidade preservar e dar a reconhecer a importância da integração do património cultural e histórico perante o meio onde se insere, baseando-se numa relação equilibrada e sustentável entre o ambiente urbano e o natural (UNESCO, 2011).

A origem da palavra *património*, provém dos étimos latinos *pater*, que significa “antepassado” ou “pai” e *moneo* proveniente de “relembrar”. Assim, a palavra *património* está ligada à noção de herança “os bens que herdamos dos nossos ancestrais.” (Hernández & Tresserras, 2008, p. 11).

Assim, o património é aquilo que provém dos nossos antepassados que pode ser interpretado como objetos materiais, como uma casa, um utensílio, ou mesmo um local. Mas pode-se igualmente interpretar *património* em sentido mais abstrato ou mesmo espiritual. Assim sendo, de acordo com estes autores (*ibidem*, 2008), pode manifestar-se através de elementos materiais ou imateriais, que traduzem história e memória ao longo do tempo. O Património Cultural está associado às responsabilidades de conservar, valorizar e proteger que remetem para toda a comunidade, não só à escala regional, mas também a uma escala



24. "I am a monument" desenho de Venturi e Scott-Brown do Livro "Learning from Las Vegas", 1972

nacional ou mesmo internacional. O Património pertence-nos, é uma propriedade coletiva e é fundamental que a sociedade possa usufruir e entender o objeto patrimonial como resposta ao conhecimento de manifestações do passado comum. É então, a partir destes conceitos, imperioso valorizá-lo e conservá-lo.

Choay (1992, *apud* Carvalho 2012) identifica três conjuntos de valores que caracterizam um determinado edificado e lhes confere um determinado estatuto de património: o valor artístico ou estético, o valor económico e o valor de memória ou cognitivo.

O valor artístico ou estético é uma característica essencial do património arquitetónico arqueológico, que ao longo dos séculos valorou a particularidade, as atitudes de apreciação. É exemplo disso, o interesse e admiração pela antiguidade clássica, as suas estruturas arqueológicas e, em geral, por todos os vestígios do passado.

O valor económico é o que se relaciona com o conceito de património associado a uma quantia, quer pela sua natureza jurídica enquanto propriedade, quer porque normalmente remete para a justificação de se terem de tomar decisões de cariz financeiro. “A consideração económica torna-se pertinente, sobretudo na arquitetura” (Carvalho & Fernandes, 2012, p. 14), principalmente quando envolve interesses do proprietário do imóvel, que normalmente são indiferentes aos valores imateriais do edificado, mas que ficam sujeitos a “condicionalismos por via da patrimonialização e interesses dos agentes de produção do espaço urbano” (*Ibidem*, 2012).

O valor de memória ou cognitivo fundamenta-se em que o património consegue ter a qualidade de configurar a memória ou o imaginário coletivo e, por isso, pode atuar como “elemento de gerador da imagem e da identidade territorial.” (*Ibidem*, 2012). Hoje em dia, esta perspetiva do valor tem influência crescente na definição de património, tornando-a mais abrangente e genérica.

Em relação à noção de monumento, os autores estudados conceitualizam diferentes perspetivas de *valor monumental*.

Para Alois Riegl (1858-1905), o monumento é uma obra criada pelo Homem com o intuito de se conservar para sempre, para perdurar nas consciências das gerações futuras. Ou seja, o monumento não é um objeto insignificante, desperta-nos emoções e recordações (Hays, 1998). Remete para a manutenção da memória coletiva de um povo ou sociedade:

*“(...) não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. (...) Chamar-se-á monumento, tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos (...). A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória.” (Choay & Castro, 2015)*



Para Ballart (1996), a melhor forma de valorizar e conservar o monumento é dar uso a partir da contemporaneidade, o que pode acarretar o risco de pôr em causa o valor histórico do próprio monumento e levar à perda do seu significado, à falta de preocupação pelos responsáveis pelo património, e, em alguns casos, ao seu esquecimento pela perda do significado original (Ballart, Pericot & Mendizábal, 1996).

Assim sendo, o valor patrimonial é entendido como o aspeto material considerado representativo de um determinado valor cultural. (Morais, 2010). A nossa escolha em relação à conservação depende dos valores que atribuímos ao monumento (Hays, 1998), ou seja, património tem um conjunto de valores que se pode alterar em função do contexto histórico. No exemplo dado por Fernando Morais, um castelo medieval, que em tempos tinha como principal função proteger de invasões, que foi abandonado ficando em ruína e, mais tarde, foi recuperado e transformado numa pousada. O seu valor, enquanto monumento, foi-se alterando ao longo do tempo devido à alteração dos contextos, sendo, atualmente, um recurso turístico (Morais, 2010).

Em conclusão, apesar de serem atribuídos vários significados por diferentes autores, o património é uma herança cultural coletiva, um elemento estruturante da mediação entre o passado e o presente. Serve para criar vínculos e diálogos intergeracionais.

### **2.1.1 Património Arqueológico**

De acordo com a legislação portuguesa, o património arqueológico abrange todos os vestígios e ou indícios que contribuem para retratar a história da humanidade.

O património arqueológico é considerado uma vertente do património cultural, refletindo valores de memória, antiguidade, *autenticidade*<sup>15</sup>, originalidade, singularidade e raridade (Henriques, 1991). Compete ao Estado a divulgação, conservação, gestão e valorização deste património. A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, no artigo 3.º, afirma que é função do estado português fazer a transmissão da herança nacional<sup>16</sup>. É necessário garantir um planeamento e ordenamento do território que garanta a preservação dos achados arqueológicos.

<sup>15</sup> Não existe apenas um único conceito de *autenticidade*, mas vários. No que diz respeito ao património, a *autenticidade* histórica “compreende-se a manutenção dos valores históricos que surgem associados aos edifícios em estudo, não sendo permitidas quaisquer intervenções que possam alterar ou falsificar aquele tipo de evidências” (Henriques, 1991)

<sup>16</sup> Decreto de Lei n.º 107/2001, Diário da República, I Série – A, n.º 209 – 8 de Setembro de 2001, p. 5808, acedido a 10 de Novembro de 2018.



25. Anfiteatro romano de Mérida

Foi durante a década de 60 do século XX que houve várias mudanças face à prática arqueológica. Passou-se de uma visão de “caça ao tesouro” para uma estratégia de salvaguarda do património arqueológico. Esta linha de pensamento refletiu-se na produção científica da comunidade internacional ao produzir documentos como a Carta de Cracóvia de 2000 e a Convenção de Malta em 1992<sup>17</sup>, afirmando que a valorização de um sítio arqueológico faz parte de um processo controlado por leis, regras e princípios e deve ser fiscalizado pelo Estado. Pela convenção de Malta de 1992 determina-se as normas relativas à conservação do património arqueológico, com especial atenção à articulação da arqueologia e o ordenamento do território através das políticas de planeamento territorial. Este tema sobre a questão do ordenamento do território e da salvaguarda do património arqueológico, também são referidos no artigo 11.º da Carta de Cracóvia:

*“A conservação do património cultural deve construir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades.”* (Carta de Cracóvia, 2000, p. 4)

Após a aprovação no país do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, de 4 de Novembro de 2014, as intervenções arqueológicas têm vindo sucessivamente a aumentar em número, sendo necessário que sejam acompanhadas por um maior conhecimento histórico do local, um levantamento e registo dos achados mais exaustivos, o mesmo devendo acontecer à documentação produzida, uma vez que *“(...) todo o trabalho arqueológico visa a produção de conhecimento histórico, elemento essencial da cultura dos povos, e como tal, é desenvolvido em respeito pelas premissas e procedimentos da investigação científica”* (Decreto Lei 164/2014, 2014, p. 5634).

Para além destas mudanças de abordagem perante o trabalho arqueológico, outro fator se lhe associa, como a adoção de técnicas inovadoras e sistemas de informação computadorizadas que permitem o conhecimento com uma intervenção mínima nos achados arqueológicos, havendo assim, uma maior salvaguarda e capacidade de interpretação do património arqueológico.<sup>18</sup>

Para haver um maior controlo do património arqueológico no meio rural, foram aplicadas medidas de proteção a partir da Carta Arqueológica do PDM de Beja. Tendo como

<sup>17</sup> Esta convenção em Malta de 1992 (Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico) foi aprovada em Portugal em Outubro de 1997.

<sup>18</sup> Decreto de Lei n.º 164/2014, *Diário da República*, I Série, n.º 213 – 4 de Novembro de 2014, p. 5634, acedido a 13 de Novembro de 2018.



finalidade a salvaguarda do património arqueológico, foram definidos quatro graus de importância patrimonial, que correspondem a diferentes níveis de proteção:

O primeiro grau diz respeito aos vestígios arqueológicos de grande interesse, avaliando-se pela sua singularidade e o seu estado de conservação e “São interditos quaisquer trabalhos que impliquem a afetação desses bens patrimoniais” (*Carta Arqueológica - Plano Diretor Município de Beja, 2014*), exceto intervenções que decorram de projetos de valorização e conservação desse achado arqueológico, como ocorre com a proposta da presente dissertação sobre a *Villa Romana de Pisões*.

O segundo grau refere-se a vestígios de valor arqueológico elevado. Deve-se efetuar trabalhos arqueológicos prévios (sondagens/escavações) que promova soluções propostas a nível científico e patrimonial. Quaisquer tipos de intervenção relacionados com “infraestruturas, incluindo as de rega, operações urbanísticas e atividades agrícolas e florestais” (*Ibidem, 2014*) devem ser interrompidos.

Já o terceiro e quarto grau remetem-se a vestígios de valor arqueológico significativo ou “insuficientemente caracterizados”. Antes de prosseguir com intervenções relacionadas com operações urbanísticas ou atividades agrícolas e florestais, devem ser alvo de acompanhamento arqueológico, dependendo dos resultados que poderão significar medidas de minimização, conforme a avaliação dos elementos encontrados no local.

### **2.1.2 Valorização do Património Arqueológico**

A valorização do património arqueológico deve expressar-se sob a forma de ações periódicas que o potencializam. Tudo o que está relacionado com a conservação, restauração, divulgação, musealização, entre outros, são ações que contribuem para a valorização como um processo (Silva, 2017). No entanto, para Olga Matos (2008), este processo de valorização é visto com alguma complexidade e controvérsia, uma vez que pode efetivamente não acrescentar qualquer tipo de valor a um sítio arqueológico. Isto é, apenas “enaltece e evidencia os valores inatos que cada estrutura encerra em si, fazendo despertar as qualidades intrínsecas e descodificando os significados dessa mesma estrutura” (*Ibidem, 2008*), para que depois possam ser “transmitidos” aos visitantes.

Existem várias formas de rentabilização do património arqueológico, na perspetiva de criar valor na região onde se encontra, uma delas é o turismo cultural. Tendo em conta que muitas vezes as zonas rurais se encontram isoladas e degradadas, como que caídas no esquecimento, uma possível saída para a promoção do desenvolvimento económico e social dessas regiões onde se encontra o património arqueológico, seria converter esses monumentos em motores de desenvolvimento.



26. Parthenon, arqueoturismo. Atenas, Grécia

Em Beja, devido à sua localização no interior do país, com baixos índices de desenvolvimento económico, é necessário inverter a tendência de desertificação, empobrecimento e envelhecimento da população, por isso o desenvolvimento do turismo contribuiria para melhorar essa situação.

É notório nos decisores políticos a preocupação na necessidade e interesse em preservar e proteger o património cultural das respetivas regiões. Apesar disso, ainda não é evidente a criação de pontos de união entre o património arqueológico e o desenvolvimento local. Mesmo a sociedade civil ainda não aceitou totalmente a dimensão económica do património arqueológico, ou seja enquanto motor de desenvolvimento humano (desenvolvimento económico, social e cultural) (Morais, 2010, p. 8).

O fluxo turístico, motivado pelo património arqueológico designa-se por “arqueoturismo”, ou turismo arqueológico e “consiste na deslocação de visitantes a um determinado sítio arqueológico (ou museu de arqueologia) onde existem vestígios de sociedades antigas, tanto pré-históricas, como históricas (...)” (Morais, 2010, p. 8). Estes podem ser visitáveis via aquática ou terrestre.

Há várias formas de aproveitamento económico do património arqueológico, como por exemplo circuitos turísticos, acomodação dos visitantes, participação em escavações *in situ*, recriações históricas, feiras gastronómicas e artísticas, *merchandising*, entre outras, que possam dinamizar e promover o património arqueológico e a sua vertente turística permitindo a sua sustentabilidade e reinvestimento na sua valorização.

Para tornar o património arqueológico um promotor de desenvolvimento local é necessário delinear uma estratégia de promoção turística adequada. Locais de interesse arqueológicos podem-se tornar as principais motivações de visita turística e assim serem benéficos para a economia local. Neste caso, a freguesia de Penedo Gordo, ou mesmo a restante região de Beja, podem beneficiar com as potencialidades turísticas da *Villa Romana de Pisões*, de acordo com o que é proposto nesta dissertação.

#### **a. O plano de conservação e valorização da *Villa Romana de Pisões* de 1986**

A região a sul do Tejo é considerada uma das zonas mais ricas do país no ponto de vista da arqueologia (Durão, 1999). Nestes últimos 30 a 40 anos a intervenção arqueológica passou a ser significativa na região. No Alentejo, apesar de terem sido descobertos vários locais arqueológicos, as suas condições de conservação eram muito limitadas, encontrando-se ainda muitos delas desprotegidos e desvalorizados, especialmente na região de Beja (Silva, 1990, p. 3).



Tendo isso em consideração, começa-se um período de intensificação de ações de conservação dos sítios arqueológicos. Foram elaborados planos de conservação fundamentando-se num conjunto de “(...) critérios valorativos (no âmbito patrimonial e científico), critérios administrativos (situação institucional dos sítios ou monumentos) e até critérios circunstanciais” (Silva, 1990). Eram planos ambiciosos considerando as dificuldades burocráticas e financeiras que naquele tempo se colocavam, em relação ao novo tema de conservação dos sítios arqueológicos.

Na *Villa* de Pisões, na década 80, várias equipas de arqueólogos juntaram-se para a criação de planos de proteção e divulgação dos achados arqueológicos daí provenientes. Daí resultaram: trabalhos de consolidação de muros e tanques; restauro dos arcos do hipocausto; limpeza e restauro do espólio arqueológico que se encontrava num armazém sem condições; levantamentos topográficos; atualização da planta; limpeza geral e remoção do entulho.

Também, foi idealizado e concretizado um laboratório arqueológico como museu monográfico em Beja, com os devidos expositores de todo o espólio arqueológico encontrado em *situ*; a construção da casa do guarda que se encontra perto do achado arqueológico, com carácter residencial; a criação de um Centro Interpretativo provisório de pequenas dimensões contendo uma sala de exposição e instalações sanitárias. Nessa instalação provisória, foi incluído documentos de apoio, como por exemplo textos relativos à história da *Villa* de Pisões, maquete com a reconstrução da *Villa* Romana e o roteiro de visita, várias plantas com a evolução arquitetónica.

Outro fator em causa para a valorização deste achado foi o seu embelezamento, visava tornar esta zona mais verde, com plantação de uma sebe, que iria substituir a rede metálica e arborizar algumas zonas limítrofes, nomeadamente com a plantação de choupos ao longo da linha de água. Essas medidas não se chegaram a concretizar.

Encontram-se algumas falhas na manutenção, na conservação e na reestruturação deste achado de grande valor histórico, sendo necessária uma proposta que valorize, proteja e conserve este local - não só a zona onde está implantada a *Villa* Romana, mas em toda a área envolvente, que incluía a barragem de Pisões.



## 2.2 Intervir no Património Arqueológico

*“Nós podemos viver sem [a arquitetura], adorar o nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos nos lembrar.”*

*The Seven Lamps of Architecture* (Ruskin, 1849)

A história da arquitetura confunde-se com a história das civilizações humanas. Desde sempre, os arquitetos foram registando e aprendendo com as obras dos seus mestres do passado (Alarcão, 2009, p.15). Inquestionavelmente há uma necessidade perene de garantir a passagem do testemunho do saber arquitetónico de geração em geração. Isso verifica-se quando se vê como ainda são estudados, por “aprendizes a arquitetos”, os vários mestres da arquitetura, como é exemplo primordial Vitruvius (séc. I a.C.), com o seu tratado *De Architectura*. A importância da salvaguarda dos conhecimentos arquitetónicos adquiridos pelos antepassados, encontra-se bem visível em Leon Battista Alberti (1404-1472) que, pela sua obra *De Re Aedificatoria*, mostra a importância da salvaguarda do património baseando-se essencialmente nos princípios de Vitruvius e, deste modo, deu início a um movimento de preservação patrimonial (Alarcão, 2009, p. 16).

Contudo, nos finais do século XVIII, o tema de intervenção do património esteve no centro de debates de vários arquitetos, antiquários e críticos de arte, dividindo opiniões em relação ao tema do restauro e conservação dos monumentos históricos. Esquemáticamente, surgiram duas doutrinas que se defrontam: uma intervencionista, que predominava num conjunto de países da Europa continental; a outra, anti intervencionista, da Inglaterra (Choay & Castro, 2015, p. 153). Mais tarde, já no século XIX, estes movimentos foram liderados, respetivamente, por Viollet-le-Duc (1814-1879) em França e John Ruskin (1819-1900) em Inglaterra.

Le Duc defende a prática do restauro nos monumentos históricos de acordo com o seu estilo (restauro estilístico), onde no momento de restauro, seria imperioso um bom conhecimento do objeto de intervenção, de maneira a restabelecê-lo como modelo representativo do seu tempo. Assim sendo, cabe ao arquiteto colocar-se no lugar do autor



27. Ruínas medievais em Kenilworth, Inglaterra por John Ruskin

original do monumento e ir modificando ou acrescentando. Portanto, a historicidade do monumento ficava em segundo plano, em função da prioridade da restauração estilística. Mais tarde, em torno desta prática de Le Duc, foram-se multiplicando as reconstruções, onde o monumento deixa de ser verdadeiro, tornando-se numa réplica, ou então em falsas cópias do original (Choay & Castro, 2015, p. 157).

O lado inglês, dominado pelas figuras de John Ruskin e William Morris, com base nos seus escritos sobre a doutrina e a prática anti restauro é fácil perceber que têm ideologias opostas a Le Duc. Estes dois autores seriam os primeiros a conceber a proteção dos monumentos históricos em escala internacional (Op. cit, 2015, p. 142). Com Ruskin, surge o “movimento Anti-Restauro”, que consiste na impossibilidade de reproduzir um dado objeto, mantendo o seu significado. Ou seja, defendia um anti intervencionismo radical, a não intervenção na ruína a qualquer custo e rejeitava qualquer tipo de reconstrução. Para Ruskin, a memória deve preservar os conhecimentos passados e, portanto, as ruínas e os monumentos históricos foram as testemunhas fundamentais para demonstrar a história da arquitetura. Em conclusão, seria proibido tocar ou modificar os monumentos do passado, “Nós não temos o mínimo direito de fazê-lo. Eles não nos pertencem. Pertencem em parte àqueles que os edificaram, em parte ao conjunto das gerações humanas que virão depois de nós”<sup>19</sup> (Ruskin, 1956, p. 201). Para o autor, o restauro significa “a mais completa destruição que um edifício pode sofrer”, em sentido figurativo seria como ressuscitar um morto. Para além de que, querer restaurar um edifício ou um objeto, é “atentar contra a *autenticidade* que constitui a sua própria essência” e seria desrespeitar a história do edifício (Choay & Castro, 2015, p. 155).

Alois Riegl apresenta um método de avaliação do património a partir de uma *análise de valores* para determinar a melhor estratégia para intervenção nos monumentos. Para Riegl, em relação ao património arqueológico, o valor idade opõe-se ou prevalece sobre o valor de uso ou novidade, pois com o tempo a ruína deixa de ter uma função utilitária, ou seja um local arqueológico com o tempo deixou de ser um instrumento de uso, isto é, cessou a sua utilidade funcional para a qual foi inicialmente concebido. (Alarcão, 2009, p. 24). Em síntese, Riegl, de forma mais equilibrada que a visão dos autores anteriores, considera que pode haver intervenção na ruína, mas deve ser ponderada tendo em conta que é a função enquanto monumento que vai prevalecer.

### **2.2.1 Conhecer a ruína arqueológica**

<sup>19</sup> Este excerto foi retirado de um dos capítulos do livro escrito pelo crítico de arte John Ruskin: *The Seven Lamps of Architecture* – capítulo VI: *The Lamp of Memory*.



A ruína, como fragmento do passado, tem vindo a ganhar mais interesse e importância nestes últimos séculos. Para além de que se assume como um valor sentimental e simbólico, também tem um componente didático, na medida em que permite conhecer o passado e transmitir esse conhecimento às gerações futuras.

A ruína, tendo em conta a ausência de informação, encontra-se “mutilada, incompleta de uma *arquitectura ferida*” refere Alarcão (2009), e, portanto, é fundamental a sua análise, ou seja, a utilização do desenho como ferramenta principal, “desenhos que completam a ruína”, tal como a documentação. O desenho rigoroso realizado à escala, como entendia Alberti, como “instrumento de conceção, desenhos que ensinam a ver, que procuram a concordância entre a ruína existente e a forma ausente, dando de certo modo, a “marca da contemporaneidade” (Alarcão, 2009, p. 20, 22).

Ou seja, a partir do desenho procura-se reencontrar o espírito do criador da obra, ainda que esse completamento deve respeitá-la, no fundo, sem que isso signifique plagiar o autor. Pelo contrário ao fazê-lo, o desenho deve transmitir sentido de incerteza sobre como seria realmente o todo da obra original. E de que forma fazê-lo? Deve-se criar um diálogo com a pré-existência mas assumindo a intervenção enquanto continuação com uma data determinada e não como réplica do original.

### **2.2.2 Intervir no património arqueológico**

Hoje em dia, *intervir na ruína* arqueológica é um conceito bastante complexo, pois de certo modo abrange várias áreas, incluindo principalmente a arqueologia e a arquitetura.

Favorecendo a diversidade ao nível das intenções de intervenção, Alarcão propõe cruzar-se três tarefas consideradas fundamentais: Conhecer, Proteger e Valorizar. Cabendo ao arquiteto ter uma prévia atitude crítica perante a intervenção, amadurecida e fundamentada no conhecimento das teorias de conservação, valorização e de restauro.

Visando a valorização do monumento, procura-se ainda, ao sobre ele intervir, criar “um discurso pedagógico acessível aos diversos tipos de destinatários” - no fundo permitir que se torne entendível e por isso proporcione uma ‘viagem no tempo’ ao visitante, que essa visita lhe acrescenta saber e conhecimento.

Por outro lado, têm surgido contradições nas conceções de intervenção na ruína. Alarcão afirma que há duas preocupações, de difícil conciliação, na maneira de intervir: a promoção de instrumentos de leitura que facilitem a compreensão e a manutenção da *originalidade* (Alarcão, 2009, p. 31). Ou seja, um monumento que teve uma mínima



28. Hipocausto da *Villa Romana de Pisões*

intervenção, logicamente apresenta uma maior *autenticidade*<sup>20</sup> em relação à sua originalidade, mas a sua leitura não será compreensível. Ao invés, um monumento com uma maior intervenção “com o objetivo de aumentar essa mesma leitura” ao público, corre o risco de apresentar uma *autenticidade* diminuída.

O problema da legibilidade do objeto arqueológico é que o resultado da investigação arqueológica (a escavação enquanto acumulação de estratos indiciários) é completamente ilegível, já que precisamente acumula sobrepondo diversos estrato temporais, num mesmo e único espaço. Isso não quer dizer que os despojos mantenham autenticidade, já que nunca existiram daquela forma – vários estratos temporais sobrepostos num mesmo e único lugar. A procura dos vários estratos arqueológicos destrói, precisamente, a unidade de cada momento pelo colapso temporal/espacial que provoca.

A questão que sempre se levanta é sobre qual o estrato a eleger no processo de cenografar a ruína.

Em suma: para um público culturalmente mais apetrechado seria fácil a compreensão da ruína com uma menor intervenção; para o visitante menos culto a intervenção tem que ser complementada com mecanismos ou instrumentos de apoio, para que a leitura da ruína seja entendida. Surge duas questões que são aplicadas na maioria das vezes no momento de intervir no património: devemos dar mais importância à ruína ou ao visitante? Esta questão, bastante pertinente, é de fácil resposta, já que sem visitante a ruína não existe; a memória e a ruína existem em nós e não os objetos, como é de fácil demonstração.

A intervenção no património arqueológico deve ter sempre em conta a sua importância, do mesmo modo que deve garantir a preservação da ruína. Como também deve garantir as mínimas condições de visita ao público no momento em que o achado, após a intervenção, é aberto ao público e divulgado<sup>21</sup>.

Assim sendo, em consequência de todas estas diferentes perspetivas, a questão fulcral que se coloca é de como se deve estabelecer uma relação equilibrada entre a conservação e o usufruto do achado arqueológico.

<sup>20</sup> A *autenticidade* de um monumento “*não se baseia tanto na “originalidade temporal” (...) mas na capacidade de autenticar – de “acreditar como certos” – os valores do monumento.*” de Antoni González Moreno-Navarro, citado por P. Alarcão

<sup>21</sup> Este artigo determina que “*deve ser assegurada a valorização e apresentação das ruínas (...) e devem tornar-se as medidas no sentido de facilitar a compreensão do monumento sem nunca desvirtuar o seu significado*” Carta de Veneza sobre a conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, Veneza, 1964, artigo 15º.



29. Cobertura de proteção para o Templo neolítico de Hagar Qim, Malta

Parece-nos que uma possibilidade, consensualizando estas diferentes visões sem interferir de forma substancial na ruína, sem a descaracterizar, será através da criação de uma estrutura anexa ao monumento onde o visitante pode ter uma preparação para a visita, de forma a que possa usufruir da visita da melhor maneira. Falamos de um Centro Interpretativo. Este equipamento tem os propósitos didáticos referidos em cima, de maneira que, ao realizar a visita à ruína, o turista esteja já sensibilizado, orientado e informado, sobre o que vai ver e o significado do que vê.

#### **a. Conservação**

A conservação é um método fundamental para a intervenção em património arqueológico. Surge como primeira fase para garantir a salvaguarda do mesmo, antes de mais pelas consequências da própria visita, mas também das condições meteorológicas, de atos de vandalismo ou roubos, ou para retardar o avanço da degradação natural, ou ainda para prevenir agravamento das condições dos elementos da ruína, como derrocadas, queda de elementos decorativos, entre outros.

Nessa linha Alarcão considera que, relativamente à ruína, se deve sempre “garantir o seu nível mínimo de preservação” com apoio essencialmente das operações necessárias para controlar o seu processo de degradação (Alarcão, 2009, p. 32).

Segundo Alarcão, existem duas etapas importantes para a conservação do sítio arqueológico. A primeira etapa corresponde à fase de *intervenção indireta de conservação*. É indispensável identificar, investigar e documentar o achado arqueológico. Numa fase preliminar de intervenção, é necessário ponderar se estão reunidas as condições para manter a ruína a descoberto, caso contrário deverá ser reenterrada.

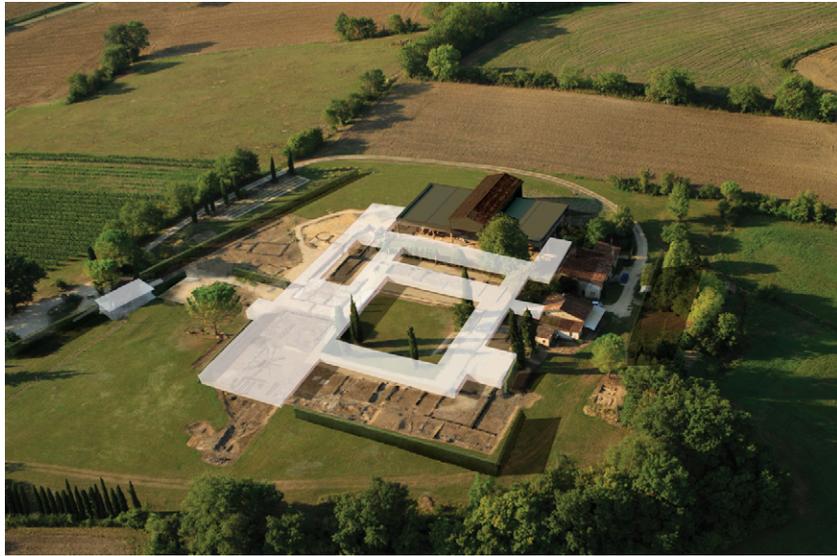
A segunda fase de intervenção indireta visa *proteger* o monumento. Efetuando-se análise das causas de deterioração, que podem ser relacionadas com o fator clima: temperatura, humidade que podem, designadamente, causar o aparecimento de plantas e conseqüentemente o aparecimento de animais; e o fator humano: roubos e atos de vandalismo. Para tal, é necessário fazer uma prevenção e controlo desses fatores com a manutenção *in situ* periodicamente. Esta prevenção é acompanhada normalmente por uma vedação de todo o recinto onde se encontra o achado arqueológico e por vigilância. Também, no local onde se encontra o monumento deve haver uma consolidação de vias e percursos, construção de valas para o escoamento de águas.

Em relação à fase de *intervenção direta de conservação*, diz respeito às ações de limpeza e desinfestação dos agentes biológicos por meios de equipamentos e materiais



específicos da arqueologia. Depois de concluída esse passo, segue-se uma *intervenção de proteção direta* na ruína, que compreende a impermeabilização das estruturas do achado. Protegendo e impermeabilizando os pavimentos/mosaicos do achado arqueológico, com colocação de areia ou brita, entreposta com uma manta de geotêxtil (Alarcão, 2009, p. 32, 33).

Também se pode proteger o achado arqueológico a partir de uma *intervenção de proteção indireta* que corresponde a uma cobertura de proteção à ruína. A qual protegerá das ações atmosféricas, mas simultaneamente deverá acrescentar um valor estético, proporcionando harmonia entre a ruína e a cobertura de proteção.



30. Foto-montagem da proposta para a *Villa* Galo-romana de Séviac

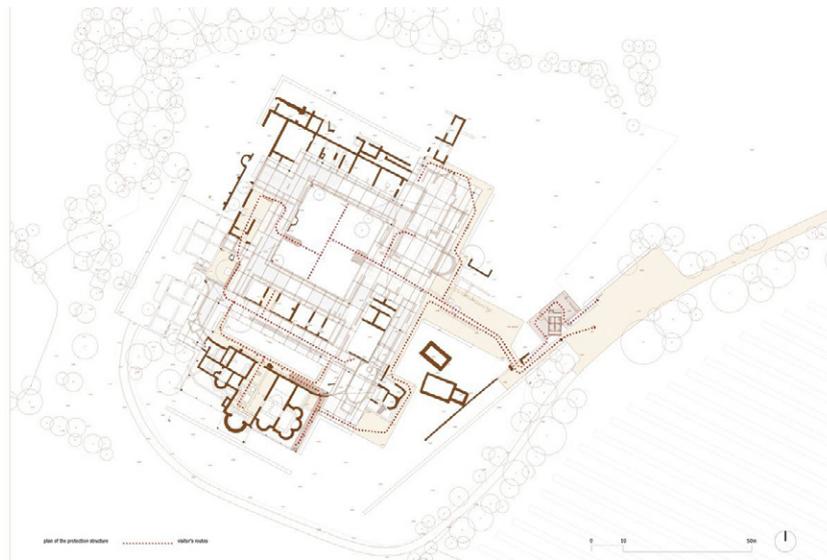
### 2.3 **Estudo de Caso: Cobertura de Proteção para a Villa Galo-Romana por Carrilho da Graça**

A *Villa* Galo-Romana de Séviac está situada no topo de uma colina, no coração de uma propriedade vinícola, rodeada de vinhas e ciprestes, na aldeia de Montreal-du-Gers em Séviac. É conhecida como sendo uma das maiores *villae* galo-romanas no sudoeste de França. Foi descoberta por acaso durante a construção de uma fazenda em 1860, mas só mais tarde, antes da Primeira Guerra Mundial é que se realizaram as primeiras escavações. O local caiu no esquecimento, mas em 1959, a Sociedade Arqueológica de Gers procedeu à limpeza do terreno, e deparou-se com essa *villa* romana. Anos mais tarde, em 1978, foi classificada como Monumento Histórico.

Ocupada durante o século I d.C até o século IV d.C, a *Villa* tem uma área de 6500m<sup>2</sup> de terreno. Caracterizando-se pelos seus mosaicos de grande beleza, que ocupam uma área de 625 m<sup>2</sup>, pelo seu edifício termal com 500 m<sup>2</sup> e por um peristilo tradicional («Villa Gallo-Romaine De Séviac», s.d.).

Desde que abriu ao público na década setenta, que foram feitos vários restauros pontuais. Só em 2015 se realizaram estudos de engenharia no local, que revelaram o perigo em que se encontrava o sítio arqueológico: a cobertura que estava a proteger o achado encontrava-se desgastada e colocando em risco toda a estrutura arqueológica. Por isso, os mosaicos não estavam a ser devidamente protegidos, nem a sua manutenção a ser executada. Era urgente responder à problemática da conservação da *Villa* de Séviac (*La «Nouvelle» Villa de Seviac*, 2018), repondo a necessária cobertura.

Iniciou-se, nesse mesmo ano, o Concurso Internacional para a proteção e musealização da *Villa* Galo-Romana de Séviac, que tinha como principal objetivo conservar e proteger o ex-líbris desta *villa* romana, os seus conjuntos de mosaicos e pavimentos. O projeto da



31. Planta da Cobertura de proteção da *Villa* Galo-romana de Séviac



32. Corte transversal

equipa de Carrilho da Graça foi vencedor deste concurso.

O projeto foi consagrado vencedor por respeitar a *autenticidade* e a sensibilidade da obra e ter em mente apenas a conservação e não a reconstrução do elemento que é a ruína. Contemplou não só a proteção das zonas mais sensíveis da *villa*, como também requereu a conceção de um novo espaço que respeitasse a história, a memória e a herança daquele achado. Para isso foi necessário que se compreendesse como intervir na ruína, sem tirar o protagonismo do existente, criando um diálogo entre o antigo e o atual. Em suma, o conceito geral da proteção da *Villa* de Séviac, visa enfatizar melhor os pontos fortes e as especificidades do sítio arqueológico e simultaneamente proteger e conservar as zonas mais sensíveis do achado.

A solução encontrada, que foi uma intervenção muito interessante e subtil, tem por base a criação de um volume: “uma cobertura que flutua e se dissolve no ar, sobre o planalto onde se localiza a *villa* galo-romana.” (Furuto, 2011). O desenho da forma da cobertura não coincide com o desenho do pré-existente, de maneira a criar uma clara clivagem e emancipar o valor da *villa* romana.

A cobertura que se encontra a 2,50 m do pavimento é contínua apesar do terreno ter uma pequena depressão devido às escavações arqueológicas. Em relação à estrutura da cobertura, os seus apoios estão posicionados de maneira a não interferir com as áreas onde se encontram os mosaicos e pavimentos. Estes apoios suportam um sistema de treliças metálicas que estão cobertos por telas translúcidas, o que tramite um ambiente de estabilidade e consistência ao local. Para além da cobertura, há também outro volume, em vidro, que envolve uma construção datada do final do século XX. Neste espaço encontra-se a receção e uma pequena exposição permanente, onde se dá início ao percurso da visita ao monumento. O percurso da visita, desenhado de acordo com os pontos de interesse, é um percurso livre que não segue nenhuma regra ou trajeto.

O motivo da escolha de este Estudo do Caso, é o conceito de conservação e proteção aplicada nesta obra arquitetónica pelo arquiteto Carrilho da Graça, que mostra como é possível intervir na ruína, mas ao mesmo tempo valoriza-la e protegê-la, sem destruir a memória que estes monumentos históricos encerram. Aplicando os conhecimentos de uma *intervenção de proteção indireta*, proporcionando sensações de harmonia entre a cobertura e o sítio arqueológico.



33. Fotografia do Pavilhão de Acesso às escavações de Ártemis

## 2.4 **Estudo de Caso: Pavilhão de Acesso às escavações de Ártemis por Vincenzo Latina**

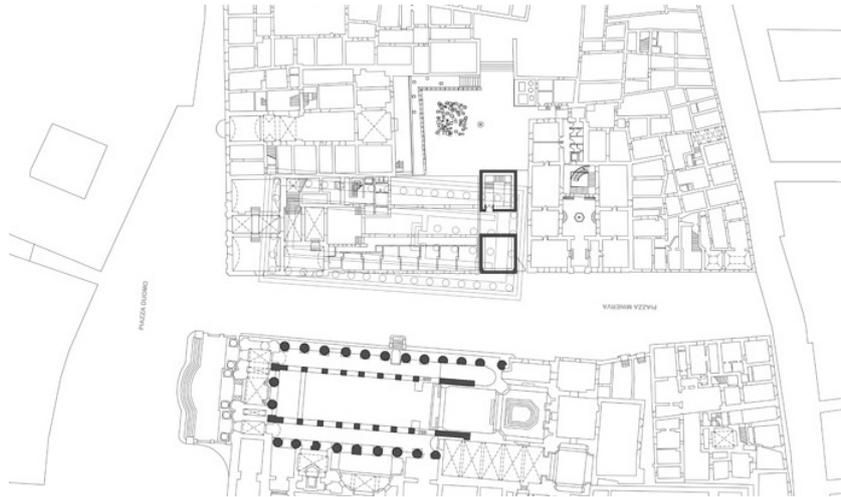
Este projeto arquitetônico focaliza-se no tecido urbano da cidade de Siracusa, na ilha de Ortígia, pertencente à Sicília, em Itália. Concretamente na área onde era a acrópole da antiga cidade, uma das pólis mais importantes da então *Magna Grécia*.

Durante vários anos que a cidade de Siracusa esteve envolvida em programas de reestruturação urbana, tendo como objetivo de evolucionar a economia, o turismo e a oferta cultural da região.

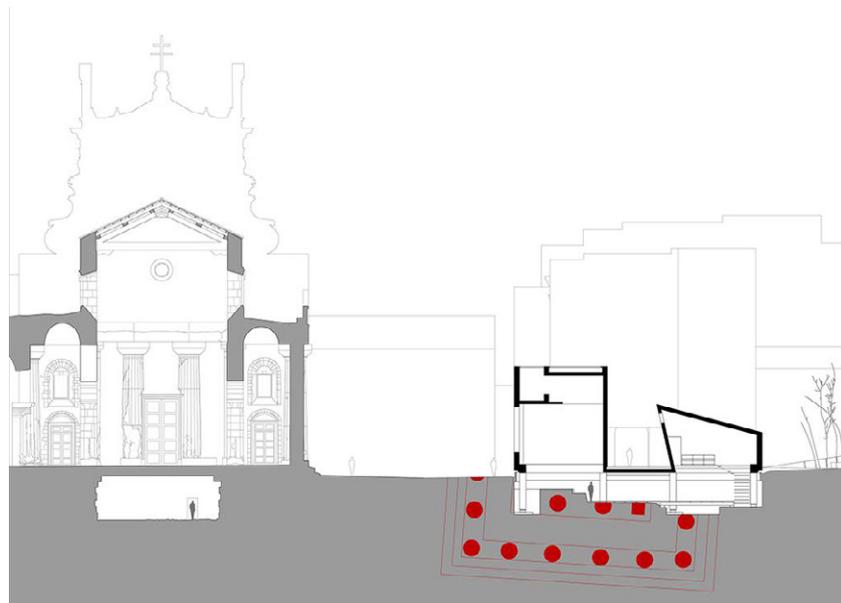
Esta intervenção tem como finalidade de proteger as escavações do templo jónico atribuído à deusa grega Ártemis que foi descoberto no ano de 1960 pelos arqueólogos Gino Gentili e Paola Pelagatti. Apesar da descoberta, foi construído nesse mesmo local um edifício municipal. A intervenção conseguiu ligar graciosamente esse edifício municipal, a cripta da igreja de S. Sebastianello e as restantes fundações do Templo de Ártemis.

O projeto arquitetônico, que ocupa uma área de 200 m<sup>2</sup>, num espaço arqueológico de 1000 m<sup>2</sup>, centra-se fundamentalmente na criação de um pavilhão, no interior no qual se podem observar a cripta da igreja e as ruínas do templo jónico, em vários pontos estratégicos. Essa estratégia e conceção conferem ênfase à importante área preservada, inclusive a que se encontra no porão do edifício municipal, criando uma conexão entre a cidade e o sítio arqueológico. («Vincenzo Latina Architetti», s.d.).

Visto do exterior, este pavilhão cria uma sensação de coesão urbana, reintroduzindo a continuidade às fachadas da Piazza Minerva. A escolha do material para o revestimento exterior foi feita a pensar na coerência e na harmonia com os edifícios vizinhos, sendo que o arquiteto optou por uma camada homogênea de blocos de calcário, isso torna a frente do pavilhão não enfática, que comparado com a frente exuberante dos restantes edifícios



34. Planta de Implantação



35. Corte Longitudinal

vizinhos, tornando-o um edifício subtil, simples e misterioso.

A construção não se apoia diretamente no sítio arqueológico, mas sim num sistema de apoios elásticos de chumbo, resultando num amortecimento antissísmico (isolantes sísmicos alastrómicos HDRB/LRB, são compostos por camadas alternadas de elastómero e aço e um núcleo de chumbo) posicionados nas bases dos pilares da estrutura («Vincenzo Latina Architeti», s.d.). Isso faz com que o edifício se separe do solo, dando a sensação de estar a levitar.

A forma do pavilhão é bem conseguida pelo arquiteto, resultando num jogo de cortes pontuais para favorecer a visualização de pontos estratégicos, tendo ainda uma vista privilegiada sobre o edifício vizinho. Igualmente feliz é o efeito da iluminação natural, a partir de um corte transversal na fachada principal, que filtra os raios de Sol, mas posicionado de maneira a iluminar as escavações arqueológicas. Este rasgo vertical está direcionado para a coluna de canto do templo de Atenas, que se encontra no edifício do lado oposto da Piazza Minerva.

O pavilhão também faz ligação da Piazza Minerva para um pequeno jardim – o jardim de Ártemis – que era um espaço mitológico dedicado à deusa, que após o processo de revitalização, recuperou o seu potencial, sendo caracterizado pela presença de arbustos e árvores de pequeno porte, fazendo uma ligação consonante entre o construído e a natureza.

Esta intervenção é bastante complexa. É um projeto arquitetónico que dá ênfase ao sítio arqueológico, ao ser desenhada uma cobertura de proteção com dobras que permitem que sirva, simultaneamente, como cobertura, nos locais mais elevados, e plataforma, nas zonas mais baixas, onde se pode circular e visualizar a ruína através de aberturas. Criou-se uma estrutura onde é estabelecido um diálogo entre os fragmentos do passado e o presente. Ao mesmo tempo é resolvido a frente da Piazza Minerva, tendo o cuidado de dar à fachada do pavilhão uma aparência cautelosa e silenciosa, com um único corte vertical.

Este projeto arquitetónico recebeu importantes prémios: o Prémio Medalhão de Ouro em 2012 pela Arquitetura Italiana na Trienal de Milão e o Prémio de Qualidade Urbana e Inovação em 2008 pela Rimini Fiere Euro.

A razão porque foi escolhida como fonte de inspiração para esta dissertação, prende-se com o facto de possuir um conjunto de soluções, já referidas, que permitem fazer uma intervenção, que, sendo uma rutura quer em estilo, quer nos materiais utilizados, com o património arqueológico que serve, consegue harmonizar-se com ele, dar-lhe a primazia, valorizando-o, torná-lo visível, sendo extremamente funcional tendo em conta os seus propósitos.



36. Fotografia do Crematório de Uitzicht

## 2.5 **Estudo de Caso: Crematório de Uitzicht por Eduardo Souto Moura**

Esta obra arquitetônica de Eduardo Souto de Moura, situado em Kortrijk na Bélgica, é um exemplo de um projeto que envolve a paisagem, como que fazendo parte dela, em que o ambiente como que determina como um arquiteto deve agir.

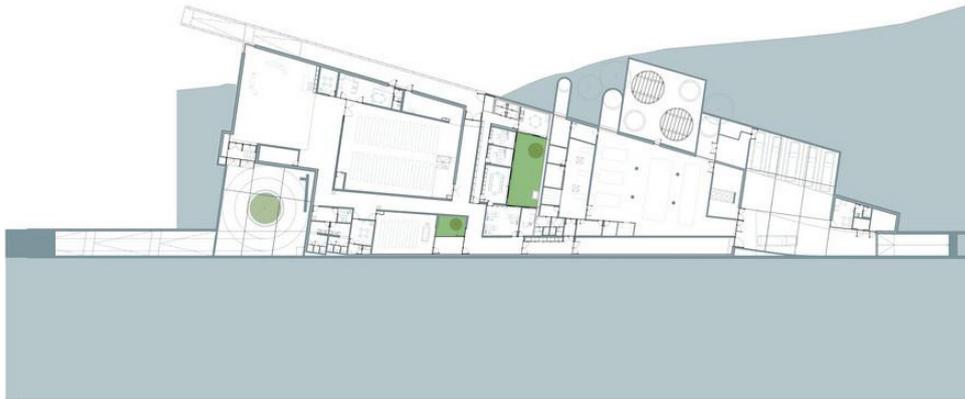
Era necessário projetar num lugar calmo e sereno em concordância com a paisagem e com a utilidade da obra. Este projeto de crematório, que foi o vencedor do concurso internacional lançado para o local, fronteiro ao cemitério existente, desenhado pelo arquiteto Bernardo Sechi, torna aquele lugar uma geometria na paisagem, no qual o crematório se encaixa.

Visto que o terreno é em declive, o novo edifício encontra-se semienterrado, integrado no relevo existente, sendo que a cobertura do edifício se encontra à mesma cota do terreno, oferecendo a fachada principal uma vista singular do vale.

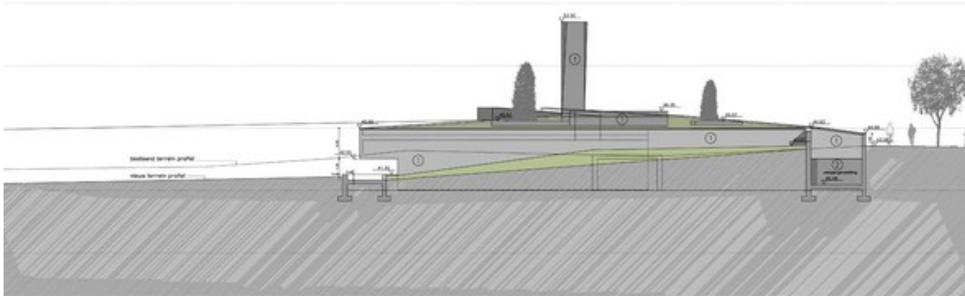
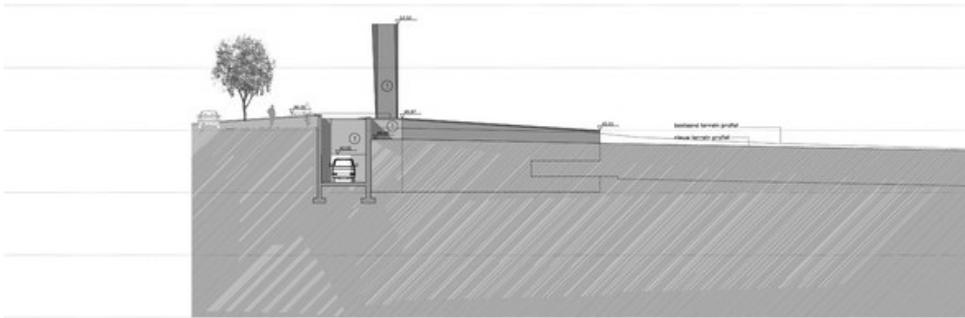
O arquiteto pretende que este crematório não se torne numa igreja ou capela, de um ambiente místico e religioso, nem substituir uma casa com um ambiente familiar, mas sim num lugar onde a despedida seja clara e digna. Que seja um edifício sóbrio e justo.

A forma que o Crematório de Souto Moura apresenta é de um triângulo retângulo, em que o lado mais extenso é virado para a estrada, esta faixa horizontal é pensada para fazer harmonia com o volume vertical (chaminé), é interpretado como um marco pontual que pode ser visto à distância.

O programa é desenvolvido em apenas num nível. A entrada principal é feita por uma rampa paralela à fachada respetiva, que conduz até a um pátio de entrada. Os outros acessos foram igualmente pensados como prolongamentos dos lados do triângulo, contribuindo para criar a sensação de perenidade e paz. Cada compartimento é pensado ao pormenor e para criar uma atmosfera serena ao visitante. No interior do crematório é visível a separação



37. Planta de Implantação



38. Corte transversal e longitudinal

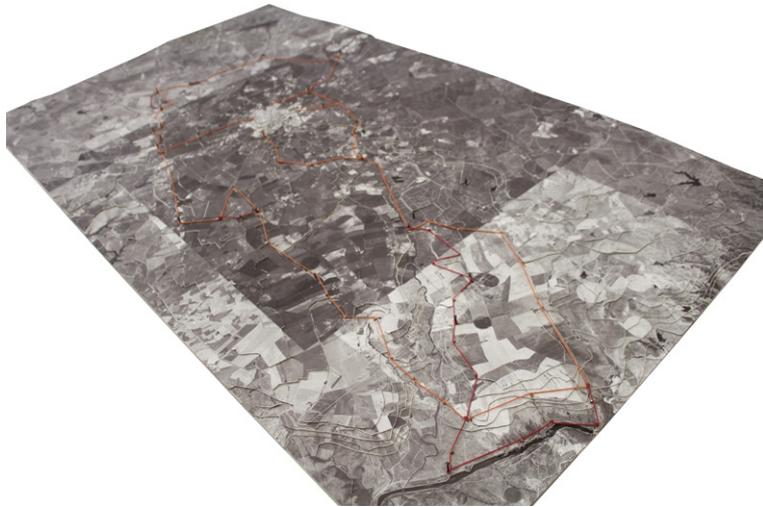
da zona pública com a privada, tendo uma infinidade de espaços necessários para o funcionamento deste tipo de edifício. Estando o crematório semienterrado, são assinaladas ao longo do edifício claraboias que iluminam os vários compartimentos, para além dos dois pátios interiores.

A arquitetura de Souto Moura, neste caso, tem o potencial de gerar silêncio e tranquilidade, um lugar modesto, no qual podemos testemunhar uma experiência emocional e transcendente. A criação de espaços onde o silêncio e a luz são os elementos essenciais desta obra.

O motivo da escolha desta obra como Estudo de Caso assenta sobre o conceito de projetar um edifício semienterrado implantado num terreno em declive, com linhas harmoniosas, que não tira protagonismo de uma zona onde se encontra o cemitério, um lugar complexo que requer respeito e silêncio, e ao mesmo tempo, completa a paisagem de uma maneira subtil e eficaz.



### **III. Projeto**



39. Maquete de estudo do Plano Geral, escala 1:50 000

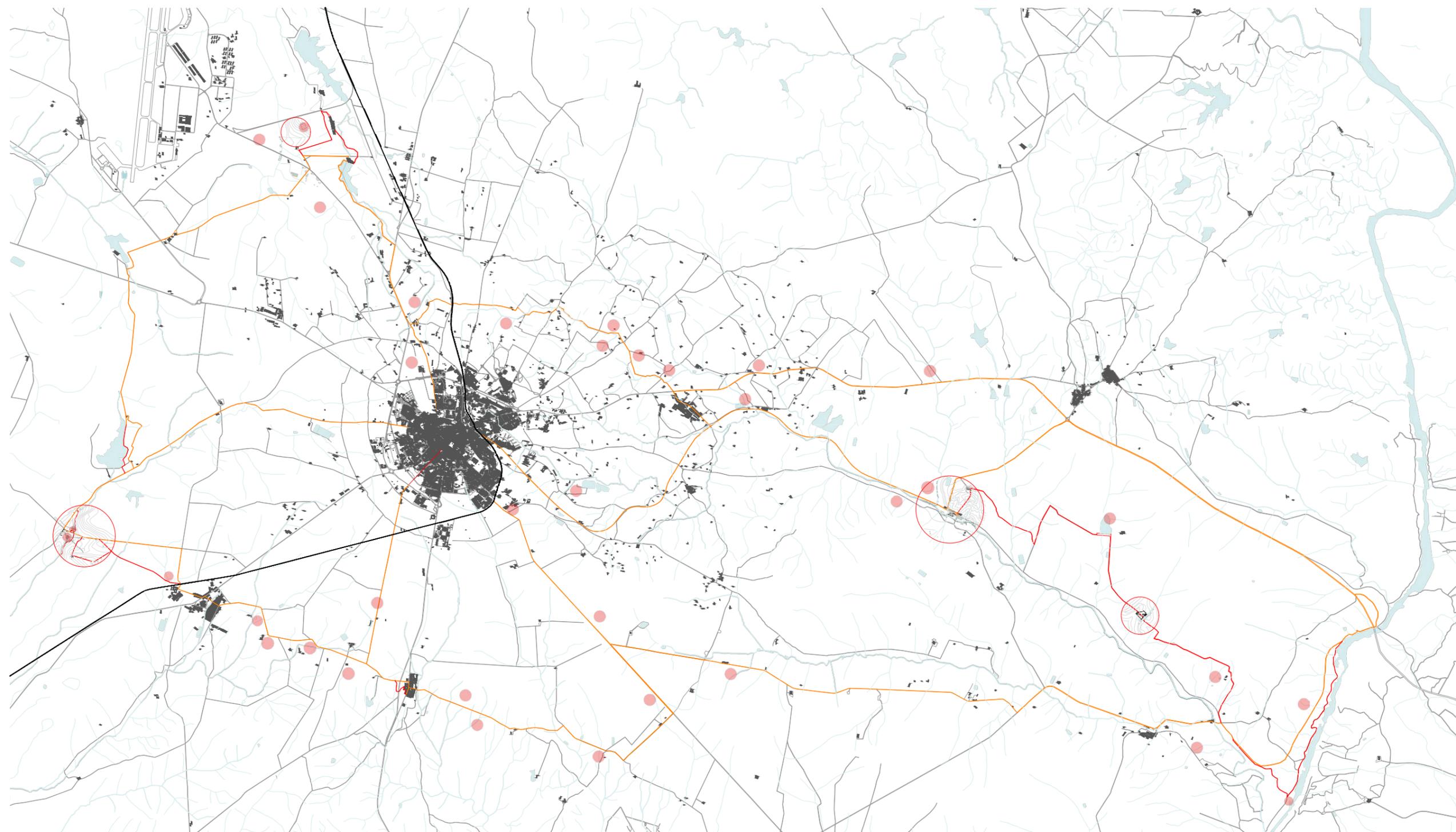
Esta dissertação surge no seguimento do tema de trabalho desenvolvido na unidade curricular de Atelier de Projeto II do ano letivo 2017/2018: Beja – *Arquitetura e Memória, Interpretação e Valorização do Património Arqueológico*. Pretendia-se elaborar uma estratégia geral de interpretação, salvaguarda e valorização para os vários sítios arqueológicos do concelho de Beja, tendo como base os vestígios da romanização do território, articulando o património e a envolvente, tornando acessível ao público a leitura desses monumentos. Esta estratégia foi estudada em grupo em Atelier de Projeto II, que depois teve seguimento em trabalhos individuais que conduziram a teses de mestrado de conclusão de formação.

O projeto desenvolvido na presente dissertação deve assim ser também percebido como uma peça de um *puzzle* maior, que é a estratégia global do grupo de mestrando que trabalhou a zona de Beja, sob a orientação do Professor Doutor João Paulo Providência.

É de salientar, que este projeto de dissertação, deve ser visto como um exercício de arquitetura, na medida em que propõe uma intervenção que gere e transforma um espaço, mas também como uma ligação entre duas disciplinas – a arqueologia e arquitetura – na medida em que só se estudando e compreendendo a pré existência, o monumento, melhor se decide que caminhos seguir, que estética colocar ao serviço do património, por forma a valorizá-lo e dar-lhe visibilidade de modo mais funcional e esteticamente agradável.

### **3.1 Plano Geral**

O principal objetivo deste Plano Geral é que o património arqueológico possa ter um papel importante e potencializador de desenvolvimento turístico da região e assim



1. *Villa* Romana de Pisões
2. Termas Romanas da Torre da Cardeira
3. Antiga Estação Ferroviária de Baleizão
4. Acampamento Romano de São Brissos

40. Planta síntese da proposta de território

— Percurso Viário

— Percurso Ciclovitário

● Património Arqueológico

contribuir para a revitalização do desenvolvimento humana já referido.

O processo de valorização procura também relacionar-se com a comunidade local, desenvolvendo várias vertentes sociais, turísticas, educativas, criação de empregos, fixação de população, entre outros. Pretende-se ainda que estes achados arqueológicos sejam preservados de modo a que não se perca a identidade do território e a memória do seu uso no passado.

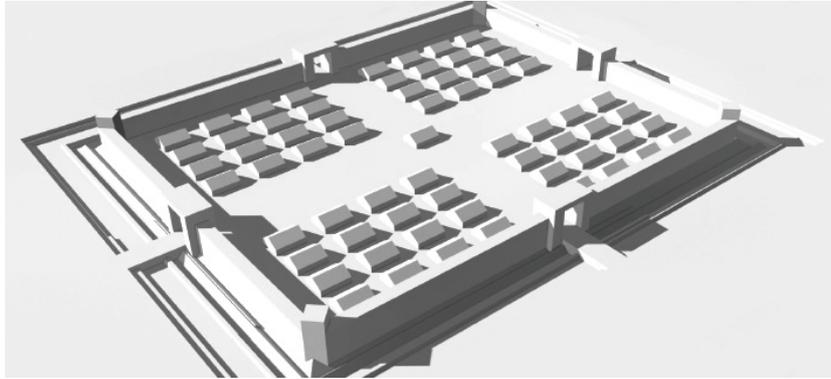
O Plano Geral passa pela criação de um conjunto de infraestrutura que apoia todos os locais de interesse relacionados com o património arqueológico na envolvente da cidade de Beja – Estrutura do Património Rural. São propostos ao longo do percurso vários parques de merendas, zonas de descanso e sombra, parques de lazer, assim como miradouros, postos de informação, zonas de estacionamento de viaturas e albergues.

Propõe-se que o conjunto de lugares patrimoniais envolventes de Beja esteja interligado por percursos ciclo viários, formando uma rede que ligue todos os sítios arqueológicos romanos, incluindo várias *villae*, aquedutos, barragens, acampamento e termas romanas. Inclui igualmente intervenções que beneficiem cada achado patrimonial da zona alvo e do respetivo envolvente. Cada ponto de interesse arqueológico é igualmente acompanhado pela devida sinalética de orientação e painéis interpretativos.

Propõe-se que estes percursos sejam multifuncionais ao terem utilização pedestre (para caminhada ou corrida), serem ciclovias e trilhos para equitação. Variem num raio que vai dos três aos sete quilómetros em relação a Beja, com exceção do percurso que percorre a margem do rio Guadiana, onde se encontram moinhos medievais com vestígios romanos. Estes vários percursos propostos estão interligados formando um maior, o que é vantajoso porque podem ser percorridos em vários dias ou apenas num só dia, tendo como ponto base Beja. A proposta inclui recuperar, para uso, troços de caminhos romanos, que se encontram em mau estado e parcialmente destruídos e que faziam parte da rede viária romana que iniciava em *Pax Julia* e seguia para as outras *civitas*, como Serpa, Moura e Mértola e que mais recentemente acompanha a antiga linha de caminho-de-ferro que ligava Beja a Moura.

A análise do território foi imprescindível para o estudo dos locais onde é necessário intervir. Para isso foram elaborados diversos elementos de apoio, como por exemplo uma planta detalhada à escala territorial e uma maquete à escala 1:50 000, acompanhada da análise e registo dos principais pontos estratégicos, como cursos água, acessos à cidade e o tipo de relevo.

Pretende-se que esta intervenção de articulação de escala alargada, que inclua as várias *viletas* da periferia, de maneira a exponenciar essas zonas que se encontram num processo de despovoamento e com baixos índices económicos – ainda que em processo de



41. Centro de Investigação de Arqueologia



42. Complexo Multiusos



43. Estrutura de Proteção às Termas de Cardeira

fraco desenvolvimento impulsionado pela barragem do Alqueva – e que incluía turismo de habitação, restauração, zonas de lazer, etc.

Neste sentido, após o estudo em torno dos diferentes percursos, foi feita uma aproximação a nível local e foram estabelecidas quatro zonas de intervenção que necessitam ser devidamente valorizadas e conservadas. Para além da proposta de valorização da *Villa Romana de Pisões*, encontra-se projetos de cariz valorativo e turístico como o Acampamento Romano, a Antiga Estação Ferroviária de Baleizão e as Termas Romanas de Torre da Cardeira.

No seguimento do percurso proposto, a norte de Beja, mais precisamente na freguesia de São Brissos, junto ao Aeroporto de Beja, num campo agrícola, no topo de uma pequena encosta voltada para a Beja, encontra-se um acampamento romano, que “estaria situado à entrada do *oppidum*, em posição estratégica relativamente à cidade.” (Lopes, 2000. p. 96). O acampamento poderá ter sido ocupado durante o séc. I d.C ao séc. II d.C. Projetou-se para aquela zona, uma estrutura de apoio às escavações, como um Centro de Investigação de Arqueologia, visto que em Beja ainda não há um centro que dê suporte a estes achados arqueológicos encontrados naquela zona.

A leste da cidade de Beja, numa zona onde se situa vários achados arqueológicos, encontra-se um edifício que seria a antiga estação ferroviária, que servia a localidade de Baleizão, na antiga linha Beja-Moura, atualmente desativada. Neste sentido, projetou-se um pequeno complexo multiusos, espaço de repouso para quem faz o percurso arqueológico romano proposto. Para além deste edifício, são construídos cinco volumes a noroeste da estação, tendo como objetivo de serem albergues para os visitantes.

Seguidamente, mais a sudeste da antiga estação ferroviária, na freguesia de Quintos, nas margens da Ribeira de Cardeira, situa-se as Termas Romanas da Torre da Cordeira. Com uma planta complexa e invulgar de espaços semicirculares, este sítio arqueológico encontra-se desprotegido e desvalorizado. Desta forma, propõe-se a construção de uma estrutura de madeira que permite a dignificação, proteção e fácil acesso às ruínas romanas da Torre da Cardeira. Esta suporta também uma plataforma que permite o percurso em torno da ruína e acesso a esta, que também dá ao edifício um carácter de miradouro sobre o vale da Ribeira da Cardeira.

Percorrendo os trilhos de sudeste a sudoeste, o visitante é acompanhado pelos monumentos arqueológicos e por vários pontos estratégicos que completam a visita. O percurso é sensível à topografia e circunda as propriedades agrícolas privadas, até chegar à *Villa Romana de Pisões*.



44. Planta de localização

— Vias Viárias

— Linha Ferroviária



## 3.2 A Villa Romana de Pisões

*“A estação arqueológica de Pisões é uma das melhores, mais ricas e bem conservadas villae romanas do país. Porém, tem estado votada ao abandono (...)”*

Publicação *in* Público (Carlos, 2017)

Citando o arqueólogo Fernando Nunes Ribeiro, um dos “descobridores” da *Villa* Romana de Pisões e que dirigiu a primeira equipa de arqueólogos a escavá-la, *villa* “significa o conjunto de construções de uma exploração agrícola ou, num sentido mais restrito e atual, casa do campo.” (Ribeiro, 1972).

### 3.2.1 Enquadramento Local

A *Villa* Romana de Pisões situa-se a sete quilómetros a Sudoeste da capital de distrito, Beja, pertencendo à freguesia de Santiago Maior. Esta estação arqueológica encontra-se em terrenos de Almagrassa, que estão integrados no conjunto maior denominado herdade da Almocreva, a três quilómetros da aldeia de Penedo Gordo (*Ibidem*, 1972).

Está implantada numa planície de solos com boa aptidão agrícola, numa zona onde as atividades rurais e mineiras eram predominantes, fornecendo boas colheitas mesmo em maus anos agrícolas. De acordo com informação recolhida no local, há ali lençóis de água subterrâneos que podem ser captadas a pouca profundidade. Também há algumas linhas de água, o que teria permitido a rega de pequenas hortas e jardins, por gravidade (Sardica & Soares, s.d).

Como anteriormente referido, tudo indica, em suma, que a escolha do local para a implantação da *villa* ter-se-á devido às boas características morfológicas do solo, assim como à sua localização geográfica, porque se encontrava próximo da capital administrativa, política, económica e cultural – *Pax Julia*, a Beja romana. Esta cidade funcionava como centro comercial ao agregar os produtos de lavoura da região uma vez que se situava junto



45. Escavações de 1967



46. Escavações de 1974

das principais vias terrestres da época, o que permitia o escoamento de produtos agrícolas e trocas comerciais com outras regiões próximas (*Ibidem*, s.d).

É importante destacar que, esta *villa* enquadra-se no conjunto de *villae* que circundam Beja. Foram encontradas outras *villae* e *casais* não tão monumentais nem tão simbolicamente valorosas como a de Pisões. Num raio de sete quilómetros da *Villa* de Pisões foram descobertos vários achados arqueológicos, perfazendo seis ao todo<sup>22</sup>.

Pelos dados divulgados por vários arqueólogos, pouco se conhece ainda destas descobertas, quer a nível de espólio encontrado, quer de estruturas postas a descoberto, mas pode-se afirmar que existe paralelismo entre elas (Monteiro & Sardica, s.d). É relevante dizer que, estes achados encontram-se ao longo de um caminho rural que se suspeita ser Romano. Este percurso liga aldeias a sul de Beja.

### 3.2.2 Descoberta da *Villa* Luso-romana de Pisões

Foi pela curiosidade que, em 1962, dois arqueólogos bejenses encontraram uma barragem romana, em terrenos cultivados, descrita por Fernando Nunes Ribeiro como “grande parede de construção romana que retinha águas do ribeiro de Pisões, ainda hoje em regular estado de conservação” (Ribeiro, 1972, p. 13). Foi esse o ponto de partida do estudo deste achado.

Mais tarde, estes dois arqueológicos, Professor Abel Viana e Fernando Nunes Ribeiro, enquanto estavam a fazer investigações ao achado, verificaram que, a duzentos metros a sul da barragem, numa pequena elevação, existiam pedras lavradas e pedaços de cerâmica da mesma época. Os vestígios encontrados, que seriam das construções que formariam esta *villa*, mostram que, junto à *pars urbana*, existiriam algumas dependências rusticas.

O tempo foi passando sem que surgisse a oportunidade de fazer uma prospeção mais aprofundada do achado. Dois anos mais tarde, o proprietário daquelas terras, ao proceder a trabalhos agrícolas, deparou-se com algo que impedia o funcionamento da máquina agrícola. Com ajuda de um grande trator conseguiu-se perceber o que era – “três enormes pesos de lagar com a sua tradicional forma troncocónico e os entalhes respetivos” (Ribeiro, 1972). De seguida, após o comunicado da descoberta do achado, realizaram-se as escavações. Conservaram-se todas as pedras que mostrassem trabalho humano, a pedido

<sup>22</sup> Os seis achados arqueológicos ao longo do caminho que se suspeita ser romano são: *Villa* da Herdade da Calçada; Aqueduto das Águas Cavadas; *Villa* Monte dos Estudos; Aqueduto Monte dos Estudos; Barragem de Pisões e a *villa* em estudo: *Villa* de Pisões (Lopes, 2000).



47. Reconstituição 3D do complexo de Pisões

dos arqueólogos envolvidos no projeto. Assim se foram acumulando junto da parte urbana da herdade da Almagrassa várias pedras que revelaram labor especializado – “como blocos em paralelepípedo regular, os pesos de lagar já citados, um pequeno capitel e um fuste de coluna.” (Ribeiro, 1972).

O trabalho de desocupação do terreno continuou, até que, em Fevereiro de 1967, uma máquina agrícola desenterrou um fragmento de mosaico. Após essa descoberta, a máquina foi posta de lado, porque tornava-se necessário fazer um manuseamento cuidado do achado. De seguida, iniciaram-se os trabalhos preliminares de sondagem, que como se antevia, se revelaram férteis, tendo sido posto a descoberto a *pars* urbana da *Villa* Romana de Pisões (*Ibidem*, 1972, p. 14).

Este achado chamou atenção de várias instituições: Direção Geral dos Monumentos Nacionais; Ministro da Educação Nacional; e da Fundação Calouste Gulbenkian. O que originou o processo de classificação do monumento como Imóvel de Interesse Público.

É de referir que, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e de particulares interessados, conseguiram-se subsídios para prosseguir as escavações (*Ibidem*, 1972).

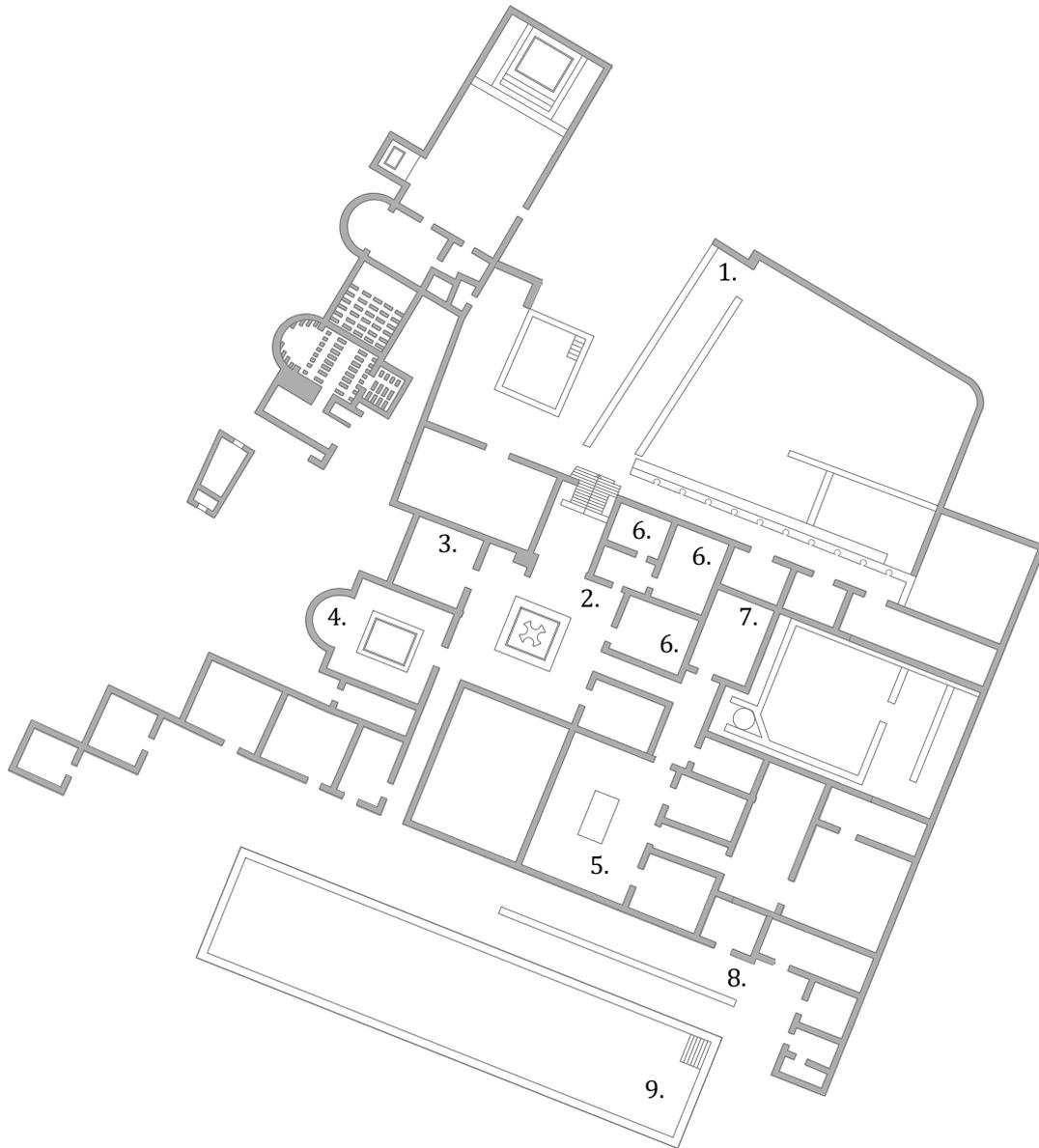
Em anos seguintes, 1979 e 1981, houve outras campanhas de escavações, apoiados por vários organismos e no formato campo de trabalho internacional, com a colaboração jovens de vários países (Couto, 2007).

### 3.2.3 Descrição da *Villa*

Como resultado dos vários trabalhos efetuados em Pisões, que puseram a descoberto construções que, pela sua natureza, função original e pelo diversificado espólio recolhido, pôde-se concluir que a *Villa* Romana de Pisões teve ocupação prolongada desde o século I até ao século IV d.C (Ribeiro, 1972, p. 43). Porém, segundo Alarcão, em algumas pedras encontradas, ornadas com labores visigóticos, há indicação que a *Villa* de Pisões era ainda habitada nos séculos VII e VIII d.C., não só pelos criados, mas também pelos proprietários (Alarcão, Almeida, Brandão, & Cruz, 1973, p. 112).

Acredita-se que, antes de se construir os edifícios principais da *villa*, era constituída por várias habitações modestas utilizadas pelo *villicus*<sup>23</sup> e pelos outros servos que trabalhavam na propriedade, a *pars rustica*. Também incluía diversos armazéns, estábulos, celeiros e vários outros elementos que correspondiam à *pars frutuária*. À medida que a *pars rustica* crescia,

<sup>23</sup> *Villicus* era um servo que gerenciava a parte rustica, supervisionava todos os negócios da fazenda, gerenciando todas as tarefas das várias fazendas (Sardica & Soares, s.d).



1. Entrada Norte
2. Átrio colunado - Peristilo
3. Sala de Recepção - *Tablinium*
4. Sala de Jantar - *Triclinium*
5. Peristilo desativado (Tanque de águas pluviais) - *Impluvium*

0 4 8 16 m



6. Dormitórios
7. Despensa e Cozinha
8. Fachada porticada Sul
9. Piscina - *Natatio*

48. Planta de distribuição

em consequência da prosperidade da propriedade, a componente arquitetónica também se foi desenvolvendo e foram criadas condições para aumentar a *pars frutuária*. Com novas divisões para adegas, mais celeiros, lagares, e outras infraestruturas para o armazenamento do cereal, e produção de vinho e azeite (Sardica & Soares, s.d). As construções destas *pars* teriam um aspeto rudimentar, elementar e instável, o que explica que, atualmente não tenhamos informações construtivas sobre estas construções (Couto, 2007).

Com a *pars rustica* e *pars frutuária* criou-se um ambiente propício, com condições de bem-estar, para o proprietário poder passar a lá viver e desfrutar das regalias da sua propriedade. Iniciou-se a construção da *pars urbana* (residência do proprietário). Nessa nova obra era necessário assegurar que todo o luxo, esplendor e beleza da cidade teriam que ser transferidos para o campo.

Como outras, a *pars urbana* da *Villa Romana* de Pisões também é um exemplo de estar desenvolvida em torno de um espaço edificado, que o arqueólogo Jorge de Alarcão (1988) chamou de Peristilo. Segundo J. Alarcão (*idem*), as dimensões deste átrio eram extraordinariamente pequenas – 21 m<sup>2</sup> de área – comparado com outras *villas* luso-romanas, Conimbriga por exemplo, que teriam um peristilo com dimensões superiores às de Pisões. No centro têm um *impluvium* quadrado revestido com mármore, de 3,40 m por 3,20 m. Como possui quatro colunas, talvez devêssemos classificá-lo como um *atrium tetrastilio*<sup>24</sup>.

Decorrente da forma como está posicionado o *atrium*, podemos dizer que a *Villa* de Pisões abandona a ideia de planta centrada, sugerindo que este achado arqueológico representa um passo na criação de um outro modelo habitacional, permitindo, assim, a criação de uma habitação retangular alongada, virada para o exterior, com pórticos, incluindo *loggias* e galerias na fachada sul. (Alarcão, *idem*).

Era em torno deste *atrium*, onde a *pars* urbana se desenvolvia e organizava, e era onde se acedia a qualquer lado da habitação. No lado norte deste peristilo, encontrava-se um corredor muito largo, que dava acesso, por uma escadaria, a um pórtico que seria a entrada a norte<sup>25</sup>. Este corredor é ligeiramente oblíquo em relação a todo o restante. Todo o pavimento é revestido com mosaico polícromo (um dos pontos mais atraentes da *Villa*).

<sup>24</sup> No livro “Introdução ao estudo da Casa Romana” de J. Alarcão, Vitruvius designa um peristilo como um *tetrastilo*, que seria, que seria um *atrium* com quatro colunas (Alarcão, 2013).

<sup>25</sup> É importante referir que, a entrada principal da *villa* é ainda difícil de localizar, uma vez que este achado arqueológico ainda não se encontra completamente escavado. E também, por não haver relatórios de escavação realizados até à data que possam concluir isso.



Vista 1: Entrada Norte



Vista 2: Sala de recepção - *Tablinium* e sala de jantar - *Triclinium*



Vista 3: Átrio colunado - Peristilo



Vista 4: Piscina - *Natatio* e fachada porticada a sul

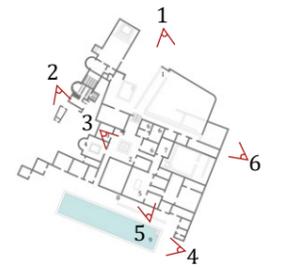


Vista 5: Átrio colunado e divisão desconhecida



Vista 6: Dormitórios e cozinha

49. Fotografias de vários pontos estratégicos



A sul do peristilo, um outro corredor, mais estreito e comprido, que conduzia a um grande tanque retangular (*natatio*) que se situava no exterior, com dimensões de 40 m de comprimento por 8,30 m de largura. Segundo Alarcão (1973), esta *natatio* serviria para os habitantes se refrescarem nos dias de mais calor ou então, como tanque de decoração e reservatório de água para a rega dos jardins, que possivelmente existiriam a sul da *villa*. Outra hipótese seria, segundo M. Couto (2007), recolher a descarga de água das termas quando, por motivos higiénicos, a água era trocada e substituída por uma mais limpa. A vantagem de este tanque se encontrar à cota mais baixa da *villa* e por estar junto ao ribeiro, é que tornava mais fácil a captação de água e quiçá fornecer às várias divisórias da *Villa*.

A alguns metros da *natatio* encontram-se os mausoléus, que representam o “prestígio e a riqueza das elites rurais da área sul da província da Lusitânia romana”. (Pereira, Soares. A & Soares. R, 2013, p. 303). Estes edifícios funerários foram concebidos para receber os cadáveres dos proprietários da *Villa* de Pisões.

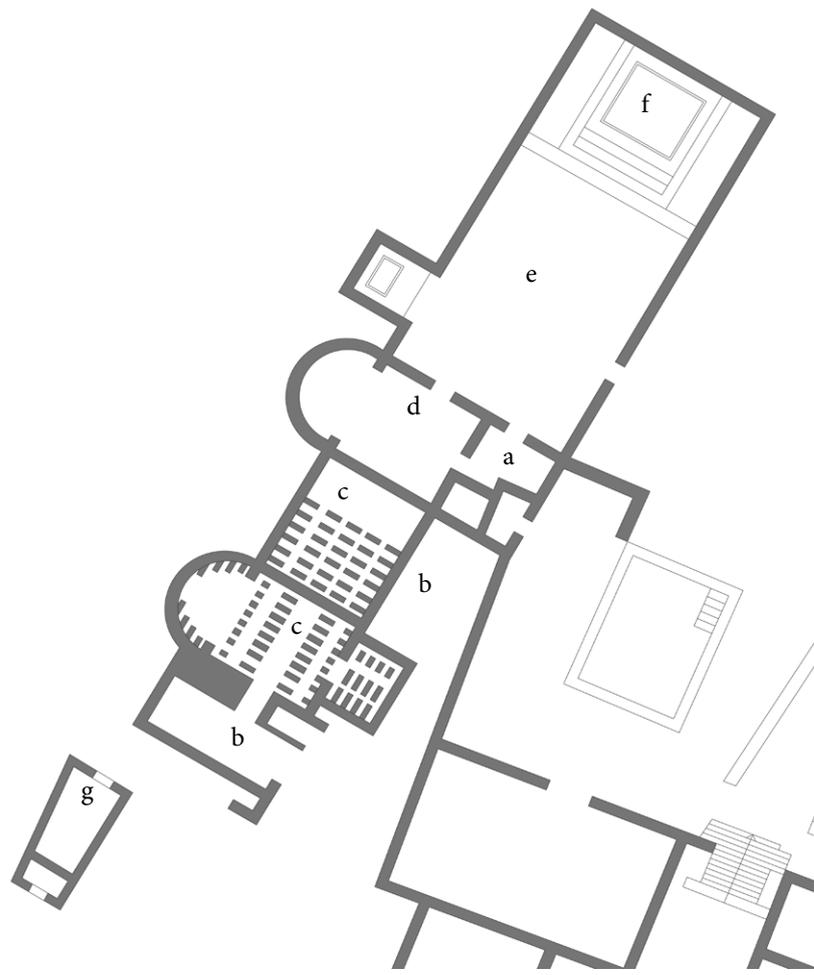
Referido anteriormente, a fachada sul da *Villa* era acompanhada por um pórtico virada para a grande *natatio* e para a paisagem alentejana, que seria de enaltecer a vista do fim de tarde, ao por de sol.

Voltando ao peristilo central, na parte poente do *atrium* encontra-se duas das principais salas da *villa*, o *Triclinium* e o *Tablinium*.

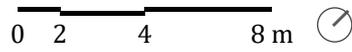
O *Triclinium* é a sala de jantar formal. Contém abside e um tanque central cujo fundo é revestido de mosaico com figuração de peixes e paredes em mármore. Esse tanque continha repuxo central. Era uma sala privilegiada pois tinha uma decoração extremamente elaborada, o pavimento revestido em mosaico e paredes ricamente decoradas com pinturas a fresco. O jantar era o ritual que definia a vida doméstica romana, pois davam bastante importância às demoradas refeições em convívio (J. de Alarcão et al., 1973).

A outra divisão – o *Tablinium* – situa-se no lado norte da sala de jantar e é a sala de receção. Na arquitetura romana, normalmente situa-se num dos lados do peristilo e oposto à entrada. Era uma sala cheia de requinte – pavimento revestido a mosaico e paredes decoradas – pois calcula-se que, quando o proprietário recebia visitas ou clientes, era naquela divisória que se encontravam para negociar. Atualmente, esta divisória da *Villa* encontra-se bastante degradada (*Ibidem*, 1973).

Do lado oposto destas duas salas encontram-se, mais a norte do peristilo, os dormitórios da *villa* urbana. Estas divisões têm uma dimensão mínima, pois só daria espaço para se dormir. O quarto que tem mais área (cerca de 18 m<sup>2</sup> de área) comunica com o corredor por três degraus, no canto noroeste do quarto. Este corredor, na parede norte, tem alojadas as bases de dez colunas. Essas bases estão distanciadas uma das outras por 2,30 m.



- a. Vestiário - *Apodyterium*
- b. Fornalhas - *Praefurnium*
- c. Sala de Banhos Quentes - *Caldarium*
- d. Sala Morna - *Tepidarium*
- e. Sala de Banhos Frios - *Frigidarium*
- f. Piscina
- g. Latrinas



50. Planta de distribuição

O pavimento é em mosaico a preto e branco em péssimo estado (Ribeiro, 1972).

Seguindo por um corredor estreito e pequeno do lado norte do *atrium* encontram-se a despensa e a cozinha do proprietário da *Villa*. Dos restantes compartimentos da *pars urbana* ainda não se sabe quais seriam as suas finalidades, apenas se sabe que eram compartimentos importantes, pois algumas salas têm mosaicos elaborados.

A noroeste da casa do proprietário, com uma construção independente mas relacionada com a área residencial, situa-se o edifício termal. Foram descobertas partes de umas termas anteriores, menos evoluídas que as termas visíveis atualmente na área da *Villa*. Foi possivelmente construído durante a primeira fase da *Villa*, ou seja, por volta do século I d.C. Os restantes achados das termas mais antigas apresentam uma orientação semelhante à de alguns quartos da *villa* urbana. Tal leva a pensar que houve uma remodelação de certos espaços pré-existentes, numa altura em que foi definido um novo projeto para as novas termas (Reis, 2004).

Pouco se sabe da primeira fase das termas, porque mostram um registo confuso. Foram encontradas divisões de apoio às termas e um tanque retangular. Esta estrutura, que se pode remeter para as termas anteriores, é uma *natatio* que se encontra no nível superior ao *hypocaustum*<sup>26</sup> e ainda se encontra visível. Esta piscina encontra-se num pátio relativamente grande, exterior ao edifício termal. Pela sua dimensão (6,0 m de comprimento por 4,60 m de largura e 2,0 m de profundidade), pode-se dizer que esta piscina permitia uma imersão total do corpo humano (*Ibidem*, 2004).

Aquando das modificações da segunda fase, após o nivelamento das superfícies, este tanque terá sido enquadrado nas termas visíveis atualmente.

A segunda fase do edifício termal desenvolve-se no eixo NO/SE, num esquema sequencial de espaços, permitindo ao banhista fazer um percurso no interior simples e conveniente. As salas estão dispostas no sentido longitudinal, igualmente semelhante aos outros edifícios termais inseridos nas *villae*.

O *frigidarium* (sala de banhos frios) era uma sala com planta retangular, com revestimento de mármore, que ainda hoje se podem ver nas paredes a Norte e a Oeste. O acesso para o exterior é através de uma ampla porta que se encontra no lado este e que seria

<sup>26</sup> *Hypocaustum* (Hipocausto) é um sistema de aquecimento que deveria ter sido um grande avanço na arquitetura termal romano. Começou-se a usar este sistema a partir do século I a.C. Este aquecimento é completamente independente no resto das habitações da *villa*, com diferentes fornos próprios, permitia que as salas pudessem ocupar diferente forma e espaço. O que era vantajoso pois no mundo rural a falta de espaço não era um problema. O ar quente circulava pelo *hypocaustum*, percorrendo o piso superior onde se situavam as salas a aquecer. Nestas primeiramente aqueciam-se os pavimentos e seguidamente a água, que era aquecida diretamente.



51. Reconstituição 3D das termas romanas atuais

a entrada principal das ternas balneares. Este dava acesso direto a uma pequena sala que era usado como *apodyterium* (vestiário). Na parte norte do *frigidarium* encontra-se uma pequena piscina de água fria, de planta retangular, com quadro de degraus de acesso, revestida por *opus signinum*. No canto sudoeste havia uma abertura para a saída de água que entrava por uma canalização externa, que hoje em dia se encontra em mau estado. O pavimento desta secção encontra-se coberto de mármore, que fazia concordância com a decoração das paredes (*Ibidem*, 2004).

Seguidamente a próxima divisória é o *tepidarium* (sala de banhos mornos). É formada por uma sala de abside de 6,0 m de comprimento por 3,60 m de largura. Segundo Maria Pilar Reis (2004) esta é uma das salas em que o pavimento original foi preservado na perfeição, e é revestida por *opus signinum* “bastante purificado e bem alisado”. A área da abside, que ao nível do *hypocaustum* também acompanha a estrutura, foi completamente coberta por placas de mármore, o mesmo acontecendo com as paredes. No meio do semicírculo que forma a abside, encontra-se uma pequena abertura que iluminava aquela sala, evitando que a temperatura se alterasse (*Ibidem*, 2004).

Por uma porta descentrada em relação às outras, os banhistas acediam à próxima divisória a qual seria a primeira sala de *caldarium* (sala de banhos quentes). Esta sala tem aproximadamente forma de um quadrado (5,20 m por 4,0 m). O compartimento ao lado, mas a um nível inferior desta sala, encontra-se a *praefurnium* (fornalha) assim como as próprias fornalhas de cada sala aquecida. Tinha como função de aquecer os vários pisos com recurso à combustão de lenha.

No piso térreo, em cada divisão, o *hypocaustum* tinha três arcos estruturais abertos, que dividiam as passagens inferiores dos três espaços aquecidos. Era nestes três arcos abertos, que se fazia a passagem de calor (Couto, 2007).

Na seguinte divisória encontra-se a sala principal de banhos quentes, a planta é parecida com o *tepidarium*: um corpo com abside, em que o espaço central é praticamente quadrado. Segundo M. Couto (2007), esta divisória correspondia exatamente às regras propostas pelo Vitruvius, que a principal sala de *caldarium* deveria ser “delineada a compasso, para que a força do calor e do vapor produzido percorresse uniformemente todo o espaço a partir do centro, envolvendo as paredes circulares”. Anexado ao *caldarium*, existia uma zona de serviço do *praefurnium* que se encontrava no subsolo. A sua função seria manter uma temperatura alta em todo o pavimento do piso superior, mas também aquecer a água a partir de *alvei* (pequenos tanques aquecidos). O acesso à entrada do *praefurnium* da sala dos banhos quentes é reforçado com espaços complementares que seriam as áreas de serviço, para arrumação de lenha, pois era necessário espaço para bastante lenha para as fornalhas funcionarem. Estes espaços eram utilizados por empregados que tratariam do



52. Fotografia da piscina interna das termas



53. Fotografia da sala morna (*tepidarium*)



54. Fotografia da sala dos banhos frios (*frigidarium*)

funcionamento das termas (*Ibidem*, 2007).

A sul das termas encontravam-se as latrinas, numa cota inferior em relação à *pars* urbana e complexo termal. A forma mais comum das latrinas é retangular, mas a de Pisões encontra-se com um aspeto mais trapezoidal. A Sul situavam-se as latrinas femininas com menor área (aproximadamente 2 m<sup>2</sup> de área) em comparação com a dos homens que tinha uma área equivalente a 8 m<sup>2</sup> (*Ibidem*, 2007).

Enquanto conjunto com funções sociais e económicas, a *Villa* Romana de Pisões apresenta uma realidade muito mais complexa do que uma simples exploração agrícola. É um excelente exemplo de uma *villa* completa: possuía as três partes para assegurar a funcionalidade e sustentabilidade de uma *villa*: *Pars Urbana*, *Pars Rústica* e *Pars Frutuária*. Testemunha a forma como os proprietários romanos viviam e desfrutavam da residência luxuosa no mundo rural.



55. Vista panorâmica da *Villa* de Pisões

### **3.3 Proposta de Valorização da *Villa Romana de Pisões***

Neste ponto do desenvolvimento do presente estudo, procurámos integrar todos os conceitos, fruto, quer das pesquisas feitas e de acordo com as fontes que consideramos significativas e orientadoras, para os objetivos pretendidos, quer dos exemplos inspiradores dos casos que estudamos, quer ainda, do que recolhemos, imagens e sentires, das nossas idas ao local, consideramos estar prontos para avançar para a concretização da nossa proposta de intervenção.

Em traços gerais e em jeito de súpula, estamos perante uma região que sofreu recentemente intervenções que provocaram uma violenta descaracterização, que foi esventrada e remoldada de tal forma que dificilmente poderá ser reconhecida, mesmo por quem lá vive. Essa transformação tornaram a paisagem agreste, desumanizada, artificial, tóxica e, por isso mesmo, pouco convidativa.

No entanto, no seu seio, subsiste um testemunho de outros tempos, de tempos antigos, de tempos em que a região era esplendorosa, cheia de vida. Além disso, aí encontramos alguns objetos de rara beleza, de grande sensibilidade estética, quer na pedra cuidadosamente cinzelada, quer na combinação cromática dos mosaicos, no traço dos frescos das paredes, no desenho e soluções arquitetónicas ainda visíveis nas ruínas.

Seria um enorme erro permitir que tais obras pudessem definitivamente ser apagadas da memória. Desaparecessem definitivamente. Ser destruídas, danificadas e vandalizadas.

Nesse sentido esta intervenção propõe que estes locais, que no seu conjunto formam a *Villa Romana de Pisões*, pudessem ser um contraponto, como que um oásis perante a aridez e fealdade circundante. Um local de deleite, onde o visitante se sentisse simultaneamente catapultado para um tempo e um espaço de vida, fresca, harmonia. Um



- 1. Conjunto de Pisões:
  - Centro Interpretativo
  - Cobertura para a *Villa* Romana de Pisões
- 2. Parque Verde da Barraagem de Pisões
- 3. Parque Verde



56. Planta da proposta de intervenção

local onde se sentisse bem acolhido, confortável, onde, no final da visita considerasse que essa lhe acrescentou algo: conhecimentos, sensações estéticas agradáveis, conforto. Onde apetecesse regressar.

A Estratégia de intervenção na *Villa* Romana de Pisões pretende dar respostas às problemáticas expostas, no que diz respeito a desertificação naquela região, relacionada com os problemas ambientais pela agricultura intensiva, o que faz com que seja uma região pouco apelativa em termos turísticos. Perante estes problemas, e com os fundamentos e aprendizagens dos conceitos relacionados com o Património Arqueológico e pela pesquisa e exemplos dos Estudos do Caso, foram desenvolvidas soluções no âmbito arquitetónico que possibilitam valorizar esta Estação Arqueológica.

Esta zona é caracterizada por ter urografia definida por pequenas elevações. É um sítio ermo, onde só se vislumbra oliveiras e amendoeiras geometricamente alinhadas, a perder de vista, acompanhando as elevações e depressões do terreno. A *Villa* localiza-se numa suave encosta, na margem direita da Ribeira da Chaminé.

Numa área centrada na *Villa* de Pisões e num raio de 200 m, após a caracterização do local, desenhou-se um plano à escala alargada (1:1500). Este Plano de Valorização estrutura-se em três pontos estratégicos. O primeiro diz respeito ao conjunto de Pisões, o segundo, a 200 m de distância em relação ao Sítio Arqueológico, a Barragem de Pisões e a 300 metros, num local de cota superior à *villa*, um terceiro ponto onde se propõe um pequeno parque, de onde se pode ter uma visão panorâmica sobre o conjunto de Pisões. Toda esta área será requalificada, com a plantação de novas árvores e integrará a rede de percursos pedonais e cicláveis propostos no Plano Geral.

O entendimento da intervenção no monumento funda-se na ideia central de procurar permitir a interpretação de como seria a *Villa*, bem como os restantes interesses arqueológicos daquela zona, no tempo em que era originalmente habitada, em todo o seu esplendor, que aguce a curiosidade da visita ao achado arqueológico. Para o efeito, a primeira intervenção consiste num edifício, que constitui o Centro Interpretativo, com a exposição de achados recuperados retirados das escavações arqueológicas do local (moedas, cerâmica, jóias e objetos alusivos ao sítio arqueológico, entre outros) e a meios informativos de cariz educacional. Pretende-se que se consiga aproveitar ao máximo a visita no local.

Após esse primeiro momento no centro, o visitante passa à visita ao monumento propriamente dita. Para o efeito o visitante começa por sair do Centro Interpretativo por um túnel que dá acesso direto à ruína, cuja visita será feita por um percurso definido por passadiços. Em pontos chaves do percurso o visitante terá o apoio de painéis explicativos ao longo dos passadiços.



57. Fotografia do Centro Interpretativo provisório

Implicitamente à intervenção está a intenção de pretender travar o natural processo de degradação, de modo a que a sua beleza prevaleça e possa ser admirada por muito tempo.

Para esse efeito prevê-se a aplicação de uma cobertura de proteção sobre o achado, mas sem que tenha impacto significativo no património, antes fazê-lo através de intervenções pontuais.

Como complemento à intervenção na *Villa* propõe-se igualmente a requalificação da Barragem de Romana de Pisões, permitindo que regresse à sua função original – depósito de água – neste caso para ter utilização balnear de recreio, acompanhada por um parque de merendas.

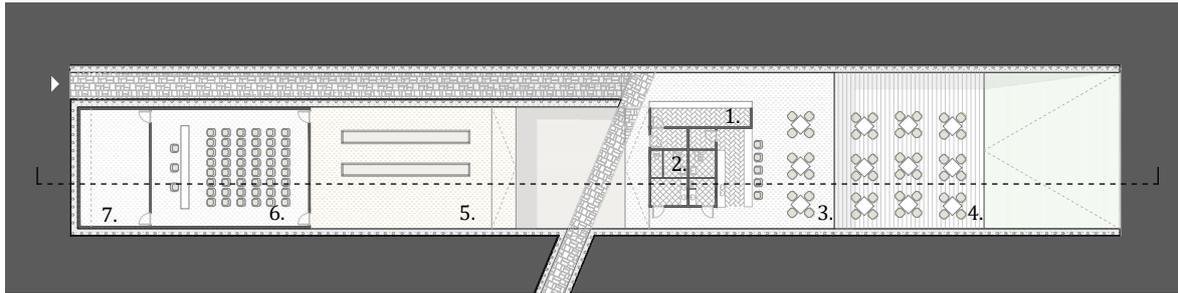
### **3.3.1 Centro Interpretativo**

Para contribuir para a revitalização desta área onde se situa o Sítio Arqueológico, projetou-se um Novo Centro Interpretativo na zona noroeste do terreno. Naquela zona presentemente encontrava-se uma instalação provisória de pequenas dimensões, que incluí uma receção tosca complementada com uma exposição permanente rudimentar e pobre. Nela encontrava-se pouca diversidade de materiais alusivos à *Villa* romana e apresentados de forma pouco interessante, o que torna a exposição monótona e conseqüentemente pouco atrativa ao público. Torna-se necessário substituí-la por um Centro Interpretativo que dê o devido valor e importância ao Sítio Arqueológico. É esse o propósito deste projeto.

Iniciou-se o processo de musealização, onde o principal objetivo não era tirar o protagonismo ao achado arqueológico e sim destacá-lo e apresentá-lo ao público, antes da iniciação da visita à *Villa*.

Deste modo, respeitando o alinhamento existente da estrada municipal que passa junto ao monumento, o projeto para o Centro encontra-se implantado junto a ela. O Centro localiza-se num local, de fácil acesso a vários pontos estratégicos: ao jardim da *Villa*; ao parque de estacionamento; e ao parque de merendas da Barragem de Pisões.

Consiste num volume paralelepípedo em que, aproveitando os desníveis do terreno, ficará enterrado de maneira que na cobertura se possa circular livremente, estando o seu acesso à cota do terreno. Ou seja, o Centro redesenha a topografia do sítio, numa relação telúrica com a paisagem, refletindo a condição de edifício como marca identitária, onde os muros do Centro, os percursos e a luz evidenciam elementos da paisagem. Pretende-se também, conceptualmente, que o Centro não tire protagonismo, mas antes dê mais ênfase à ruína.



- |                           |                               |
|---------------------------|-------------------------------|
| 1. Recepção e loja        | 5. Exposição Permanente       |
| 2. Instalações Sanitárias | 6. Auditório                  |
| 3. Bar/Restaurante        | 7. Sala de apoio ao Auditório |
| 4. Esplanada              |                               |

0 2 4 8 m 

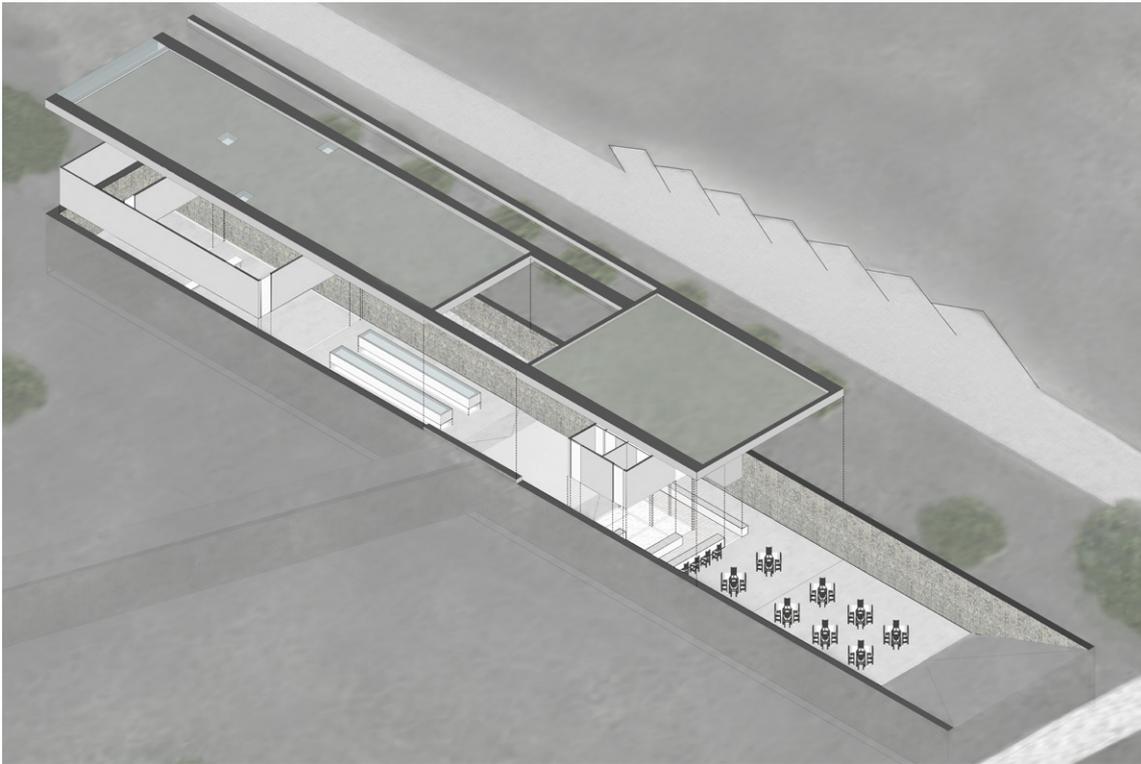
58. Planta de distribuição do Centro Interpretativo, piso térreo; Corte longitudinal

O programa do Centro articula-se em torno de um pátio central, que se divide em duas partes iguais: de um lado encontra-se a parte da exposição permanente, um pequeno auditório para cinquenta pessoas e uma sala de apoio ao auditório; do outro lado, encontra-se a parte da restauração com esplanada, lavabos e a receção. Para além, da programação de espaços utilizáveis pelo visitante – jardins e espaços exteriores, como restaurante e esplanada, é criada uma relação fluida entre o edifício e a paisagem, comunicando as áreas ajardinadas com as linhas subtis do Centro. A entrada principal é feita por uma rampa, que dá acesso à receção, ou então seguindo em frente pelo corredor, com a mesma largura da rampa, que tem como destino a zona do bar/restaurante e a esplanada acompanhada por uma rampa com vegetação que dá continuidade à paisagem. Esta rampa que se encontra na esplanada tem utilidade apenas de criar uma articulação do terreno e ao mesmo tempo harmonizar e tornar aquele lugar mais natural possível.

Visto que o edifício se encontra totalmente escavado, o objetivo deste pátio central aqui mencionado é haver iluminação natural e circulação de ar. O mesmo acontece com a esplanada que se encontra na zona da cafetaria. No auditório e na sala de apoio ao auditório, os únicos compartimentos que não fazem comunicação com os pátios, a solução encontrada para iluminação natural são aberturas de claraboias na cobertura, que otimizam a luz natural.

O edifício é amplo com 67 m de comprimento, 11,50 m de largura e mede 2,80 m de altura, contendo laje contínua de betão à vista inferiormente. O corpo estrutural do edifício é formado por módulos de gabião de 50 cm de altura, 60 cm de comprimento e 50 cm de largura, amarrados individualmente por rede de aço galvanizado e preenchidos por granito. Para tornar as paredes estruturais estáveis e resistentes à tração, optou-se por colocar um apoio vertical em betão armado que se une ao lintel de fundação, de maneira a ligar os vários módulos de gabião. Este material assenta no lintel de fundação, devidamente impermeabilizado pelo exterior, por uma manta geotêxtil, de seguida por uma placa drenante de 4,5 cm de altura e por uma tela impermeabilizante vertical. O gabião encontra-se à vista no interior do Centro, para criar a ilusão da materialidade e aproximação mais à terra. A escolha da utilização deste material deve-se também ao facto de ser “amigo do ambiente”: o material foi proveniente extraído de locais próximos, contribuindo com menos emissões poluentes pelo seu transporte.

Embora as paredes mestre serem de um material resistente, a ligação para com outras paredes de divisória poderia causar maus ajuntamentos e, conseqüentemente, danificar as paredes secundárias. A solução encontrada foi projetar volumes independentes da estrutura principal. Deste modo, simplificou-se o desenho no interior, reduzindo as paredes que tivessem contato com as paredes mestre, ficando apenas os compartimentos onde se



59. Axonometria explodida do Centro Interpretativo

encontra as zonas de serviços e da restauração, e no lado oposto, o auditório e a sala de apoio. Projetou-se uma segunda parede em estrutura de madeira com 11 cm de espessura, que não tivesse em contato com as paredes estruturantes, estando a 7 cm de distância. Estas paredes divisórias também se encontram na zona dos serviços e da restauração. Esta solução, deixa o interior do edifício mais amplo, simples e coerente para o visitante.

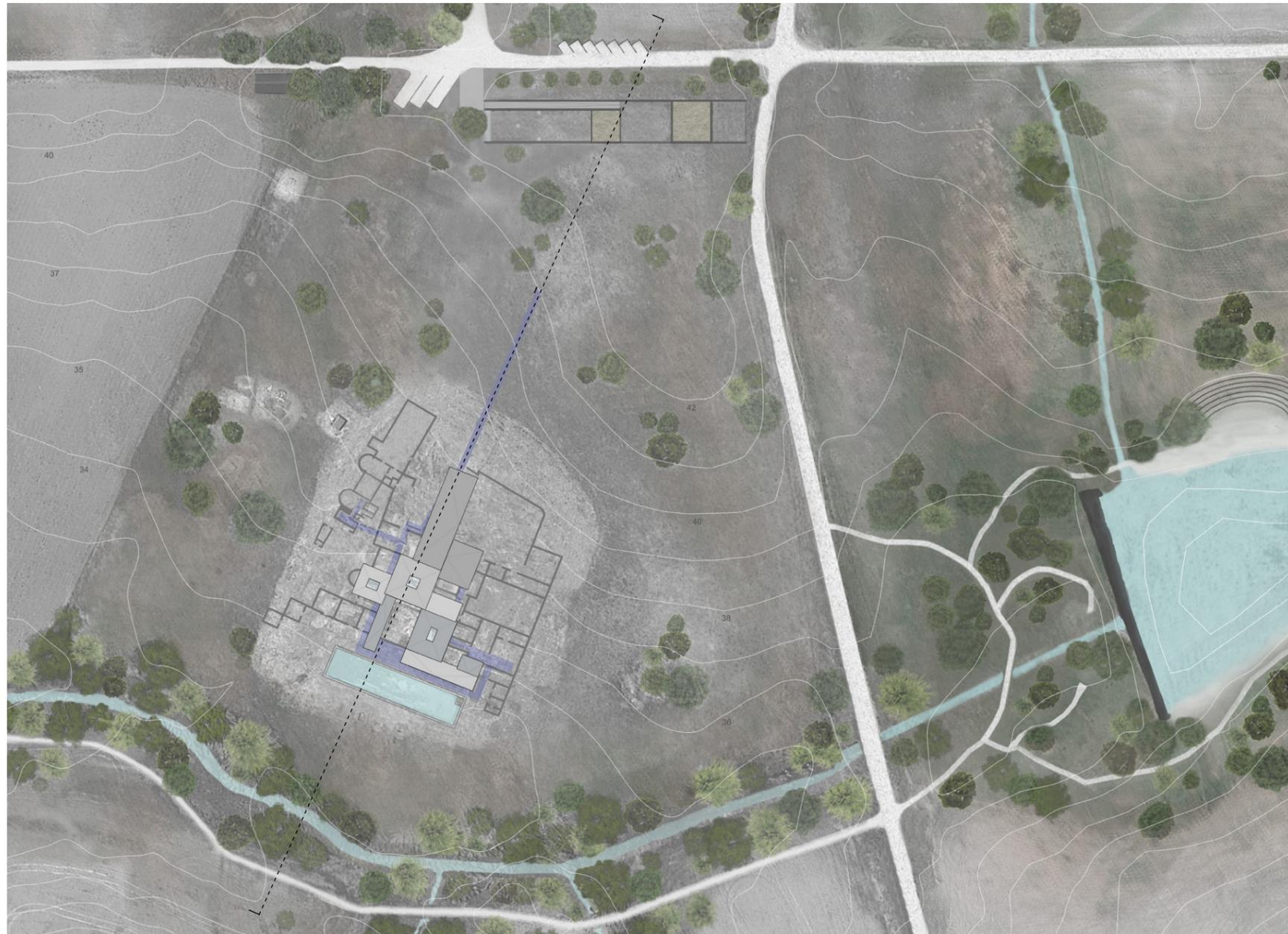
No interior, em cada parede estruturante encontra-se no remate entre a parede e o pavimento um sistema de drenagem formado por uma caleira metálica em U, onde o escoamento é conduzido diretamente por tubos que seguem para a piscina da *Villa* de Pisões. Esta é uma solução encontrada caso haja infiltrações nas paredes de gabião.

Visto que se optou por aplicar apenas paredes em módulos de gabião nos limites do edifício, era necessário haver proteção, ou seja, portas para impedir que local fosse vandalizado. Optou-se por grades metálicas respetivamente nas zonas de divisão do interior para o exterior, ou seja, no final da rampa de principal acesso ao edifício, no começo do túnel que faz ligação para o Sítio Arqueológico e no início da esplanada.

A cobertura do Centro é composta por uma zona ajardinada. Começando de cima para baixo, existirá uma camada de terra vegetal para a implantação das raízes da cobertura de plantas. Seguidamente existirão camadas que permitiram drenar o excedente de água, pluvial e de rega, primeiro com manta de geotêxtil, permitindo a passagem de água, mas impedindo que a terra seja arrastada para baixo, para a camada seguinte, de godo, e também de lado, junto das caleiras onde também haverá uma camada de godo a envolvê-las. A camada de godo serve para o escoamento e filtração das águas. Seguidamente existirá nova camada de manta geotêxtil e sob ela uma tela de impermeabilização sobre a laje de betão armado.

A camada vegetal que se encontra na cobertura está à mesma cota que o terreno onde o Centro se insere, para haver uma maior ligação do edifício com o terreno e criando um cenário muito subtil e envolvente na paisagem. É colocado na cobertura, junto aos pátios, um corrimão de proteção em alumínio, para evitar que o visitante não caia nos pátios e possa circular livremente pela cobertura.

A ligação do Centro de Interpretação à *Villa* é feita por um passadiço coberto em linha reta com largura de 1,80 m, no meio do Centro pelo pátio principal que liga a zona da restauração com a exposição permanente. O início do passadiço encontra-se na mesma cota que o Centro (cota 39), estando por isso em túnel. Pretende-se criar um efeito cénico da transição da exposição no interior do Centro Interpretativo para a visita da *Villa*.



60. Planta de Implantação do conjunto de Pisões; Corte longitudinal

0 10 20 40 m



### 3.3.2 Cobertura de Proteção da *Villa Romana de Pisões*

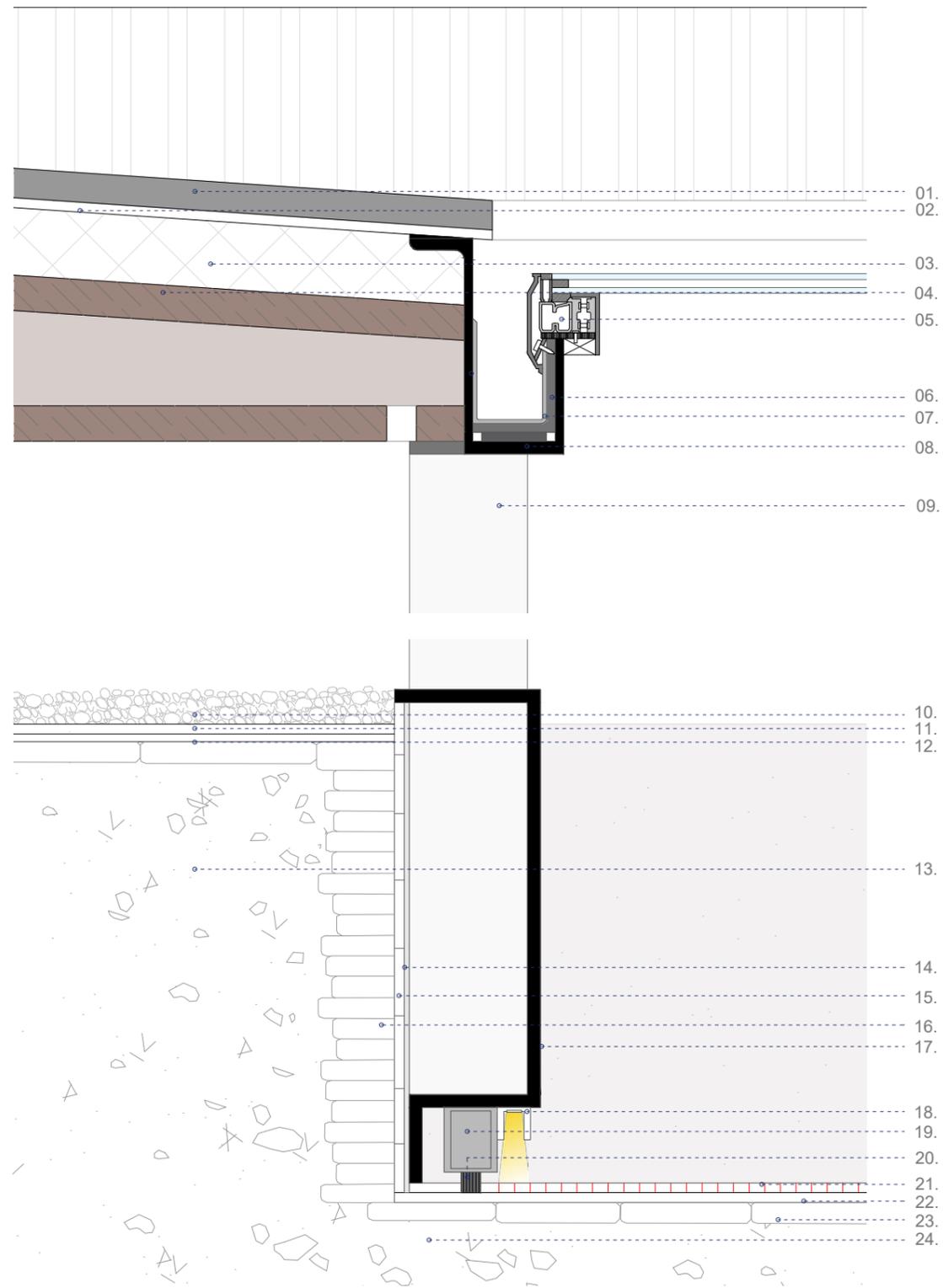
Este projeto pretende responder à problemática da conservação já expostas no primeiro capítulo relativo ao Sítio Arqueológico de Pisões. A principal dificuldade no seu desenho foi, por um lado, a necessidade de valorização e proteção, por outro lado, tinha que ser de um modo que não prejudicasse ou tirasse preponderância ao monumento.

Notou-se que, quando se fez a visita de reconhecimento do achado, este não tinha nenhuma cobertura de proteção, apenas em algumas zonas onde se encontram os mosaicos /ou pavimento mais frágil e sensível, existe uma camada de areia ou brita, entreposta com uma manta de geotêxtil, para não danificar ou prejudicar as zonas sensíveis. No entanto, não é tão eficiente como uma cobertura ou abrigo de proteção, apesar de ter como vantagem impermeabilizar, mas fá-lo escondendo-o.

Imaginou-se uma cobertura que deveria proteger o achado na totalidade, mas tendo em conta a área que a *Villa* ocupa (cerca de 30 000 m<sup>2</sup>) decidiu-se que seria melhor apenas proteger as zonas mais críticas e sensíveis, como os tanques, o peristilo e salas de grande importância, onde se encontra os mosaicos policromados, os frescos ou os pavimentos revestidos com mármore. Após serem detetados os locais de interesse, a necessitar de proteção e conservação, desenhou-se a cobertura.

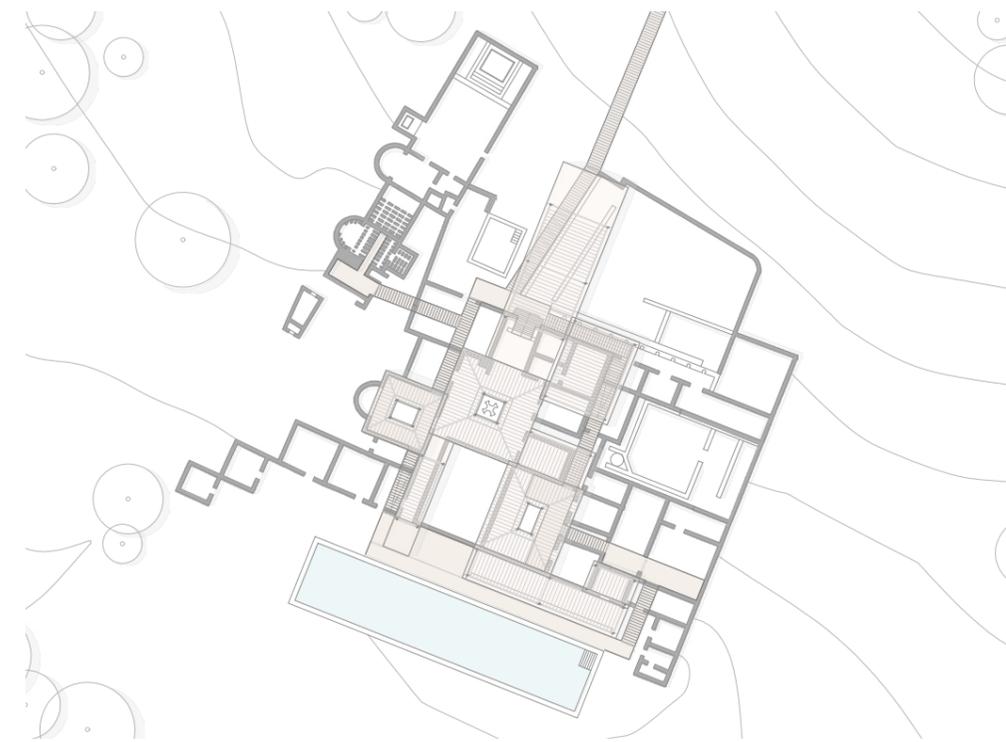
Analisado o local, verificou-se que o terreno onde a *Villa* está implantada, se encontra em declive, por isso esta cobertura é fragmentada de maneira a acompanhar as cotas decrescentes do Sítio Arqueológico, o que influencia a altura (variam entre 2,60 m a 4,10 m) de cada elemento da cobertura. O desenho da cobertura assim idealizado teve isso em conta, pois integra-se melhor na paisagem e dá mais ênfase à ruína. Em relação ao escoamento das águas, visto que as coberturas estão em escada, fragmentadas, a água é escoada em direção à piscina a partir de caleiras que se encontram instaladas nas beiradas respetivas.

As formas deste conjunto, que constitui a cobertura, são desenhadas de acordo com os locais mais sensíveis e com maior riqueza patrimonial e artística e por isso necessitam de maior proteção. O seu desenho inclui formas geométricas, como quadrados e retângulos, onde três polos se distinguem, sendo de maior área e maior interesse visitável: o peristilo, a sala de jantar (*triclinium*) e a sala onde se encontra um tanque de água pluviais (*impluvium*). Nestas zonas onde se situam estas salas (ambas com tanques de diferentes tamanhos) são projetadas as coberturas de proteção com claraboias, tendo cada uma delas a dimensão e sendo colocadas na direção do respetivo tanque. Esta solução procura transmitir a memória de como um peristilo era formado e ao mesmo tempo modernizá-lo.



61. Corte construtivo da Cobertura de Proteção

0 6 cm



62. Planta da proposta dos percursos de visita: passadiços

0 8 m

- |   |   |
|---|---|
| 01. Chapa de cobre 30 mm;                                       | 07. Caleira metálica;                                 |
| 02. Membrana pitonada 10 mm;                                    | 08. Viga metálica UPE 240;                            |
| 03. Isolamento térmico - Aglomerado de cortiça expandida 70 mm; | 09. Pilar quadrado metálica 120 x 120 mm;             |
| 04. Contraplacado laminado 35 mm, distanciado 50 cm;            | 10. Camada de brita 30 mm;                            |
| 05. Caixilho metálico fixo de duplo vidro laminado;             | 11. Manta de geotêxtil 10 mm;                         |
| 06. Apoio metálico 10 mm;                                       | 12. Estrutura Existente;                              |
|   | 13. Concreto com grandes fragmentos;                  |
|   | 14. Peça de mármore 10 mm;                            |
| 15. Argila cinzenta;  | 20. Protetor cilíndrico resistente de borracha 20 mm; |
| 16. Tijolo romano;  | 21. Mosaico 10 mm;                                    |
| 17. Suporte metálico de apoio ao pilar 12 mm;                   | 22. <i>Opus Caementum</i> ;                           |
| 18. Lampada para iluminar os mosaicos;                          | 23. Tijolo romano;                                    |
| 19. Calço de elemento periférico de apoio à estrutura;          | 24. Enchimento de caboucos;                           |

Sendo uma cobertura aberta de lado, a iluminação natural é feita lateralmente e pelas três claraboias: iluminando os tanques, onde se encontram os mosaicos e os restantes locais de interesse. Em relação à iluminação artificial, encontra-se discretamente nas zonas de interesse, onde é necessário mais de luz para além das claraboias, a partir de um sistema de iluminação, que se encontra escondido dos visitantes e aplicado junto dos tanques e pavimentos, sem prejudicar a estrutura da ruína.

O desenho da cobertura tem como principal objetivo a proteção das partes mais sensíveis e frágeis do monumento, no entanto vão acessoriamente proporcionar zonas de sombra aos visitantes, o que lhes acrescentará conforto nos dias quentes.

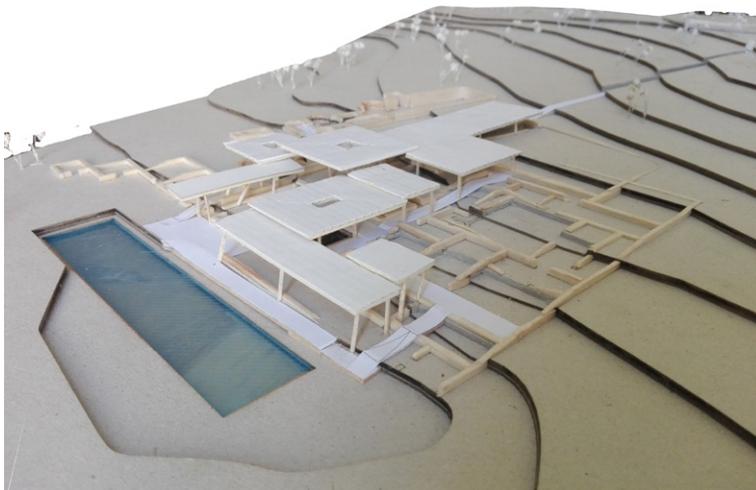
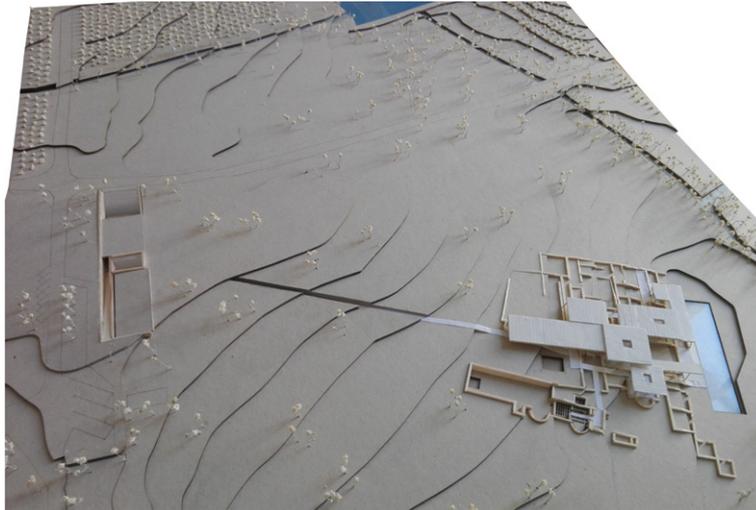
O princípio a aplicar a estruturas de coberturas para estes casos singulares, normalmente é de estruturas leves, com poucos pontos de apoio, de execução simples (Matos, 2007). Assim sendo, para a estrutura da cobertura proposta, optou-se por usar materiais que sendo leves são de elevada resistência e fácil montagem.

Para isso, e descrevendo de baixo para cima, optou-se por começar por placas de contraplacado a forrar a estrutura, com aberturas para circulação de ar. Essas placas formam o fundo de caixas de ar em que do lado interior da cobertura é limitado por uma caleira de condução de águas pluviais e do lado exterior por placas de contraplacado colocadas longitudinalmente. Transversalmente as caixas de ar são divididas por placas verticais de madeira lamelada, colada entre si, distanciadas por 50 cm, este é um material adequado às variações de forma da cobertura, tecnicamente avançado, usado em estruturas e composto por madeira de pinho proveniente de florestas sustentáveis. Na parte superior da caixa de ar e paralelamente ao plano do revestimento superior estão outras placas de contraplacado. Em baixo, no forro inferior de contraplacado, na direção das cumieiras, existiram aberturas longitudinais para promover a circulação na caixa de ar.

Sobre as caixas de ar colocar-se-ão placas de aglomerado de cortiça expandida de 7 cm de espessura. Sendo que este projeto se localiza numa região onde a temperatura atinge níveis elevados, optou-se por aplicar esse isolamento térmico, pelo que se escolheu as placas de cortiça de 7 cm de espessura, por variadas razões: desde logo por ser um produto local 100% natural e reciclável; que suporta temperaturas elevadas; de origem local, por isso de baixa energia incorporada; não reage a agentes químicos; finalmente porque se pretendia que fosse sustentável e duradouro.

Será usada uma membrana pitonada sobre as placas de aglomerado de cortiça expandida, para impermeabilização e drenagem de condensações de gotículas de humidade, que se formem junto das placas de cobre.

Finalmente no revestimento superior da cobertura será empregado cobre. Este, sendo um material durável e de elevada resistência à corrosão, transmite um ambiente



63. Maquete de estudo da proposta de intervenção, escala 1:300

confortável entre a ruína e o construído, criando um vínculo entre o passado/antigo e o presente/moderno.

A ideia inicial que esteve na origem da escolha dos materiais para a cobertura teve em conta o facto de serem de fácil montagem no local e sem necessidade de máquinas pesadas, o que é uma vantagem devido ao local ser vulnerável e de importante valor patrimonial.

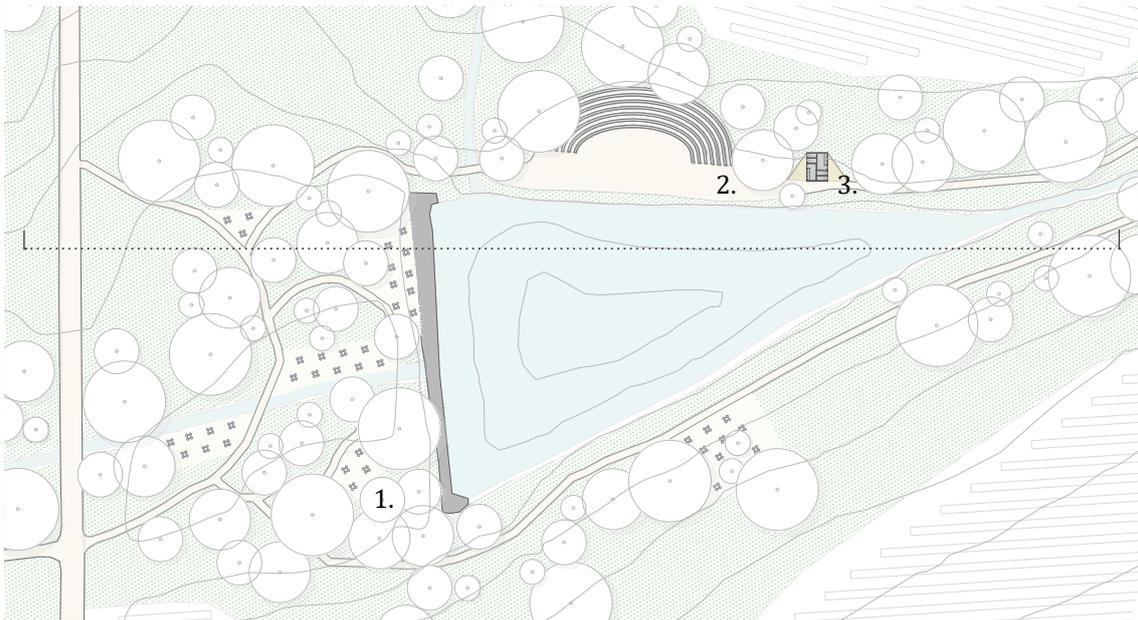
Para suportar o sistema da cobertura prevê-se a utilização de vigas metálicas com perfil em U (UPE 240), apoiadas em pilares quadrados metálicos ocos de 12 cm de lado, com espessura de 4 mm. O distanciamento entre eles varia de troço para troço da cobertura, tendo em conta que estes têm comprimentos, formas e se situam a cotas diferentes. Os pilares estão assentes maioritariamente no terreno e não nos muros da *villa*, com exceção dos três troços principais da cobertura, onde se localizam os tanques. Os quatro pilares de cada um desses troços, estão assentes nos cantos de cada tanque, por um suporte de apoio metálico, que apoia o pilar à parede do tanque e por uma peça resistente que o ampara, suporta. Estes apoios variam consoante a altura de cada tanque. É finalizado, por um calço protetor cilíndrico de borracha resistente, que amortece o peso e a vibração, sem prejudicar os mosaicos.

Os pontos de luz são colocados no mesmo sítio onde se encontra o apoio cilíndrico dos pilares. Estão dispostos, distanciados e orientados de maneira a destacar bem os mosaicos.

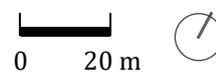
Nesta zona, é importante manter o local confortável e agradável, criando um ambiente tranquilo ao visitante da ruína. Para isso, prevê-se a recuperação da piscina, principalmente de um dos seus lados que está mais danificado, assim como se sugerem um repuxo no centro da mesma. Visa-se o aproveitamento da sensação, física e psicológica, de frescura e tranquilidade provocada pela água em movimento, particularmente importante nos períodos de elevadas temperaturas.

Quando se pensou em projetar uma cobertura de proteção para o achado arqueológico, simultaneamente surgiu a ideia de desenhar passadiços que integrem o percurso da visita. Determinou-se que os passadiços deviam de estar dispostos de maneira a que o visitante possa ter uma boa perspetiva de conjunto e dos pontos de maior interesse, sem danificar a ruína. Foram previstos, em vários pontos estratégicos, painéis explicativos, para se poder identificar e melhor perceber esses locais e objetos, como, por exemplo, pormenores artísticos.

Em algumas zonas, para acompanhar as cotas mais elevadas do terreno, o passadiço encontra-se apoiado no solo, e quando se está sobre a ruína, o passadiço encontra-se suspenso com apoios metálicos, posicionados em pontos onde não prejudiquem o achado arqueológico.



- 1. Zona de merendas
- 2. Anfiteatro ao ar livre
- 3. Instalações Sanitárias



64. Planta de implantação e corte longitudinal do Parque Verde da Barragem de Pisões.

### 3.3.3 Requalificação da Barragem de Pisões

Como já foi feita referência, perto do local onde se situa a *pars* urbana da *Villa* Romana, encontra-se o paredão do que resta da antiga Barragem Romana de Pisões. É o remanescente de uma barragem de grandes dimensões, relativamente a outras suas contemporâneas – originalmente teria cerca de 58 m de comprimento, e 3m de espessura – que armazenava aproximadamente 38 000 m<sup>3</sup> de água, tendo sido, na época, a maior bacia hidrográfica daquela região. Atualmente, apesar de esta ser considerada como vestígio de valor arqueológico elevado, de grau 2 de proteção patrimonial (*Carta Arqueológica - Plano Diretor Município de Beja*, 2014), este paredão encontra-se bastante degradado quer pela climatização, quer porque a zona da albufeira foi atulhada e cultivada.

Sendo imperioso não perder esse património, torna-se necessário requalifica-lo e revitaliza-lo. Para esse efeito propõem-se inicialmente o desentulhamento, para que possa voltar a servir de depósito de água do ribeiro, com fins de lazer – ao invés do objetivo original de ter utilização agrícola e para fornecimento das termas romanas do monumento vizinho – posteriormente far-se-á um parque de merendas nos terrenos contíguos.

A proposta de requalificação para este local, com cerca de 60 435 m<sup>2</sup>, contempla uma área verde, formada por um bosquete, povoado com vegetação autóctone, com 12 520 m<sup>2</sup>. Disporá de infraestruturas de apoio técnico ao local, que incluirá instalações sanitárias e uma dependência para arrumos, prevê-se ainda um anfiteatro ao ar livre.

Sugere-se igualmente a criação de percursos pedonais e cicláveis, com passagem pela barragem, que permita a fruição do espaço e a visita ao conjunto monumental de Pisões.

A zona de lazer, com o parque de merendas, prevê-se que esteja equipado com mobiliário urbano, como bancos em módulos de gabião (em concordância com o material usado no Centro Interpretativo) revestidos superiormente com tábuas de madeira, bebedouros, ciclo-parques, iluminação pública e painéis informativos. O anfiteatro exterior encontra-se junto à margem da albufeira, local tranquilo com vista sobre o espelho de água e o bosquete. As bancadas do anfiteatro são constituídas igualmente por módulos em gabião revestido a madeira por cima.

Após concluído o desaterro e a limpeza da albufeira, consolidação e recuperação do paredão da barragem e definidas as margens, passar-se-á ao enchimento de água a partir da albufeira dos Cinco Reis<sup>27</sup>, que se encontra a 1,5 km de distância. Uma mais-valia esperada

<sup>27</sup> Foi lançado no mês de Março de 2019 um projeto financiado pela Camara Municipal de Beja e



da revitalização da barragem será o aumento exponencial da biodiversidade, tornando o local um oásis, relativamente à pobreza biológica na região circundante, com elevada carga de agroquímicos.

### **3.3.4 Sustentabilidade do Projeto Arquitetónico**

Cada vez mais se verifica que a indústria da construção é poluente e agressiva para o ambiente. A atividade da construção consome cerca de 50% dos recursos naturais disponíveis e produz aproximadamente 40% da totalidade dos resíduos sólidos (Amado, Pinto, Alcaface, & Ramalhe, 2015, p. 24). Portanto, é urgente a redução dos impactos negativos resultantes da atividade da indústria da construção. É necessário alterar a mentalidade do setor, minimizando os prejuízos ambientais e apresentar soluções e modelos sustentáveis nos projetos arquitetónicos (Edwards, 2005, p. 115).

Neste sentido, a partir da formação adquirida ao longo dos anos sobre esta temática, tentou-se que este projeto arquitetónico fosse sustentável, com a adoção de soluções passivas para o conforto ambiental, na escolha da orientação do edifício, na construção e nos materiais escolhidos. Deve promover uma pegada ecológica de baixo impacto.

A fase do Projeto é a mais importante e essencial, pois é onde se vão determinar todas as consequências e impactos ao longo do ciclo de vida do edifício, neste caso daremos mais atenção ao Centro Interpretativo. Nesta fase, analisaram-se as características bioclimáticas do Centro Interpretativo, nomeadamente a orientação do edifício, a sua disposição funcional –as divisões de maior permanência localizam-se na orientação mais favorável, como as áreas de serviço, que necessitam de ventilação. O controlo do nível de iluminação natural, aproveitando a luz solar durante o maior número de horas possível - quanto maior for a utilização natural, menos gastos serão produzidos e menor será o impacto da pegada ecológica, maximizando o uso energético renovável.

Outro fator que se deve ter em conta na fase de Projeto é a seleção de materiais. Devem ser selecionados face às condicionantes climáticas, nomeadamente à temperatura, radiação solar e humidade, como também a durabilidade do material. A opção de utilizar o granito nos blocos de gabião, sendo um material local e natural, é produzido e extraída na proximidade, como também o seu impacto ambiental, de menor energia incorporada e da capacidade de ser reutilizável. Em relação à estrutura do edifício, a escolha do betão armado, como sendo um material de longa vida útil e por ser estável do ponto de vista ambiental e por ter ainda como vantagem o conforto térmico.

---

pela EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva) consistindo na construção de um parque fluvial incluindo equipamentos de apoio.



Seguindo o raciocínio de escolher materiais sustentáveis e naturais, para o isolamento da cobertura optou-se pelo aglomerado de cortiça expandida. É um material proveniente do sobreiro, com numerosas vantagens: de elevada durabilidade, cerca de 50 a 60 anos sem perda de características, um material de baixa energia incorporada, sem adição de compostos nocivos para a saúde e é totalmente reciclável. Para além de ser impermeável a sua resistência à humidade permite envelhecer sem se deteriorar (Amado, Pinto, Alcaface, & Ramalheite, 2015, p. 106).

Sabendo que o Centro Interpretativo se encontra enterrado e considerando que se situa numa região onde o clima atinge temperaturas elevadas, o mais correto é projetar uma cobertura que permita manter no interior do edifício temperaturas estáveis, onde não é necessário aquecimento central. Deste modo, optou-se por uma cobertura ecológica, que fosse benéfica a nível ambiental, social e económico. A cobertura ajardinada cumpre esses requisitos. Ou seja, a nível ambiental, com a opção da cobertura ajardinada há uma diminuição da poluição da atmosfera, na região onde se encontra o Centro Interpretativo, o ar por vezes fica saturado por partículas poluentes geradas pelas máquinas agrícolas, e a utilização da cobertura ajardinada e dos espaços verdes propostos contribuem para a diminuição dos gases poluentes, utilizando as espécies vegetais que filtram as partículas poluentes. Também promove a biodiversidade, criando habitats para diversas espécies de animais na cobertura verde.

A nível económico, com a cobertura ajardinada há uma melhoria no desempenho térmica, a vegetação na cobertura tem um efeito regulador da temperatura, para além de aumentar a inércia térmica (pela espessura da camada de solo), a vegetação provoca a reflexão da radiação solar e arrefecimento por evaporação. Melhor dizendo, com este método é possível reduzir o consumo energético em climatização, ter menos gastos no uso da ventilação e aquecimento (Carvalho, 2017). A vegetação na cobertura também melhora o isolamento acústico, atenuando o efeito da poluição sonora.

A nível social, propicia ao visitante conforto e convívio coletivo, que é necessário para a zona onde o Centro Interpretativo está implantado.

A sustentabilidade do projeto arquitetónico desempenha um papel cada vez mais relevante nos dias de hoje. O tema da sustentabilidade na construção tem-se tornado progressivamente incontornável. É necessário conscientizar as gerações presentes e futuras para a utilização mais racional dos recursos naturais e a risco da sua finitude, assim como para a necessidade de parar com as emissões poluentes.



## **IV. Considerações Finais**



A história do território de Beja caracteriza-se por ter sido conquistado e ocupado por diferentes povos, que aí se fixaram, atraídos pelos solos férteis. No período da romanização, a *Pax Julia* tornou-se uma das importantes *civitas* do sul da Lusitânia.

Fazia parte da política romana presentear os soldados que mais se destacavam, com boas áreas de cultivo nos territórios conquistados, encorajando a fixação desses guerreiros, como fator de estabilidade das províncias.

Com o sucesso económico, essas explorações tornaram-se luxuosas *villae*, com habitações ricamente ornamentadas – onde predominavam artefactos artísticos como estatuária, cerâmica, chão com painéis de mosaicos policromáticos, frescos nas paredes, cantaria artística, fontanários e *balnea* – assim como outras construções e dependências ligadas à atividade agrícola – moinhos, azenhas, lagares, dependências de trabalhadores – ou ligadas à hidráulica – aquedutos, barragens e canais. Sem dúvida foram um marco histórico significativo do desenvolvimento da região e do país nesse tempo. Desse período chegaram-nos inúmeros vestígios, formados muitas vezes por conjuntos de edificadas, de que a *Villa Romana de Pisões*, objeto deste estudo, é um excelente exemplo.

O património é herança cultural comum deixada pelos antepassados, tornando-se uma propriedade coletiva, na medida em que se relaciona com a necessidade das gentes terem referências afetivas, simbólicas e memórias comuns de lugares e valores que lhes conferem traços culturais partilhados e os definem como povo. É com vista à salvaguarda desta memória, que se torna fundamental conservá-lo, preservá-lo e valorizá-lo de maneira a que a comunidade, assim como os seus visitantes, possam usufruir e entender o objeto patrimonial.



As medidas a tomar nos sítios arqueológicos, traduzem-se na respetiva conservação, proteção e valorização. O processo de valorização permite tornar o património arqueológico num lugar visitável pelo público e ter um caráter pedagógico, ao permitir a leitura e interpretação do monumento, assim como o deleite pela contemplação da beleza do objeto artístico. Indiretamente, pode tornar-se um polo de atração a ser partilhado por quem vem de fora, sendo por isso um fator de desenvolvimento local pelo turismo que atrai e a mão de obra que cria.

A criação de projetos arquitetónicos para os monumentos, concretamente neste caso os achados arqueológicos, como fator de promoção turística, promove e dinamiza a região alvo dessa intervenção.

Os sucessivos levantamentos e inventariações do património arqueológico nas periferias das cidades alentejanas, mostram a necessidade de um programa museológico de intervenção. A proposta deste Projeto enquadra-se nessa necessidade. Recentemente têm surgido fatores que põem em risco esses monumentos, inclusive têm destruído parte do património, o que torna a necessidade de planos de intervenção para a sua preservação, cada vez mais urgentes.

Na região de Beja, a *Villa Romana de Pisões* não está a salvo. Tem vindo a ser espartilhada por um envolvente humanamente desertificado, caracterizado por agricultura intensiva, que tem vindo a substituir a típica paisagem alentejana. A proposta para a *Villa Romana de Pisões*, nasce da necessidade de intervenção suportada por um conjunto de estudos das potencialidades culturais inerentes ao património arqueológico da região.

As propostas, apresentadas no projeto, não se limitam a intervenções isoladas no local do Sítio Arqueológico de Pisões, visam também a revitalização e valorização de toda a área rural envolvente da cidade, que esteja relacionada com este património. O Plano Geral, desenvolvido por um grupo de mestrandos, consiste na criação de num conjunto de intervenções e infraestruturas de apoio sobre todos os locais de interesse relacionados com o Património Arqueológico dos arredores de Beja. Fá-lo através da criação de percursos ciclo viários, que formam uma rede que ligue todos os pontos arqueológicos romanos. Cada intervenção nos lugares patrimoniais, estabelece um diálogo contínuo com toda a proposta coletiva, visando proteger e valorizar o património.

No programa desenvolvido para a *Villa Romana de Pisões* procurou-se ser pragmático no que diz respeito à conservação e revitalização do local. Com a necessidade de proteger este local e de modo a travar o natural processo de degradação, desenhou-se uma cobertura de proteção. Como complemento da intervenção do achado, propôs-se a requalificar do paredão da Barragem de Pisões. Para contribuir para o apoio, fundamental para a visita da *Villa Romana de Pisões*, projetou-se um Novo Centro Interpretativo, que inclui exposições,



auditório, área de restauração e outras estruturas de apoio ao visitante.

O projeto aqui presente procurou perceber a relação entre a arquitetura e a arqueologia. A interpretação do património através do arquiteto é diferente de um arqueólogo. O papel do arquiteto, no que diz respeito ao património arqueológico, é procurar cruzar três tarefas fundamentais – conhecer, proteger e valorizar (Alarcão,2009). Este projeto permitiu aproximar as duas disciplinas, através do cruzamento dos conhecimentos, que se complementam.

Este trabalho permitiu aprender bases teóricas e construtivas em relação à intervenção no património histórico, assim como na criação de um projeto sustentável, adotando alternativas *eco-friendly* – o resultado pretender contribuir como exemplo de como se pode intervir, proteger e valorizar, e simultaneamente dar ênfase a um Sítio Arqueológico, contribuindo, simultaneamente para a redução da pegada ecológica.

Como desenvolvimentos possíveis deste trabalho e do local, seria o aprofundamento na intervenção nos 6,5 Ha da zona envolvente à albufeira da Barragem Romana de Pisões, complementando o parque de merendas e o anfiteatro já previstos neste projeto e criando um complexo de lazer, que poderia incluir bar, restaurante, parque infantil, circuito de manutenção, entre outros.

Outra possibilidade de continuação deste projeto seria a recuperação da casa agrícola em ruínas, na encosta sobranceira à de Pisões, com uma vista privilegiada sobre o monumento e a ribeira. É um edifício de grande beleza, de arquitetura e construção tradicionais e, por isso com potencialidades e dimensão para o seu restauro e aproveitamento para turismo rural.

Para concluir, esta proposta de valorização e respetiva interpretação do achado arqueológico estudado, não deve ser encarada como definitiva, admite-se que haja várias questões que foram deixadas em aberto. No que diz respeito à extensão da intervenção, esta está dependente da prospeção do terreno envolvente do Sítio Arqueológico, que pode desencadear futuros achados, prolongamentos das áreas visitáveis e subsequentes intervenções para apoio à visita.

O projeto desenvolvido quis testar uma via alternativa às abordagens relativas intervenção no património, particularmente com a proposta para o Centro Interpretativo. Proposta essa que passou pela adoção de soluções de Arquitetura Sustentável, o que defendemos dever ser, inquestionavelmente, a linha a seguir no futuro.



## **Bibliografia**

Alarcão, J. de. (1976). Sobre a economia rural do Alentejo na época romana. Conimbriga: Coimbra 15.

Alarcão, J. de. (1974). A vida rural no Alentejo, na época romana. Coimbra: J. de Alarcão.

Alarcão, J. de. (1988a). Roman Portugal (Vols. 1-2). Warminster: Aris & Phillips.

Alarcão, J. de, Almeida, M. L. de, Brandão, M., & Cruz, L. (1973). Portugal romano. Lisboa: Editorial Verbo.

Alarcão, J. (1988b). O Domínio Romano em Portugal (3a Edição). Lisboa: Publicações Europa América.

Alarcão, J. (2013). Introdução ao Estudo da Casa Romana (2a Edição). Coimbra.

Alarcão, P. (2009). Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga. Obtido de <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67794>

Amado, M., Pinto, A., Alcaface, A., & Ramalheite, I. (2015). Construção Sustentável. Conceito e Prática. Lisboa: Caleidoscópio.

Ballart, Josep, Pericot, Josep, & Mendizábal, Maria dels Àngels. (1996). El valor del patrimonio histórico. Complutum Extra.

Carvalho, F. (2017). Coberturas Verdes: Estudo Experimental da Capacidade de Drenagem



de Água no Aglomerado de Cortiça Expandida. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Carvalho, P., & Fernandes, J. L. J. (2012). Património cultural e paisagístico: políticas, intervenções e representações. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Choay, F., & Castro, T. (2015). A alegoria do património (3a ed., reimp). Lisboa: Edições 70.

Couto, M. B. (2007). Balnevm da Villa Romana de Pisões. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Durão, C. (1999). Testemunhos da vida rural e económica em Pax Ivliá. XII(III). (Arquivo de Beja).

EDIA. (2017). Anuário Agrícola de Alqueva. Beja: Departamento de Planeamento e Economia da Água.

Edwards, B. (2005). O guia básico para a sustentabilidade (2a Edição). Londres: RIBA Enterprises.

Feio, M., Sampaio, J., Fragoso, J., Catita, J., & Portas, C. (1963). A Valorização do Baixo Alentejo. Beja: Minerva Comercial.

Hays, K. M. (Ed.). (1998). Alois Riegl: The modern cult of monuments its character and its origin. Em *Oppositions reader: selected readings from a journal for ideas and criticism in architecture, 1973-1984* (pp. 621–651). New York: Princeton Architectural Press.

Henriques, F. M. A. (1991). A conservação do património histórico edificado. Lisboa: Lab. Nac. de Engenharia Civil.

Hernández, Josep, & Tresserras, Jordi. (2008). Gestión del patrimonio cultural (4a Edição). Barcelona: Ariel Patrimonio.

INE. (2012). Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Alentejo. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

IPBeja. (2011). O Concelho de Beja. Beja: Instituto Politécnico d Beja.

Jorge, V. O., Alarcão, J. de, Serrão, J., & Marques, A. H. de O. (Eds.). (1990). Portugal: das origens à romanização (1a ed). Lisboa: Presença.



La «Nouvelle» Villa de Seviac. (2018). Elusa, Capitale Antique.

Lopes, M. da C. (2000). A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da «civitas» de Pax Ivlia. s.n., Coimbra.

Matos, O. (2008). Valorização de sítios arqueológicos. Praxis Archaeologica.

Monteiro, F. B., & Sardica, J. M. L. (s.d). I Encontro de Arqueologia da região de Beja. (Arquivo de Beja).

Morais, L. (2010). Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, 14. Porto.

Pereira, Carlos, Soares, António, & Soares, Rui. (2013). Os mausoléus da villa romana de Pisões: a morte no mundo rural romano. Revista Portuguesa de Arqueologia, 16, 303–321.

Quintela, A. de C., Mascarenhas, J. M., Cardoso, J. L., & Alarcão, J. de. (2009). Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização. Lisboa: EPAL.

Reis, M. P. (2004). Las termas y balnea romanos de Lusitania (Vol. 1). Obtido de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19608>

Ribeiro, F. (1972). A Villa Romana de Pisões. Obtido de <http://servir.uevora.pt/SearchResultDetail.aspx?mfn=118882&DDB=BD1#.Wg9CTYhpHIV>

Ruskin, J. (1956). The Seven Lamps of Architecture. Obtido de [http://webopac.sib.uc.pt/search\\*por/a?a](http://webopac.sib.uc.pt/search*por/a?a)

Sardica, J. M. L., & Soares, J. L. (s.d). Relatório dos trabalhos efectuados na campanha de escavações da Villa Romana de Pisões: Beja em 1980. (Arquivo de Beja).

Silva. (1990). Conservação e valorização do Património Arqueológico do Alentejo: proposta de plano a médio prazo. Évora: Instituto Português do Património Cultural.

Silva, J. (2017). A Valorização de Sítios Arqueológicos Romanos no Alentejo. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.



## **Cartas de Património:**

Carta Arqueológica - Plano Diretor Município de Beja (p. 26). (2014). Beja.

Carta de Cracóvia, 2000. Princípios para a conservação e o restauro do património construído (Consultado em: <http://www.patrimonio-cultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>)

Carta de Veneza, 1964. Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios (Consultado em: <http://www.patrimonio-cultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadeveneza.pdf>)

UNESCO, 1972. Conservação para a proteção do Património mundial, cultural e natural (Consultado em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>)

UNESCO, 2011. Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (Consultado em: [http://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao\\_sobre\\_a\\_paisagem\\_historica\\_urbana\\_unesco\\_2011.pdf](http://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf))

## **Páginas Web:**

Barragem do Pego da Moura | Atlas do Sudoeste Português. (sem data). Obtido 25 de Abril de 2019, de <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/110>

Barragem Romana do Pego da Moura. (sem data). Obtido 25 de Abril de 2019, de [http://www.cm-grandola.pt/pages/666?poi\\_id=139](http://www.cm-grandola.pt/pages/666?poi_id=139)

Destruição de património arqueológico preocupa Direcção Regional de Cultura | Rádio Voz da Planície. (sem data). Obtido 13 de Fevereiro de 2019, de Rádio Voz da Planície - 104.5FM - Beja website: <http://www.vozdaplanicie.pt/noticias/destruicao-de-patrimonio-arqueologico-preocupa-direccao-regional-de-cultura>

Dias, C. (2017a). Olival intensivo destrói importante sítio arqueológico no Alentejo. Obtido 13 de Fevereiro de 2019, de PÚBLICO website: <https://www.publico.pt/2017/04/23/local/noticia/mobilizacao-de-solos-para-olival-destroi-importante-sitio-arqueologico-nos-arredores-de-beja-1768667>



Dias, C. (2017b). Ponte romana e sítios arqueológicos destruídos para plantar amendoal. Obtido 13 de Fevereiro de 2019, de PÚBLICO website: <https://www.publico.pt/2017/10/09/local/noticia/beja-ponte-romana-e-sitios-arqueologicos-foram-destruidos-para-plantar-amendoal-1787981>

Dias, C. (2017c, 07). Villa romana de Pisões é agora a luxuosa casa das ervas daninhas. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/07/17/local/noticia/villa-romana-de-piso-es-foi-descoberta-ha-50-anos-e-esta-coberta-de-ervas-daninhas-1779095>

Furuto, A. (2011, Dezembro 29). Protection Project and Musealization of Séviac Archaeological Site / Carrilho da Graça Arquitectos. Obtido 14 de Fevereiro de 2019, de ArchDaily website: <http://www.archdaily.com/194962/protection-project-and-musealization-of-seviac-archaeological-site-carrilho-da-graca-arquitectos/>

Gomes, J. (2007, Fevereiro 14). Pensar a Terra ...: Barragem do Alqueva: benefícios vs ameaças... Obtido 13 de Março de 2019, de Pensar a Terra ... website: <http://pensaraterra.blogspot.com/2007/02/barragem-do-alqueva-beneficios-vs-ameaas.html>

Pela Defesa do Património Arqueológico Nacional. (2018). Obtido 13 de Fevereiro de 2019, de Petição Pública website: <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT88019>

Villa Gallo-Romaine De Séviac. (sem data). Obtido 14 de Fevereiro de 2019, de Fondation du patrimoine website: <https://www.fondation-patrimoine.org/les-projets/villa-gallo-romaine-de-seviac>

Vincenzo Latina Architeti. (sem data). Obtido 22 de Abril de 2019, de [http://www.vincenzolatina.com/page\\_1241001492965/s\\_pg\\_1286813473715/index.php](http://www.vincenzolatina.com/page_1241001492965/s_pg_1286813473715/index.php)



## Créditos de Imagens

1. Imagem do Autor
2. <https://navegantes-de-ideias.blogspot.com/2018/01/o-fim-da-planicie-e-morte-do-azeite-um.html>
3. <https://olhares.sapo.pt/planicie-alentejana-foto8803633.html>
4. Imagem do Autor
5. <http://www.agrotec.pt/noticias/cade-o-pasto/>
6. Imagem do Autor
7. <https://www.publico.pt/2017/07/17/local/noticia/villa-romana-de-pisoos-foi-descoberta-ha-50-anos-e-esta-coberta-de-ervas-daninhas-1779095>
8. Imagem do Autor
9. Imagem do Autor
10. <http://www.pracadarepublicaembeja.net/wp-content/uploads/2010/11/concelho-de-Beja.jpg>
11. Alarcão, J. (1988b). O Domínio Romano em Portugal (3a Edição). Lisboa: Publicações Europa América.
12. *Ibidem*
13. *Ibidem*
14. [http://culturanorte.gov.pt/fotos/galerias/01\\_fonte\\_milho\\_111868384954d886192a536.jpg](http://culturanorte.gov.pt/fotos/galerias/01_fonte_milho_111868384954d886192a536.jpg)
15. [https://www.infatima.pt/pic/\\_torres\\_novas\\_vila\\_cardilium\\_drone00\\_00\\_30\\_00still003\\_59107b08b654e.jpg](https://www.infatima.pt/pic/_torres_novas_vila_cardilium_drone00_00_30_00still003_59107b08b654e.jpg)
16. Quintela, A. de C., Mascarenhas, J. M., Cardoso, J. L., & Alarcão, J. de. (2009). Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização. Lisboa: EPAL
17. *Ibidem*



18. [http://www.atlas.cimal.pt/drupal/sites/default/files/Fig%202\\_10.jpg](http://www.atlas.cimal.pt/drupal/sites/default/files/Fig%202_10.jpg)
19. Imagem do Autor
20. *Ibidem*
21. *Ibidem*
22. <https://c8.alamy.com/comp/AY7RCW/a-roman-mosaic-depicting-people-doing-agricultural-task-photo-taken-AY7RCW.jpg>
23. [https://imgc.artprintimages.com/img/print/roman-ruins-with-a-prophet-1751\\_u-l-o53lu0.jpg?h=550&w=550](https://imgc.artprintimages.com/img/print/roman-ruins-with-a-prophet-1751_u-l-o53lu0.jpg?h=550&w=550)
24. <https://maqualedesign.files.wordpress.com/2015/06/iamammonument.jpg>
25. <http://galeracult.com.br/sites/default/files/roma2.jpg>
26. [https://img.theculturetrip.com/768x432/wp-content/uploads/2013/12/12420133125\\_2e6e69a162\\_o.jpg](https://img.theculturetrip.com/768x432/wp-content/uploads/2013/12/12420133125_2e6e69a162_o.jpg)
27. <https://i.pinimg.com/originals/ac/c2/26/acc226da7ddfcf9fd371ea69208b81d1.jpg>
28. Imagem do Autor
29. <https://archaeology-travel.com/wp-content/uploads/2017/12/mnajdra-temple-malta>
30. <https://www.elusa.fr/la-villa-de-seviac>
31. [http://culturante.gov.pt/fotos/galerias/01\\_fonte\\_milho\\_111868384954d886192a536.jpg](http://culturante.gov.pt/fotos/galerias/01_fonte_milho_111868384954d886192a536.jpg)
32. <https://www.fondation-patrimoine.org/les-projets/villa-gallo-romaine-de-seviac>
33. <https://miesarch.com/uploads/images/works/3093-16861.jpg>
34. <https://miesarch.com/uploads/images/works/3093-%20-%20Access%20pavilion%20to%20the%20Artemision%20excavations%20copy.jpg>
35. <https://miesarch.com/uploads/images/works/3093-16867.jpg>
36. [https://4.bp.blogspot.com/-RuuUW6vuAHo/USvnrECjgNI/AAAAAAAAAYok/KFH9x\\_ogyA/s1600/01.jpg](https://4.bp.blogspot.com/-RuuUW6vuAHo/USvnrECjgNI/AAAAAAAAAYok/KFH9x_ogyA/s1600/01.jpg)
37. <https://2.bp.blogspot.com/-oqyb8gZv5F0/USvns18PmLI/AAAAAAAAAYpI/DDLNlfuBsqo/s1600/50.jpg>
38. [https://1.bp.blogspot.com/-JcHDxAAE3hw/T5mHDLye6eI/AAAAAAAAA0gY/CsX2OUw2Bv4/s1600/Souto+de+Moura+.+Crematorium+.+Kortrijk+\(8\).jpg](https://1.bp.blogspot.com/-JcHDxAAE3hw/T5mHDLye6eI/AAAAAAAAA0gY/CsX2OUw2Bv4/s1600/Souto+de+Moura+.+Crematorium+.+Kortrijk+(8).jpg)
39. Imagem do Autor
40. *Ibidem*
41. Autor: João Brinco
42. Autor: António Lourenço
43. Autor: Ana Baia
44. Imagem do Autor
45. [http://4.bp.blogspot.com/-ISdlcD6s7ZM/T\\_BNwC-ON3I/AAAAAAAAAIcQ/uPkURMqYysU/s640/Pis%C3%B5es+escava%C3%A7%C3%A3o+1967.jpg](http://4.bp.blogspot.com/-ISdlcD6s7ZM/T_BNwC-ON3I/AAAAAAAAAIcQ/uPkURMqYysU/s640/Pis%C3%B5es+escava%C3%A7%C3%A3o+1967.jpg)
46. [http://2.bp.blogspot.com/-E00NoCVaV8A/Vh\\_N6CREUMI/AAAAAABgfA/oct0u-o2xAvs/s1600/Villa%20Bromana%20de%20Pis%25C3%25B5es%252C%201974.%20BFo-](http://2.bp.blogspot.com/-E00NoCVaV8A/Vh_N6CREUMI/AAAAAABgfA/oct0u-o2xAvs/s1600/Villa%20Bromana%20de%20Pis%25C3%25B5es%252C%201974.%20BFo-)



tografia%2BJo%25C3%25A3o%2BSardica.jpg

47. Autor: José Luís Madeira, 2016

48. Imagem do Autor

49. *Ibidem*

50. *Ibidem*

51. <https://imagens.publicocdn.com/imagens.aspx/1174206?tp=UH&db=IMAGENS&-type=JPG>

52. Imagem do Autor

53. *Ibidem*

54. *Ibidem*

55. *Ibidem*

56. *Ibidem*

57. *Ibidem*

58. *Ibidem*

59. *Ibidem*

60. *Ibidem*

61. *Ibidem*

62. *Ibidem*

63. *Ibidem*

64. *Ibidem*



Bárbara Henriques Raimundo

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob a  
orientação do Professor Doutor João Paulo Providência

Departamento de Arquitetura, FCTUC

Junho, 2019

## Índice de Desenhos

### Proposta Geral de Território

01. Planta de Território [Escala 1/50 000]

### Proposta Geral de Intervenção

02. Planta de Intervenção e Perfil [Escala 1/1500]

### Conjunto da *Villa Romana de Pisões*

03. Planta de Implantação [Escala 1/1000]

04. Planta do Programa Proposto [Escala 1/1000]

05. Corte Longitudinal e Transversal [Escala 1/500]

### Centro Interpretativo

06. Planta de Cobertura [Escala 1/200]

07. Planta Piso Térreo [Escala 1/200]

08. Cortes Longitudinais [Escala 1/200]

### Cobertura de Proteção da *Villa Romana de Pisões*

09. Planta de Cobertura [Escala 1/300]

10. Planta Piso Térreo [Escala 1/300]

11. Corte Longitudinal e Transversal [Escala 1/200]

### Parque Verde da Barragem de Pisões

12. Planta de Implantação [Escala 1/500]

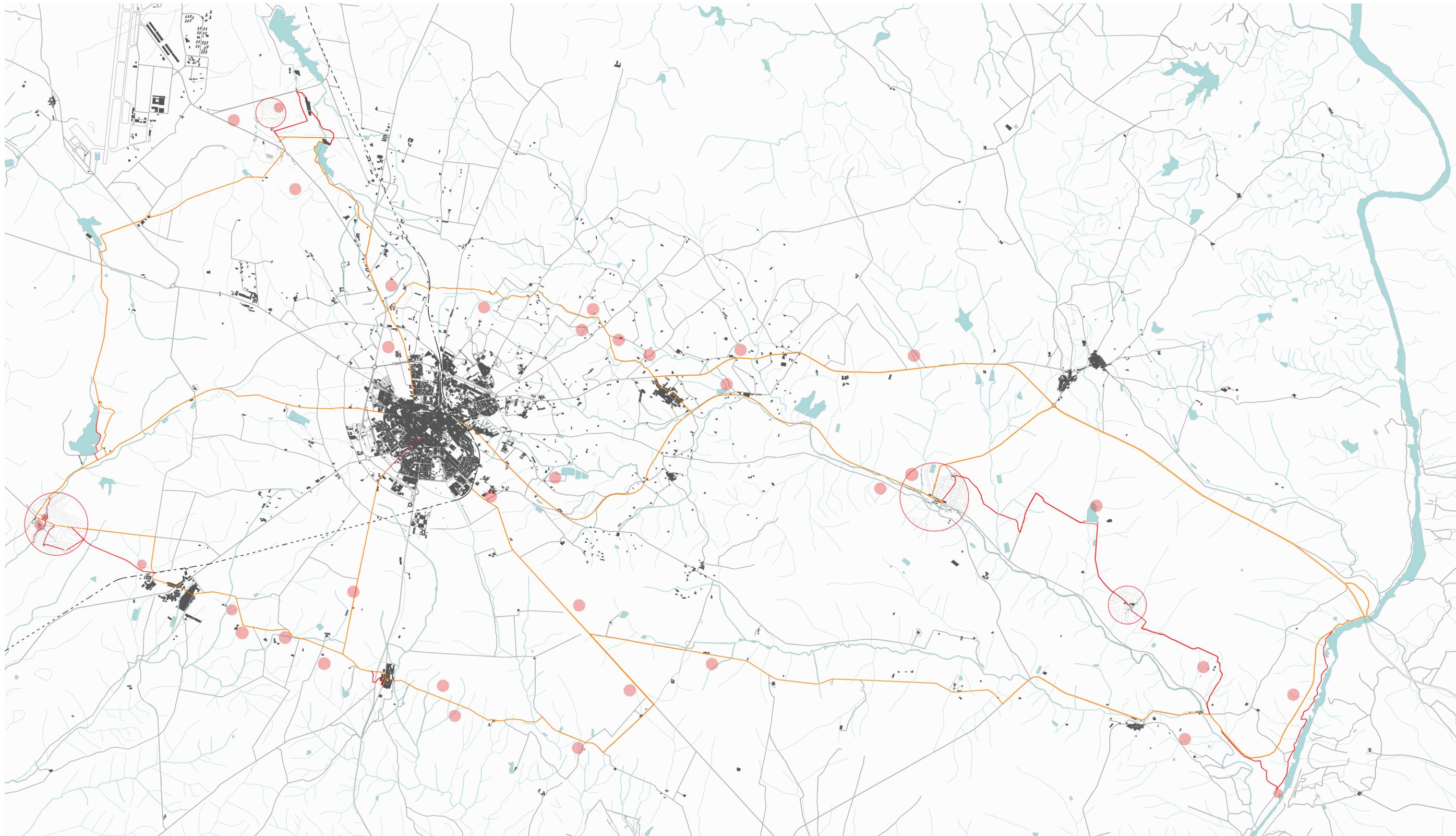
13. Corte Longitudinal e Transversal [Escala 1/500]

### Corte Construtivo

14. Centro Interpretativo [Escala 1/50, 1/20, 1/10]

15. Centro Interpretativo [Escala 1/50, 1/20, 1/10]

16. Cobertura de Proteção da *Villa Romana de Pisões* [Escala 1/50, 1/20, 1/5]



1. *Villa* Romana de Pisões
2. Termas Romanas da Torre da Cardeira
3. Estação Ferroviária de Baleizão
4. Acampamento Romano de São Brissos

— Rede Hidrográfica

— Rede Viária

— Percurso Viário

— Percurso Cicloviário

● Património Arqueológico



Centro Interpretativo

Cobertura da *Villa Romana de Pisões*

Canal de Água

Parque de Merendas





1. Centro Interpretativo
2. Cobertura de Proteção da *Villa* Romana de Pisões
3. Parque Verde da Barragem de Pisões



- Trajeta de visita
- Trajeta Opcional 1
- Trajeta Opcional 2
- Passadiço Proposto
- Zonas de maior interesse a visitar

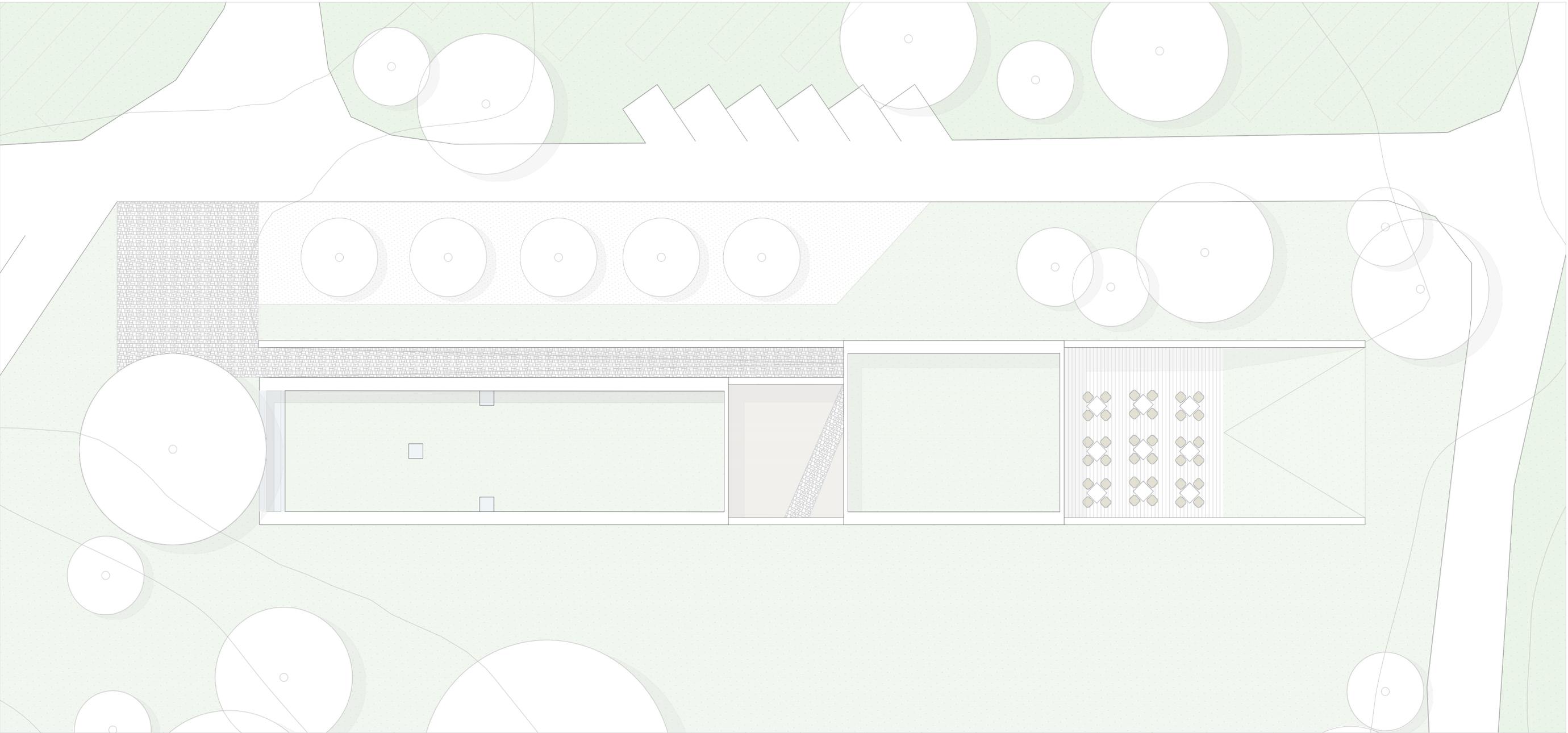




Corte Longitudinal aa'

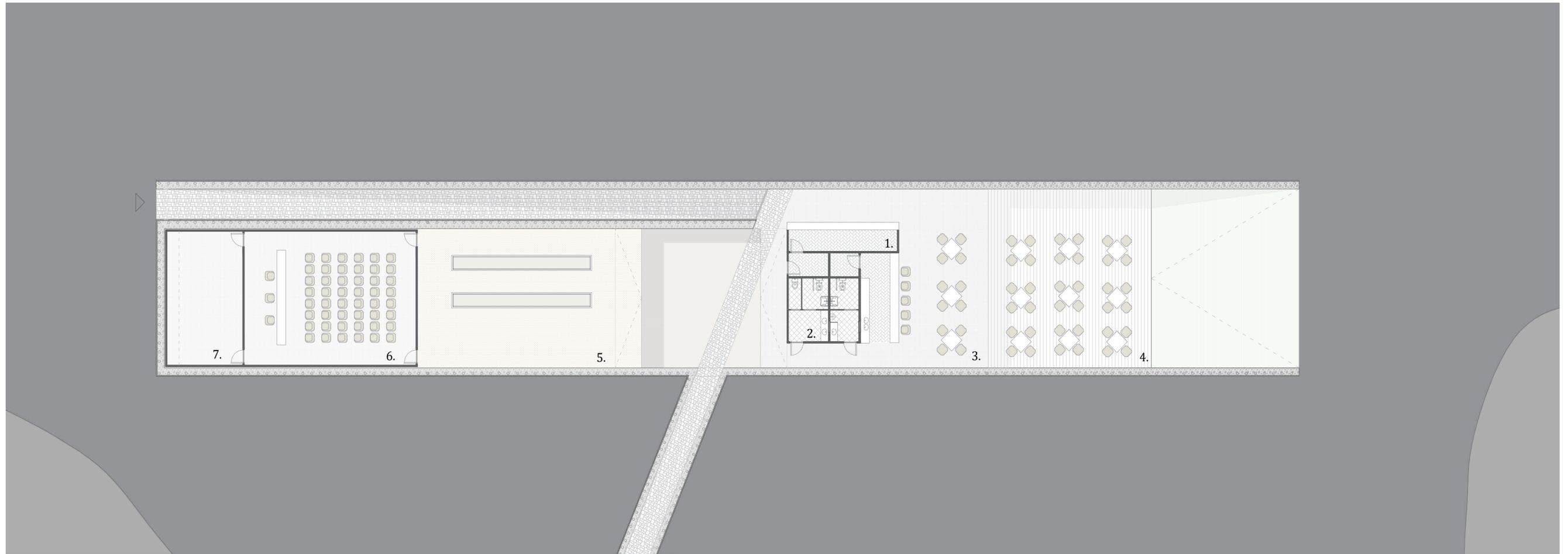


Corte Transversal bb'



Centro Interpretativo  
Planta de Cobertura

Escala: 1/200



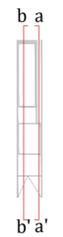
- 1. Recepção/Loja
- 2. Instalações sanitárias
- 3. Bar/restaurante
- 4. Esplanada
- 5. Exposição permanente
- 6. Auditório
- 7. Sala de apoio ao auditório



Corte Longitudinal aa'

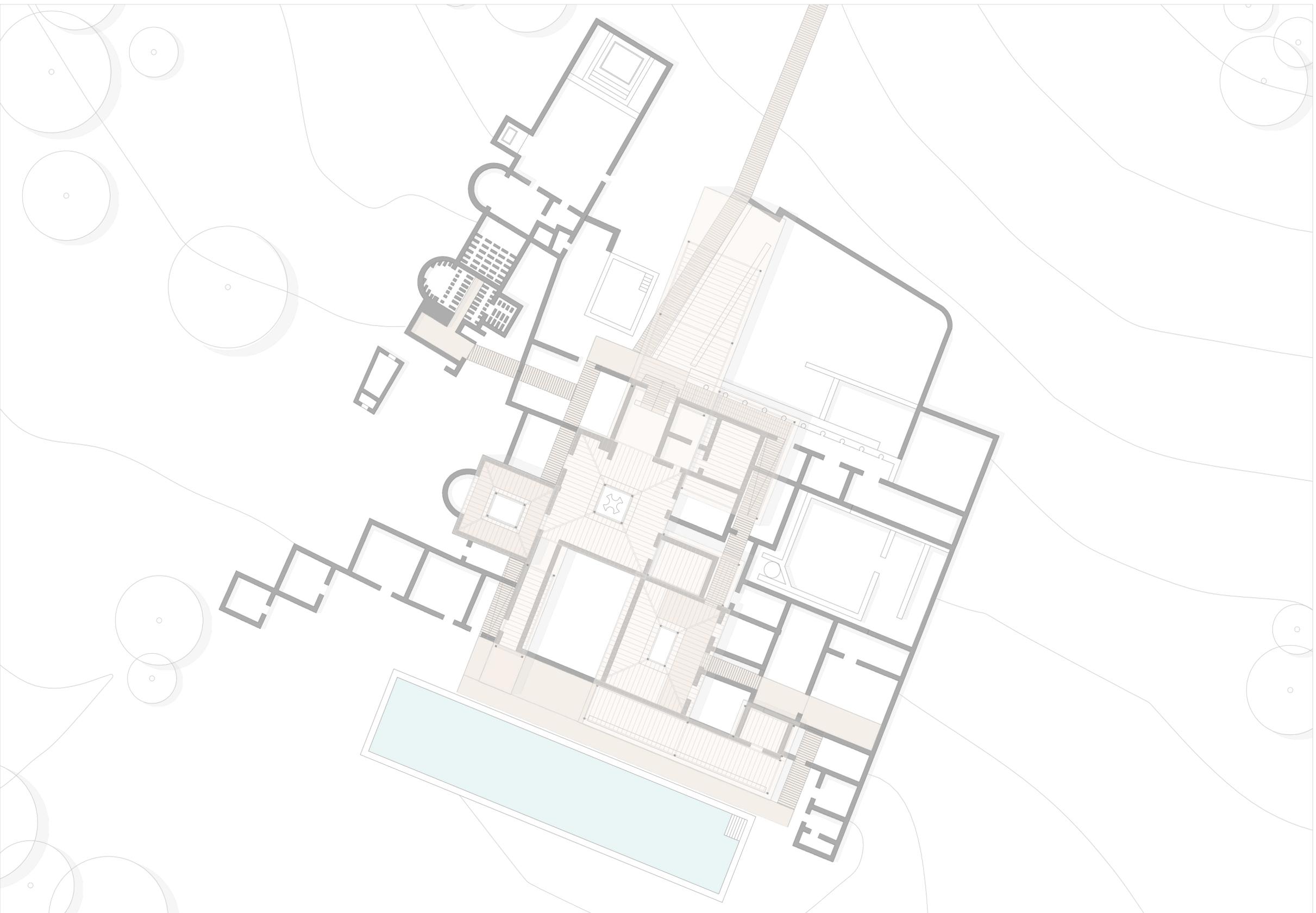


Corte Longitudinal bb'



Escala: 1/200





Cobertura de Proteção à *Villa Romana de Pisões*  
Planta piso térreo

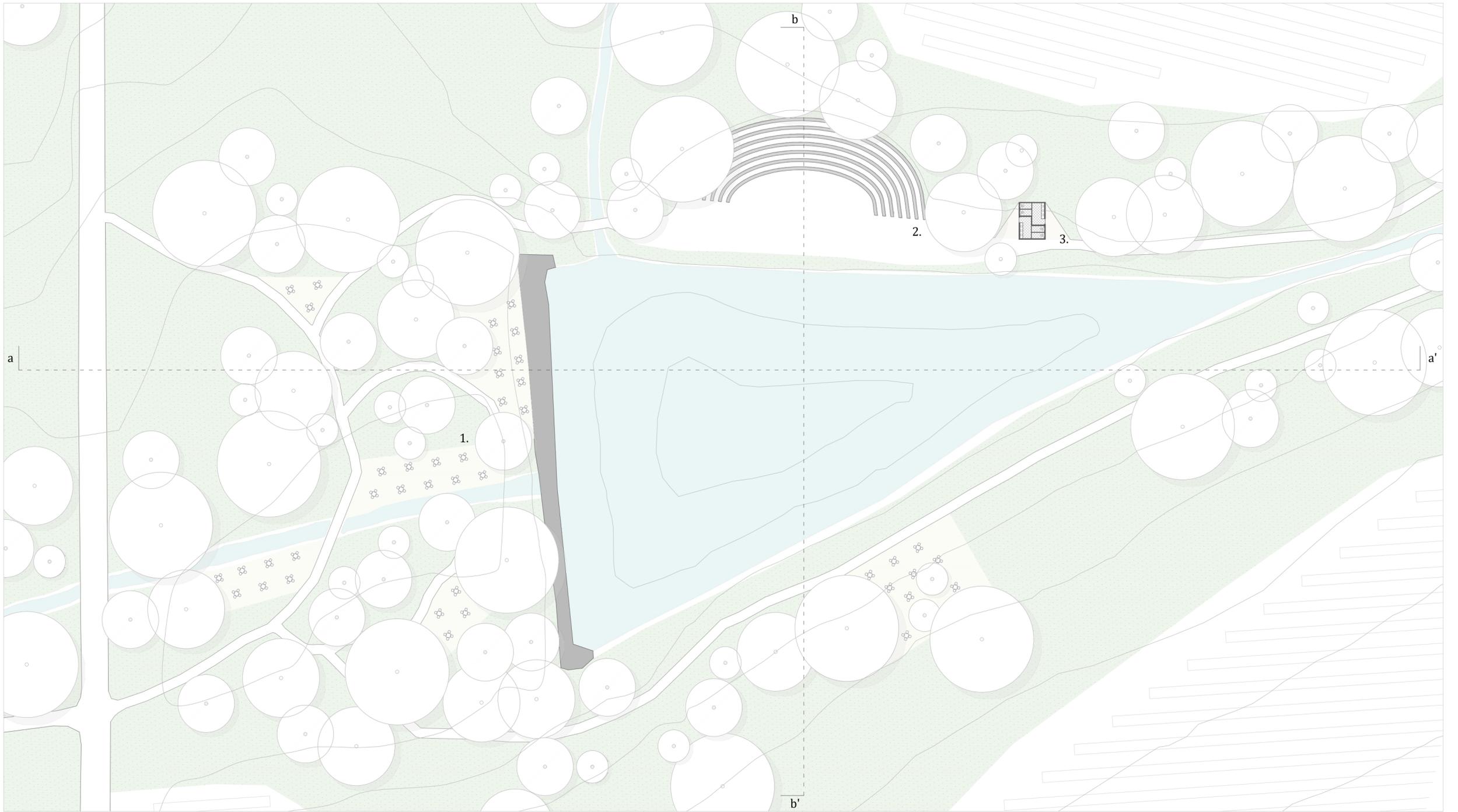
Escala: 1/300



Corte Longitudinal



Corte Transversal



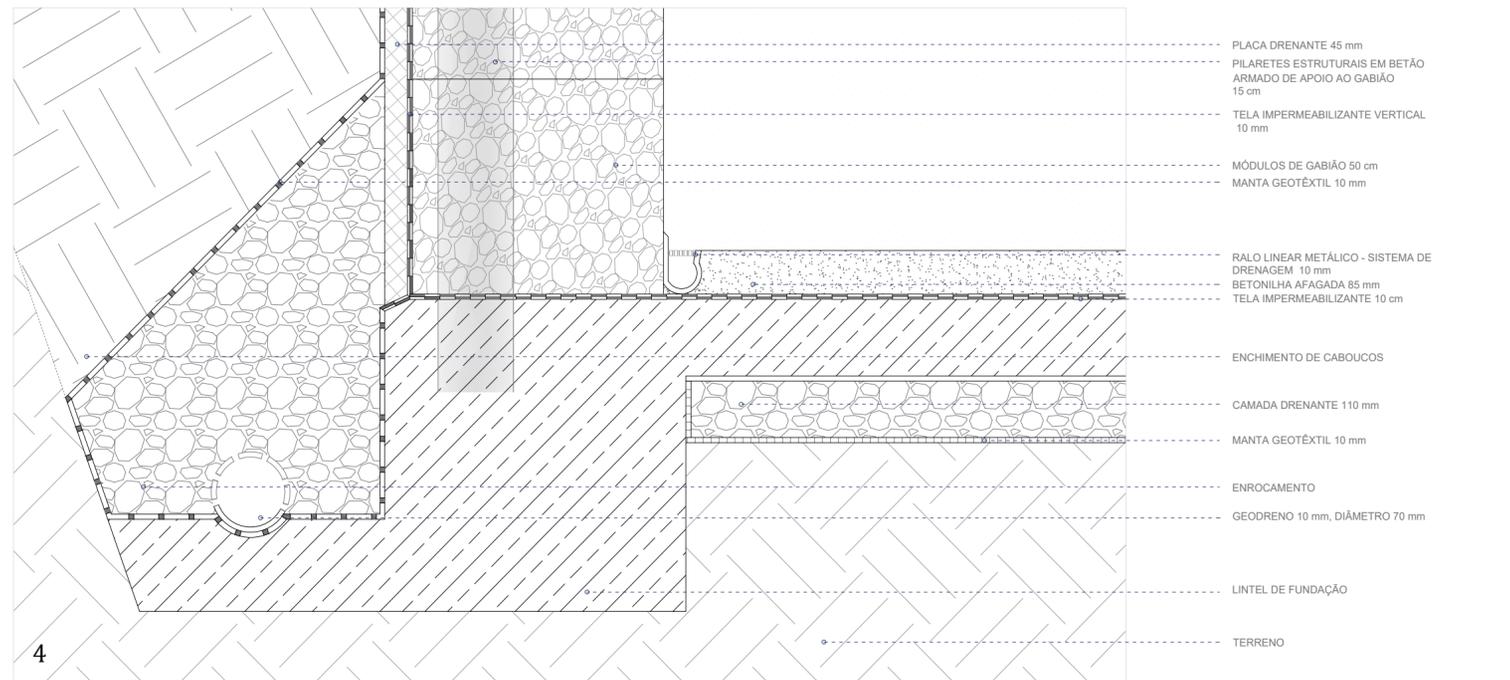
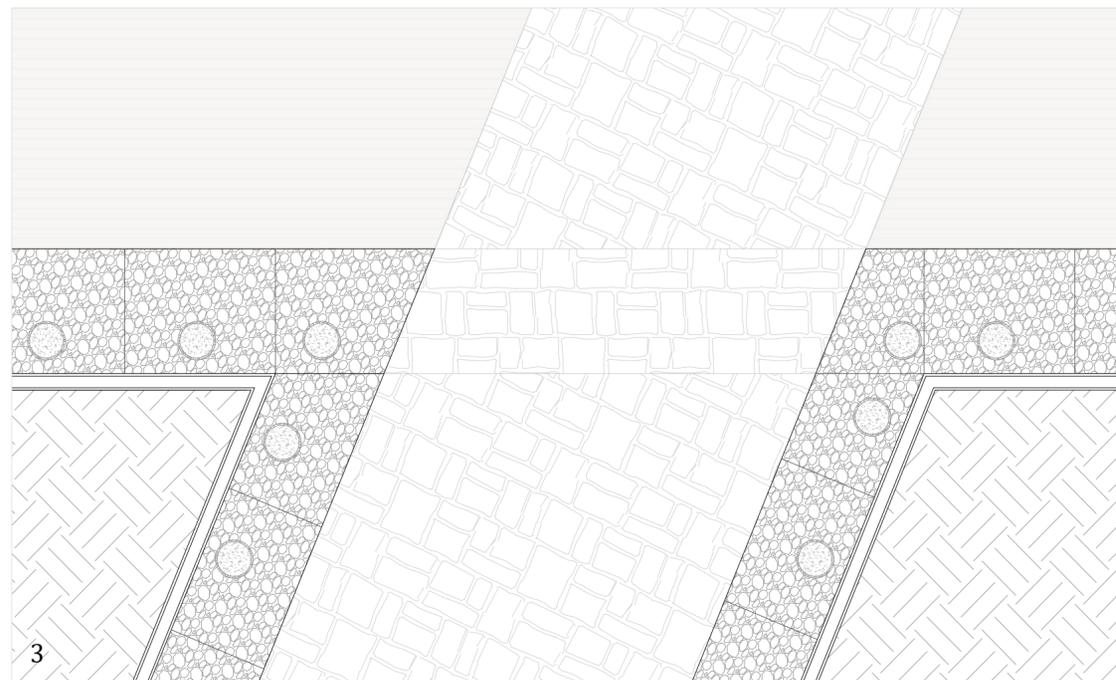
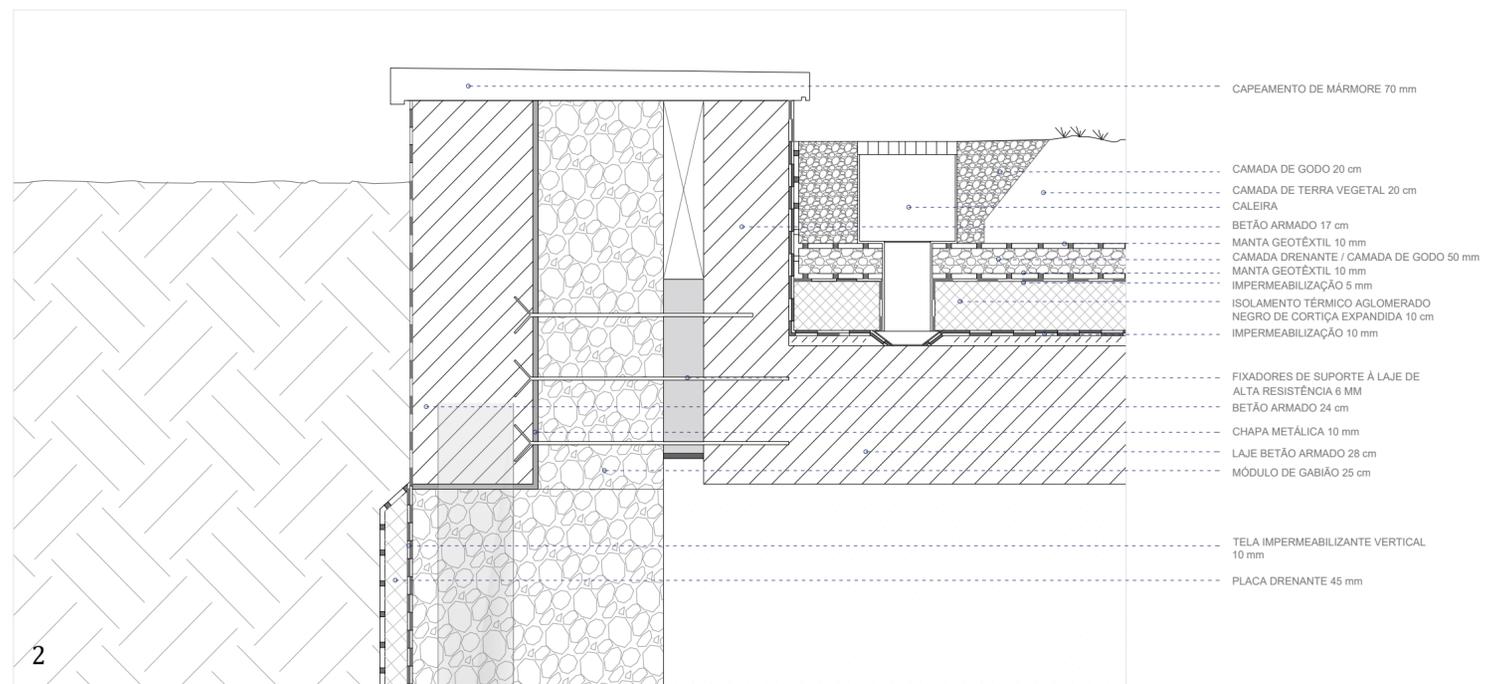
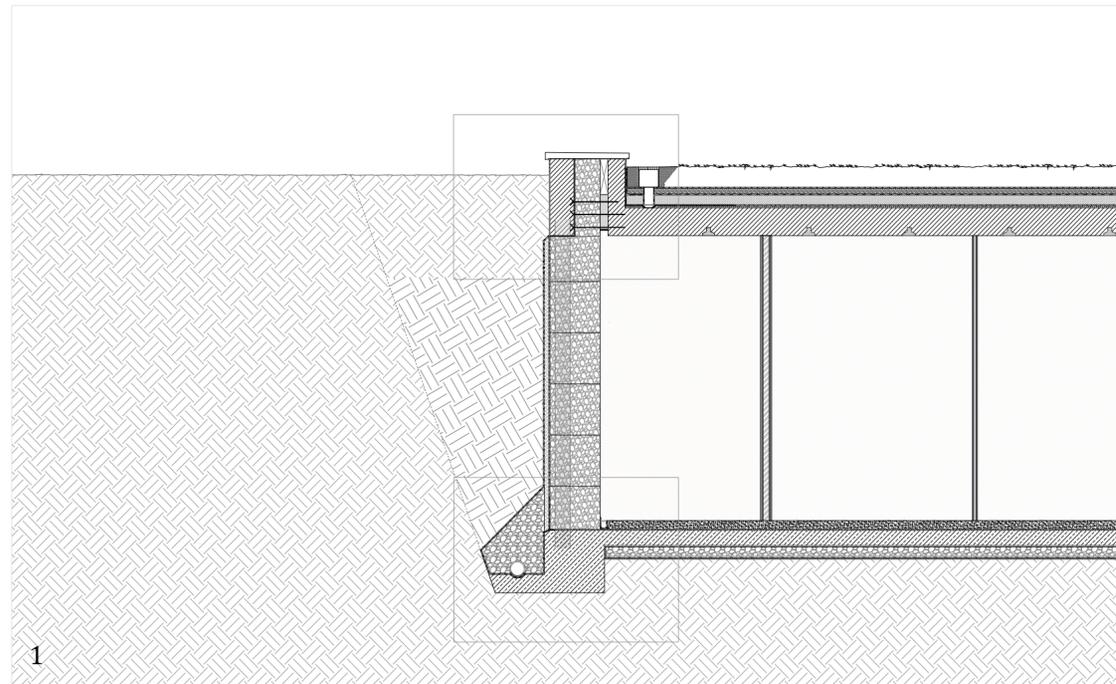
- 1. Zona de merendas
- 2. Anfiteatro ao ar livre
- 3. Instalações sanitárias



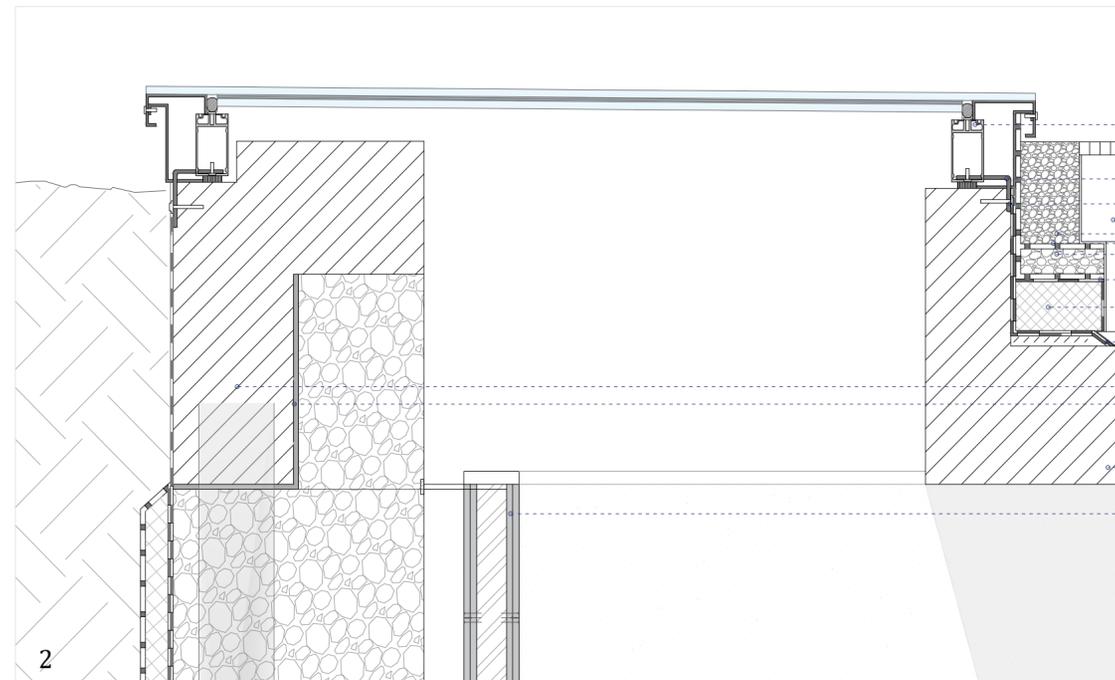
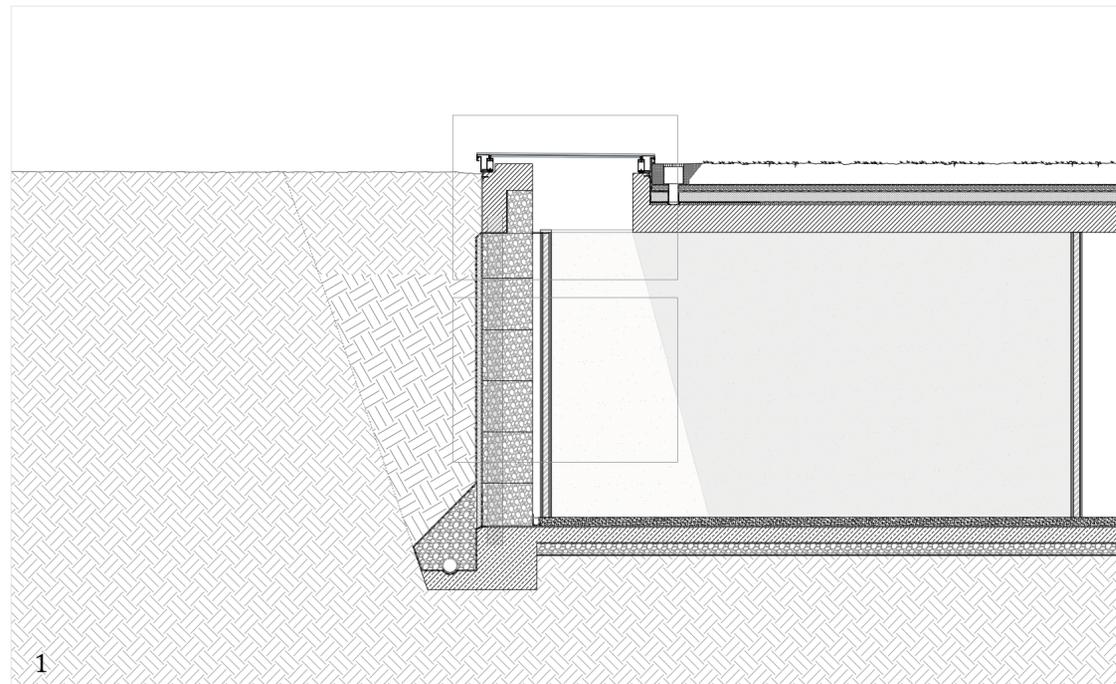
Corte Longitudinal aa'



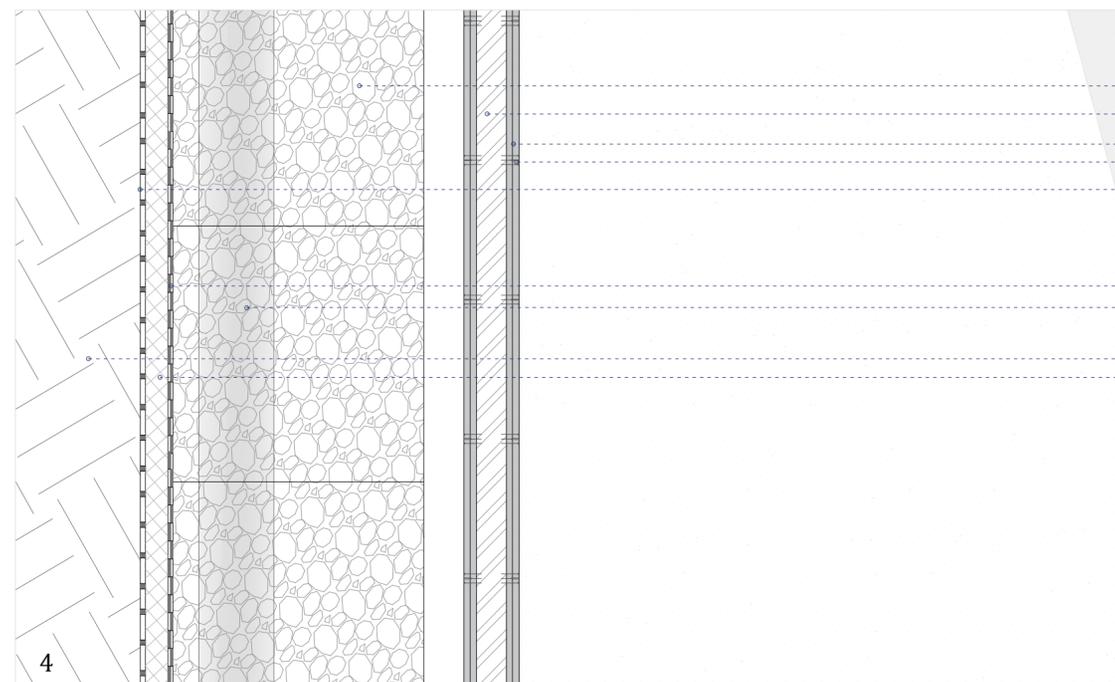
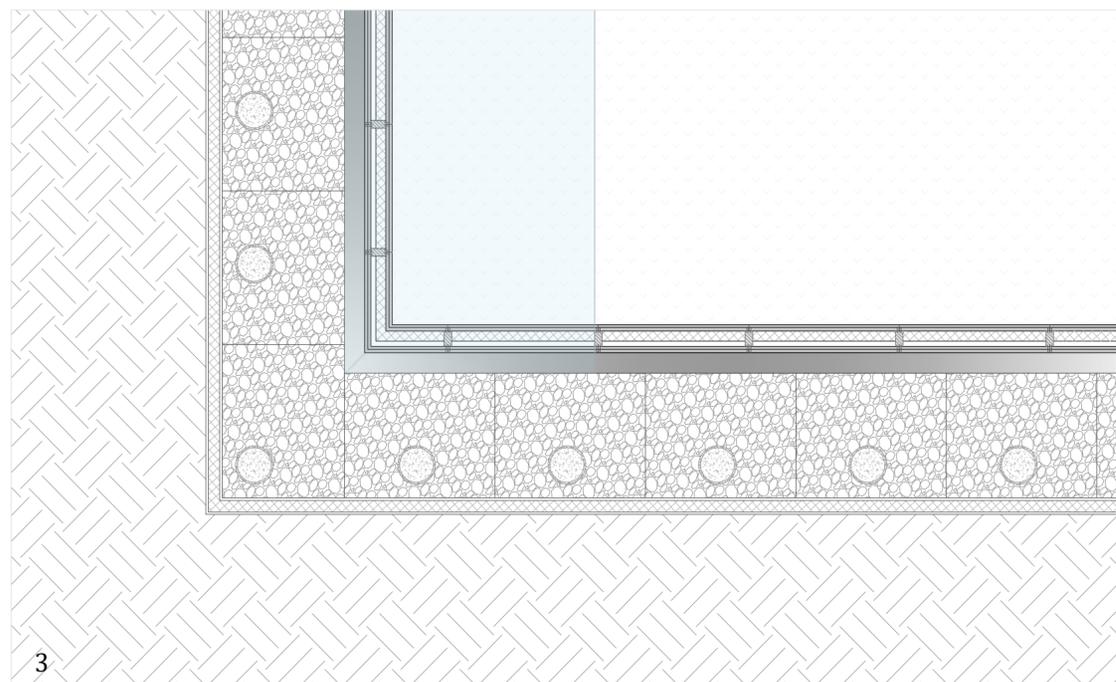
Corte Transversal bb'



Legenda: 1. Corte Vertical 1:50; 2. Corte Vertical da cobertura 1:10; 3. Corte Horizontal do piso térreo 1:20; 4. Corte Vertical do piso térreo 1:10

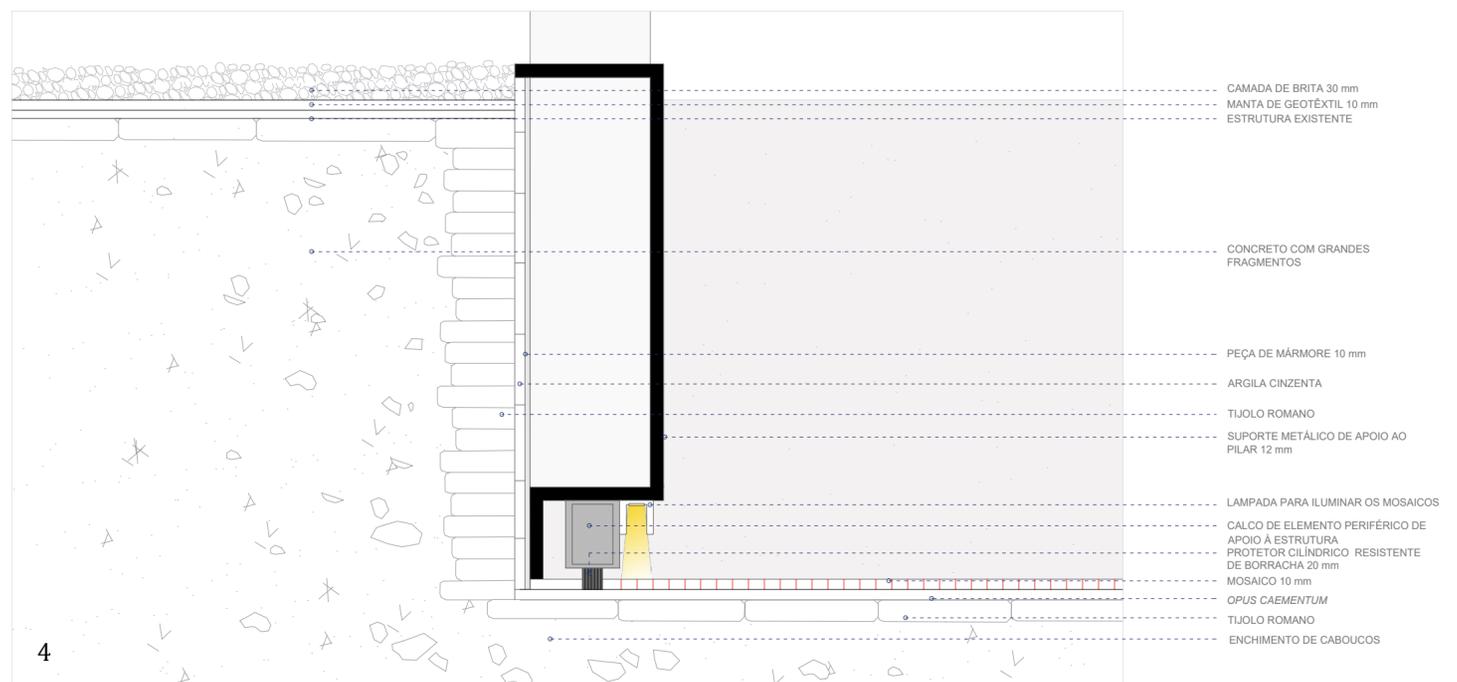
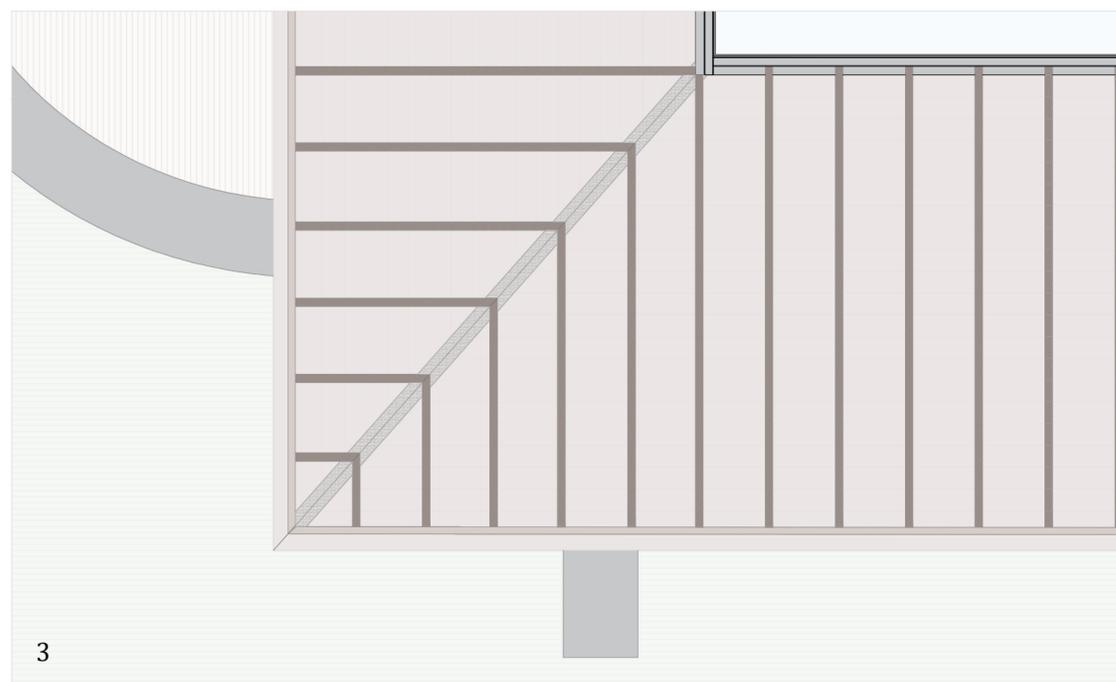
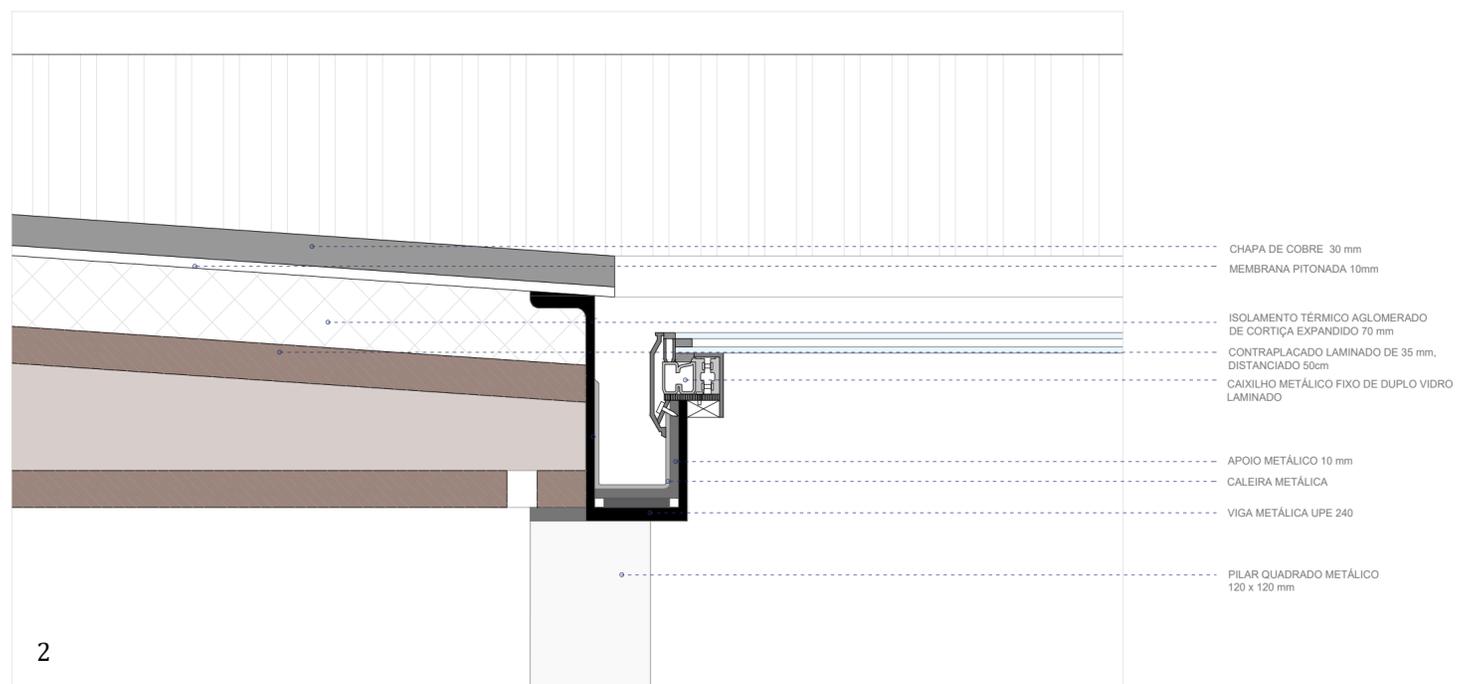
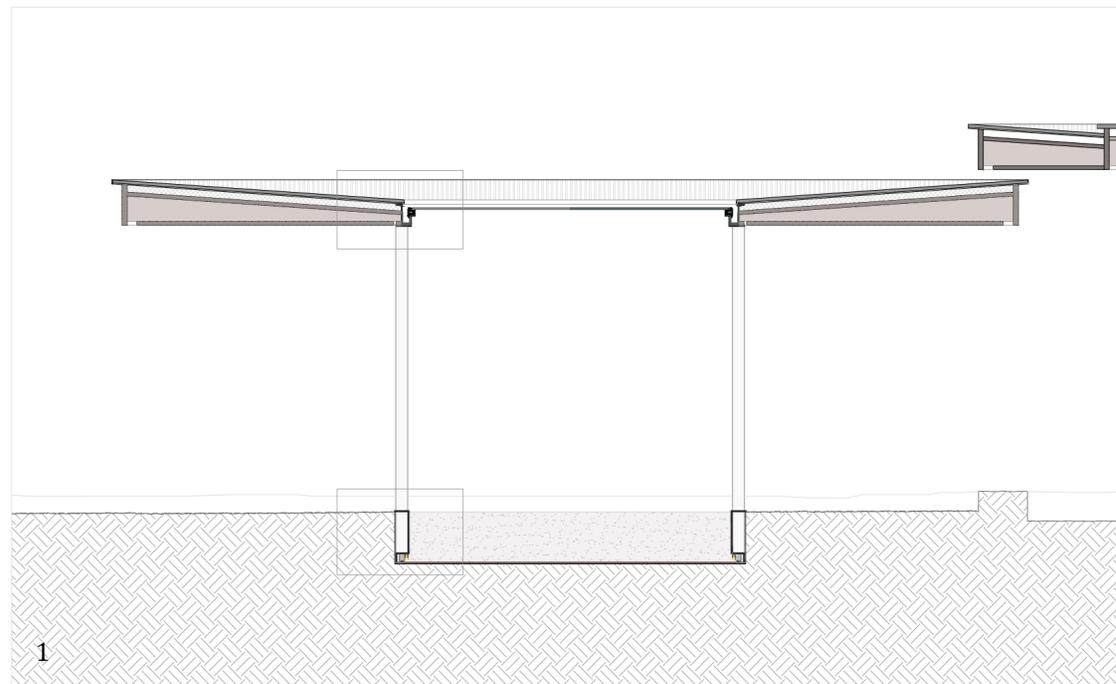


- CAIXILHO METÁLICO FIXO COM 2 VIDROS LAMINADOS E PVC; 2 PLACAS DE VIDRO DE 15 mm UNIDOS POR 4 CAMADAS INTERMEDIAS DE POLI(VINIL BUTIRAL) (PVC) DE 2 mm CADA
- SUPORTE METÁLICO APOIO AO CAIXILHO
- FIXADOR METÁLICO
- CALEIRA
- CAMADA DE GODO 20 cm
- MANTA GEOTÉXIL 10 mm
- CAMADA DRENANTE / CAMADA DE SEIXO GODO 50 mm
- IMPERMEABILIZAÇÃO 5 mm
- ISOLAMENTO TÉRMICO AGLOMERADO NEGRO DE CORTIÇA EXPANDIDA 10 cm
- IMPERMEABILIZAÇÃO 10 mm
- BETÃO ARMADO 24 mm
- CHAPA METÁLICA 10 mm
- LAJE BETÃO ARMADO 28 cm
- PLACA DE GESSO CARTONADO 25 mm



- MÓDULOS DE GABIAO 50 cm
- MONTANTE DE MADEIRA 60 mm
- PLACAS DE GESSO CARTONADO 25 mm
- PARAFUSO DE APOIO
- MANTA GEOTÉXIL 10 mm
- TELA IMPERMEABILIZANTE VERTICAL 10 mm
- PILARETES ESTRUTURAIS EM BETÃO ARMADO DE APOIO AO GABIAO 15 cm
- ENCHIMENTO DE CABOUCOS
- PLACA DRENANTE 45 mm

Legenda: 1. Corte Vertical 1:50; 2. Corte Vertical da cobertura 1:10;  
3. Corte Horizontal do piso térreo 1:20; 4. Corte Vertical do piso térreo 1:10



Legenda: 1. Corte Vertical 1:50; 2. Corte Vertical da cobertura 1:5; 3. Corte Horizontal da cobertura 1:20; 4. Corte Vertical do piso térreo 1:5